

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Késia Rayanne Almeida Oliveira

**A QUESTÃO RACIAL NAS REVISTAS DE GEOGRAFIA QUALIS A1:
algumas reflexões para a construção de uma geografia antirracista**

Belo Horizonte

2024

Késia Rayanne Almeida Oliveira

**A QUESTÃO RACIAL NAS REVISTAS DE GEOGRAFIA QUALIS A1:
algumas reflexões para a construção de uma geografia antirracista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura e Educação em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rogata Soares Del Gaudio

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Ivanice de Andrade Viegas

Belo Horizonte
2024

O48q
2024

Oliveira, Késia Rayanne Almeida.

A questão racial nas revistas de geografia Qualis A1 [manuscrito] : algumas reflexões para a construção de uma geografia antirracista / Késia Rayanne Almeida Oliveira. – 2024.

148 f., enc. il. (principalmente color.)

Orientadora: Rogata Soares Del Galdio.

Coorientadora: Maria Ivanice de Andrade Viegas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2024.

Área de concentração: Geografia Humana.

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura e Educação em Geografia.

Bibliografia: f. 118-125.

Inclui anexos.

1. Geografia – Periódicos – Teses. 2. Racismo – Teses. 3. Antirracismo – Teses. 4. Brasil – Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Teses. I. Del Galdio, Rogata Soares. II. Viegas, Maria Ivanice de Andrade. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. IV. Título.

CDU: 911(05):323.12(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 09:00h do dia 27 de maio de 2024, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública para a Defesa da Dissertação de **Késia Rayanne Almeida Oliveira**. A presidência da sessão coube à Prof.a Rogata Soares Del Gaudio (IGC/UFMG) - orientadora. Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora, assim constituída: Profa. Maria Ivanice de Andrade Viegas (CP/UFMG), Prof.a Joana Aparecida Coutinho (UFMA), Prof.a Ana Elisa Cruz Corrêa (COLTEC/UFMG) e Prof.a Doralice Barros Pereira (IGC/UFMG). Em seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua Dissertação de Mestrado, intitulada: *"A QUESTÃO RACIAL NAS REVISTAS DE GEOGRAFIA QUALIS A1: algumas reflexões para a construção de uma geografia antirracista"*. Seguiu-se a arguição pelas examinadoras e, logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar **aprovada** a **Dissertação de Mestrado**. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Doralice Barros Pereira, Membro**, em 27/05/2024, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Ivanice de Andrade Viegas, Professora Ensino Básico Técnico Tecnológico**, em 27/05/2024, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogata Soares Del Gaudio, Professora do Magistério Superior**, em 27/05/2024, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joana Aparecida Coutinho, Usuário Externo**, em 27/05/2024, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Elisa Cruz Correa, Professora Ensino Básico Técnico Tecnológico**, em 03/06/2024, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3262307** e o código CRC **1F51C2DA**.

*Dedico esta dissertação à memória eterna
da minha mãe, cujo amor, apoio e
inspiração continuam a guiar-me em cada
passo do meu caminho acadêmico.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão ao Grupo de Estudos Geografias em Perspectivas Negras - GEPENE. Este trabalho é resultado das nossas reflexões como geógrafos e geógrafas negros. Cada encontro e troca enriqueceu minha geografia e possibilitou a escrita deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Auranete de Almeida Oliveira (em memória), que, mesmo em outros planos, me dá forças para continuar, e a meu pai, Edvaldo Moreira de Oliveira, que, mesmo sem entender completamente o que faço, me apoia incondicionalmente.

Às minhas irmãs, Dyênia e Emilly, pelo apoio nos estudos, pela compreensão e amor.

Agradeço a escuta atenta, o apoio e incentivo das minhas amigas Fabiana Souza, Geovana Silva e Erika Katrina.

Aos meus amigos e amigas da Geografia, agradeço o apoio, companheirismo e as palavras de conforto. Um agradecimento especial à minha amiga Mariana Azevedo, por compreender e acolher nos momentos difíceis da academia e da vida. Agradeço também aos meus amigos Victor Brey-Gil, João Marcos, Victor Cordeiro e Guilherme Figueira mais essa jornada compartilhada.

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento ao Arthur José, por seu constante incentivo, apoio e disposição para ouvir minhas preocupações, que foram muitas. Agradeço o seu amor e companheirismo ao longo desse tempo.

Agradeço às amigas que tive a oportunidade de conhecer no mestrado. À Denise Sales, agradeço as palavras de afeto e acolhimento. À Nádia Malena, pelas trocas, conversas e amizade. E à Ana Heloísa, por se dispor a me ajudar em cada desafio enfrentado no mestrado. Obrigada por terem contribuído diretamente com este trabalho.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Rogata Soares Del Gaudio, por ser mais do que uma orientadora, por cada ensinamento, abraço e conselho compartilhado. Sua acolhida, ensinamentos e disposição para ouvir são inestimáveis.

À professora Maria Ivanice de Andrade Viegas, por cada palavra de conforto, pelas trocas e ensinamentos.

À Ana Elisa Correa, minha primeira orientadora, por me ensinar a pesquisar e por sua presença em diferentes fases da minha formação; você é minha maior inspiração na vida acadêmica, pela ética e seriedade com que leva o seu trabalho de ensinar para além dos muros da universidade.

À professora Doralice Barros Pereira, pelos ensinamentos, acolhimento e trocas ao longo da pós-graduação.

À professora Joana Coutinho, que tem contribuído para minha pesquisa e com a minha formação, agradeço a generosidade e disponibilidade.

Agradeço à CAPES por ter me concedido bolsas durante este mestrado, o que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e a realização deste trabalho.

Ao movimento negro e a todos que vieram antes de mim.

RESUMO

A Geografia é um campo de estudo permeado por conexões, relações e diálogos com vários campos científicos (Bourdieu, 2004), de modo que muitos dos temas e assuntos abordados por ela se situam na “fronteira”, envolvendo a colaboração de diferentes áreas de conhecimento. Raça não é uma categoria geográfica, embora tenha sido largamente utilizada nesse campo de conhecimento, especialmente quando relacionada à formação da população brasileira. Assim, discutimos de que maneira e com base em quais referências a questão racial tem sido abordada nos periódicos de geografia classificados como Qualis A1 pela CAPES. O objetivo geral da pesquisa foi compreender quais concepções têm sido produzidas e divulgadas no campo da geografia acadêmica a respeito da questão racial, a partir da análise dos artigos científicos publicados em periódicos classificados pela CAPES como pertencentes ao extrato A1, ou seja, aqueles de maior impacto e relevância, no período entre 2003 e 2023. Para tal, o recorte temporal para nossa investigação foi estabelecido com base nas possíveis reverberações da Lei Federal 10.639/2003, que estabelece os marcos do ensino de “história e cultura afro-brasileira”. Realizamos uma análise documental dos artigos selecionados, concentrando-nos nos trabalhos que fizeram menção à dimensão racial em seus títulos, palavras-chave ou resumos, a partir da Análise de Conteúdo (AC) (Bardin, 2020 [1977]) e sob uma perspectiva da teoria marxista. Os resultados mostraram que uma parte considerável dos trabalhos analisados focaram no mito da democracia racial e que a principal orientação teórica foram as abordagens pós-coloniais e decoloniais. Esta é uma pesquisa que está articulada à compreensão do discurso produzido por e na “geografia acadêmica/científica”, ou seja, trata-se de uma investigação e análise das produções deste campo do conhecimento assentadas na sua dimensão racial, que é simultaneamente temporal e espacial.

Palavras-chave: Geografia; racismo; racismo estrutural; democracia racial; geografia-antirracista; periódicos Capes.

ABSTRACT

Geography is a field of study permeated by connections, relationships, and dialogues with various scientific fields (Bourdieu, 2004), so that many of the themes and subjects addressed by geography are situated at the "border", involving the collaboration of different areas of knowledge. Race is not a geographical category, although it has been widely used in this field of knowledge, especially when related to the formation of the Brazilian population. Thus, we discuss how and based on what references the racial issue has been addressed in geography journals classified as Qualis A1 by CAPES, the Brazilian authority of post-graduate studies. The overall aim of the research was to understand which conceptions have been produced and disseminated in the field of academic geography regarding the racial issue, based on the analysis of scientific articles published in journals classified by CAPES as belonging to the A1 stratum, i.e., those of greater impact and relevance, in the period between 2003 and 2023. To this end, the temporal cut-off for our investigation was established based on the possible reverberations of Federal Law 10,639/2003, which establishes the milestones for the teaching of "Afro-Brazilian history and culture". Through the method of Content Analysis (Bardin, 2020 [1977]) and based on the Marxist theory, we conducted a documentary analysis of the selected articles, focusing on works that made mention of the racial dimension in their titles, keywords, or abstracts. The results showed that a considerable proportion of the papers analyzed focused on the myth of racial democracy, and that the main theoretical orientation were post-colonial and decolonial approaches. This is a research that is articulated with the understanding of the discourse produced by and in the "academic/scientific geography," that is, it is an investigation and analysis of the productions of this field of knowledge based on its racial dimension, which is simultaneously temporal and spatial.

Keywords: Geography; racism; structural racism; racial democracy; anti-racist geography; CAPES journal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos artigos por Unidade Federativa.....	72
Figura 2 – Mapa das universidades de titulação dos autores com doutorado.....	75

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1 - Revistas de geografia Qualis A1 do Triênio 2010- 2012.....	27
Quadro 2 - Revistas de geografia Qualis A1 do Quadriênio 2013–2016	27
Quadro 3 - Revistas de geografia Qualis A1 do Quadriênio 2017–2020	28
Quadro 4 - Revistas de geografia Qualis A1 – Quadriênio 2017–2020 em circulação desde 2003 ou antes.....	30
Quadro 5 – Dados dos artigos publicados nas 10 revistas sobre a temática racial.....	67
Quadro 6 – Autores com doutorado: instituição de obtenção e ano de conclusão	73
Quadro 7 - Artigos da área da Educação/ Educação em Geografia.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de artigos sobre a temática racial nas revistas de geografia (edições de 2003 a 2023).....	67
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O RACISMO “À BRASILEIRA”	33
1.1 As Ideologias Raciais	33
1.2 O racismo à brasileira	40
2 AS REVISTAS, OS ARTIGOS E OS AUTORES SELECIONADOS: BREVE CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	57
2.1 Contextualização do Qualis periódicos	58
2.2 As revistas de geografia Qualis A1	62
2.2.1 As revistas de geografia selecionadas	63
2.2.2 Resumos e autoria dos artigos	70
2.2.3 Aspectos gerais dos artigos.....	71
3 A GEOGRAFIA E A QUESTÃO RACIAL: O QUE OS PERIÓDICOS QUALIS A1 DE GEOGRAFIA DIZEM SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS?.....	78
3.1 Áreas da geografia contempladas nos artigos analisados.....	78
3.2 Referências e métodos: Quais são as referências utilizadas?	81
3.3 De que modo os artigos analisados apontam para as questões relativas à democracia racial e ao racismo estrutural?	93
3.3.1 Associação entre racismo estrutural e democracia racial	94
3.3.2 Apontamentos sobre a democracia racial como ideologia	96
3.3.3 Democracia racial: projeto de nação e construção da identidade nacional	103
3.3.4 Democracia racial e persistência de desigualdades	104
3.3.5 O racismo estrutural	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
Perspectivas Futuras e Questões Pendentes	116
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	126

APRESENTAÇÃO

A primeira razão do tema desta pesquisa pelo é o fato de ele ser fruto das minhas indagações e motivações pessoais. Como mulher negra, residente na periferia de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, a questão racial sempre se fez presente em minha vida, manifestando-se de maneira mais evidente em alguns momentos e de forma mais sutil em outros. Ao longo de minha trajetória escolar, nunca me senti como o “Outro”¹, pois na periferia, a representação do “Outro” recai sobre a pessoa branca, não sobre mim.

Entretanto, ao ingressar na UFMG em 2017, experimentei pela primeira vez uma sensação de deslocamento, percebendo claramente uma “divisão racial do espaço”. No curso de Geografia, diversos questionamentos e incômodos permearam minha experiência. Enfrentei dificuldades em compreender por que a ciência geográfica não abordava, ou melhor, não desejava discutir as questões de gênero e raça. Diante dessa lacuna, busquei respostas em outros campos do conhecimento, que pudessem me proporcionar esclarecimentos que, até então, não havia encontrado na geografia.

Em outubro de 2019, dei início à minha participação em um projeto de Iniciação Científica vinculado ao Colégio Técnico (COLTEC-UFMG)², marcando minha primeira aproximação com o feminismo e os movimentos sociais. Nesse contexto, tive a oportunidade de aprender sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as manifestações do 8 de março (dia internacional da mulher) ao longo dos anos 2000 e a formação e consolidação simultânea do Setor de Gênero.

Ao longo do período da pandemia de COVID-19, o grupo de pesquisa, originalmente voltado para estudantes de graduação e do ensino médio, mobilizou esforços para democratizar o debate sobre feminismo para o público externo à universidade. Esse empenho culminou na criação do projeto de extensão intitulado “Prosas Feministas em Tempos de Pandemia”³. Nesse contexto,

¹ “Ser “o Outro” é uma expressão que encontrei reiteradamente na linguagem dos abandonados. Ser “o Outro” é sentir-se sempre em posição instável, é manter-se em alerta, pronto para ser repudiado e [...] fazendo inconscientemente tudo o que é preciso para que a catástrofe prevista ocorra” (Fanon, 2020, p. 90).

² Iniciação Científica (2019-2021) - “Crise sistêmica e resistências feministas nos movimentos sociais contemporâneos” vinculado ao Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC/UFMG), coordenado pela Professora doutora Ana Elisa Cruz Corrêa.

³ EXTENSÃO- Prosas Feministas em Tempos de Pandemia, (outubro de 2020 - setembro de 2021). Livro Prosas feministas: <https://marxismo21.org/prosas-feministas-em-tempos-de-pandemia/> e Youtube: <https://www.youtube.com/@prosasfeministas4305>.

tive a oportunidade de estabelecer diálogos com pesquisadoras especializadas nos estudos sobre Consustancialidade, Interseccionalidade e a Teoria do Nó, o que me permitiu aprofundar ainda mais minha compreensão acerca das questões de gênero e raça.

Essa experiência foi fundamental para que eu explorasse o tema sob uma perspectiva geográfica em meu Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido entre junho de 2020 e agosto de 2021, a partir do viés da Geografia Feminista. No entanto, infelizmente, não consegui desenvolver a discussão racial nesse trabalho, sendo este um dos motivos que me impulsionaram a escolher a temática racial para o desenvolvimento do meu mestrado.

Após concluir minha graduação em Licenciatura em Geografia no segundo semestre de 2020, solicitei continuidade acadêmica para obter o título de Bacharel. Durante essa etapa final do curso, fui convidada a participar e colaborar na criação de um grupo de estudos composto por geógrafas e geógrafos interessados em discutir a questão racial, uma temática que recebeu pouca atenção durante minha formação. Assim, surgiu em agosto de 2021 o “Geografias em Perspectivas Negras” - GEPENE⁴, um grupo no qual realizamos seminários e encontros de estudo, com o propósito de aprender e debater questões raciais no âmbito da geografia. A partir desse grupo, estabelecemos diálogos com professores de outros estados e universidades que atuam na perspectiva antirracista. Além disso, convidamos alguns professores do Instituto de Geociências, os quais generosamente ofereceram apoio ao grupo de estudos. Portanto, neste trabalho, compartilho parte das reflexões que emergiram dessa trajetória, resultado de minhas indagações e inquietações, as quais ecoam entre muito(a)s outro(a)s geógrafos e geógrafas.

Entendo que a escola e a universidade são dos *locus* privilegiados de acesso ao conhecimento socialmente produzido e validado pela sociedade. Contudo, podemos afirmar que diversos sujeitos foram (e ainda são) excluídos dos espaços formais de educação, quer - por processos diretos, como a efetiva inexistência de escolas ou vagas nas escolas situadas em seus locais de vida e moradia, quer por processos indiretos, associados, por exemplo, ao cotidiano escolar, como as dificuldades de permanência ou as sucessivas “reprovações”⁵.

No imaginário da sociedade brasileira — fortemente racista — negros, camponeses, indígenas

⁴ Grupo de Trabalho Geografias em Perspectivas Negras (GEPENE) da Associação de Geógrafos/as Brasileiros/as (AGB) da seção local Belo Horizonte, criado em agosto de 2021.

⁵ Não tenho o intuito de me debruçar nas questões relacionadas ao não acesso à escola ou aos processos de exclusão muitas vezes relacionados à repetência, às determinadas concepções relativas ao fracasso escolar etc. Apenas reitero que para inúmeros sujeitos, o aparente acesso à escola não significa, efetivamente, acesso ao conhecimento socialmente construído considerado “válido”.

e pobres não precisavam acessar tais espaços e, caso acessassem, teriam dificuldades em neles permanecer, pois seriam “menos inteligentes”. Assim, condições materiais que negavam o acesso ao conhecimento escolar para amplas parcelas da população brasileira foram paulatinamente “naturalizadas” e, desse modo, tornavam um tanto “opacas” as demandas e dificuldades reais desses grupos nos espaços de escolarização formal. Passou-se, progressivamente, a também “naturalizar” uma concepção que a condição desigual da população negra, derivava de suas “próprias escolhas”, uma vez que esses sujeitos “viviam na miséria porque queriam”, já que o grupo era “irresponsável, incapaz intelectualmente, entre outros adjetivos pejorativos” (Gonzalez, 2020, p. 226).

Lélia Gonzalez (2020) ainda afirma que, no Brasil, há uma reinterpretação do “lugar natural” de Aristóteles, existindo uma distinção quanto ao espaço físico que dominadores e dominados ocupam. O “lugar natural” dos brancos corresponderia às moradias saudáveis, à casa-grande; já o “lugar natural” dos negros seria aquele afeito à senzala, aos cortiços, às favelas; ou seja, existe uma “divisão racial do espaço” que determina quais lugares o corpo negro pode ocupar (Gonzalez, 2020, p. 232).

A esse “lugar natural” corresponde, por exemplo, a presença da população negra e não a branca, majoritariamente como trabalhadores dos espaços frequentados pela população branca — restaurantes, clubes, resorts e escolas, seja na educação básica, seja no ensino superior. Se esse “recorte” espacial aparece nas universidades, observamos sua exacerbação nas escolas básicas por meio de progressivos cortes nos investimentos e de reformas que acentuam as desigualdades socioespaciais (REPU, 2022⁶).

A persistente desigualdade racial no Brasil é um tema que merece atenção e ação urgentes. De acordo com Joana Coutinho (2022, p.51), dados revelam uma série de disparidades que afetam a população negra em diversas esferas da sociedade, visto que no âmbito do mercado de trabalho, embora os negros representem a maioria da força de trabalho, eles são os mais afetados pelo desemprego e pelo subemprego. Além disso, ainda de acordo com Coutinho, os negros sofrem de forma desproporcional com a informalidade, com 47,3% deles trabalhando nessa condição, em comparação com 34,6% dos brancos. A representatividade dos negros em cargos de liderança nas empresas também é alarmantemente baixa. De acordo com uma pesquisa do Instituto Ethos (2018), eles ocupam apenas 4,9% das cadeiras nos Conselhos de Administração

⁶ REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo** [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 02 jun. 2022. Disponível em: <www.repu.com.br/notas-tecnicas>. Acesso em: 06 abr. 2024.

das 500 empresas de maior faturamento do Brasil. Essa sub-representação se estende aos quadros executivos, onde apenas 4,7% são negros, e às gerências, onde o número sobe para 6,3% (Coutinho, 2022, p.52).

Coutinho (2022) aponta que a disparidade salarial também é uma realidade vivida pelos negros. O rendimento médio domiciliar per capita de pretos e pardos é significativamente menor em comparação com o dos brancos, segundo dados do IBGE (2020). Enquanto os brancos têm um rendimento médio de R\$ 1.846,00, os pretos e pardos recebem apenas R\$ 934,00. Essa diferença de renda contribui para a perpetuação das desigualdades socioeconômicas entre as raças. Além das dificuldades no mercado de trabalho e na questão salarial, os negros também enfrentam maiores taxas de pobreza e extrema pobreza. O número de negros vivendo com menos de 5,50 dólares estadunidenses por dia é quase o dobro do dos brancos. A pobreza extrema também afeta de forma desproporcional a população negra, com 8,8% vivendo com menos de 1,90 dólar por dia, em comparação com 3,6% da população branca. (Coutinho, 2022, p. 52)

Além disso, a autora afirma que a sub-representação política dos negros é evidente tanto no Poder Legislativo quanto no Judiciário. Apenas 32% dos prefeitos eleitos em 2020 eram negros⁷, demonstrando a falta de representatividade nesse campo. No Judiciário, a presença de negros é ainda menor, com apenas 1,4% de pretos e 7,6% de pardos entre os magistrados dos Tribunais Superiores.

Dados relativos à violência, apresentados por Coutinho (2022), mostram que essa é uma realidade que afeta de forma desproporcional a população negra. Segundo ela, as estatísticas mostram que 75,5% das pessoas assassinadas no Brasil são pretas ou pardas, e que a chance de um jovem negro ser vítima de homicídio é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco. As mulheres negras também são mais vulneráveis à violência, sendo as principais vítimas de feminicídios, representando 61% dos casos registrados. No sistema carcerário, a desigualdade racial também se faz presente. A maioria das pessoas presas no Brasil são negras, representando 61,6% dos detidos, em comparação com 34,38% de brancos (Coutinho, 2022, p. 52).

Em outros termos, entendo, a partir dos dados, que esse “lugar natural” tem sido mantido “estruturalmente” (Almeida, 2020), uma vez que a população negra continua a apresentar os

⁷ Considera-se como “negros” no Brasil o conjunto de pessoas pretas e pardas.

piores dados relativos a salário, saúde, educação e lazer. “Pelo que se observa, é inegável que haja um racismo impregnado na sociedade brasileira e que aumentou, ou melhor, assumiu o seu caráter mais explícito nos últimos anos. Escancara o câncer, mas o que se trata agora é de pensar no remédio que pode erradicá-lo” (Coutinho, 2022, p. 52). Assim, compreendo que a luta contra o racismo deve integrar e transcender a dimensão da luta de classes, sendo que essa luta não deve se limitar apenas à esfera econômica, mas também abranger as esferas cultural e social, e inclusive o campo educacional.

Além disso, há um projeto de desmonte da educação, da saúde e dos direitos básicos, e um reflexo disso é o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) de 2021, que é o mais branco e elitista da década⁸, porque foram criadas condições que dificultaram o acesso dos alunos pobres e, conseqüentemente, negros, uma vez que “a pobreza no Brasil tem cor e é preta”⁹. A reforma do Ensino Médio é exemplo dos ataques à educação pública, contribuindo para a persistência do “dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres” (Libâneo, 2012).

Segundo o portal G1¹⁰, um levantamento feito em 2023 mostrou que sete em cada dez secretarias municipais de educação descumprem parcial ou totalmente a lei que obriga o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas, ou seja, das mais de mil secretarias de educação pesquisadas no país, 71% não realizam nenhuma ação ou apenas desenvolvem projetos esporádicos, enquanto apenas 29% têm programas estruturados.

Diante do contexto do projeto político de desmonte da educação, minhas preocupações concentram-se nas seguintes questões: Qual tem sido a contribuição da geografia, tanto como disciplina escolar quanto como campo acadêmico, para o debate em relação à questão racial e seu combate no Brasil? Neste estudo, minha inquietação volta-se para a produção acadêmica na geografia relacionada à questão racial no Brasil, com especial atenção à produção científica neste domínio a partir de 2003, ano da promulgação da Lei 10.639, que passou a delinear de maneira explícita o ensino escolar das culturas africanas e afro-brasileiras. O objetivo central desta pesquisa foi identificar se há, atualmente, na geografia, discussão e enfrentamento das

⁸ Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/enem-2021-e-o-mais-branco-e-elitista-da-decada>> Acesso em: 06 abr. 2024.

⁹ Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta>> Acesso em: 06 abr. 2024.

¹⁰ Jornal Nacional. Sete em cada 10 secretarias municipais de educação descumprem lei que obriga ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/13/sete-em-cada-10-secretarias-municipais-de-educacao-descumprem-lei-que-obriga-ensino-sobre-historia-e-cultura-afro-brasileira-nas-escolas.ghtml>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

complexas questões raciais e, caso houvesse, sob quais pressupostos teórico-filosóficos e políticos esse debate tem sido conduzido. Por isso, a escolha por analisar artigos publicados em periódicos A1, os mais bem qualificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir de 2003. Logo, o recorte incide sobre a produção acadêmico-científica da geografia, com base na classificação que a própria CAPES faz acerca da qualidade das publicações, assunto que será mais bem desenvolvido e problematizado mais à frente.

Dessa forma, compreendo como urgente a realização de pesquisas direcionadas às questões étnico-raciais na geografia, uma vez que o Brasil tem em sua "origem" um projeto colonial-escravocrata, e a questão racial se consolidou como um dos elementos centrais na formação socioespacial brasileira (Guimarães et al., 2022). No entanto, é crucial destacar que essa questão sempre esteve intrinsecamente ligada a outros sistemas de exploração e dominação, como classe social, gênero e sexualidade. Ademais, o capitalismo foi influenciado por diversos sistemas hierárquicos nos quais a raça figura como um dos princípios inerentes à produção social do espaço. Ao longo do tempo, observa-se que formas, funções, processos, estruturas e significados associados à leitura do espaço foram normatizados para compreender a espacialidade da branquitude, enquanto marginalizam e, por vezes, até mesmo eliminam a espacialidade não-branca (Guimarães et al., 2022).

A geografia tem o potencial de fornecer uma perspectiva que nos permita avançar na compreensão dos processos que permeiam a sociedade brasileira, especialmente no que se refere à formação das desigualdades socioespaciais. Desse modo é necessário destacar a dimensão geográfica nas abordagens teóricas que lidaram com a questão étnico-racial, lançando luz sobre esse aspecto.

Compreendo, igualmente, a importância de discutir o racismo no Brasil como meio de combatê-lo, uma vez que o mito da democracia racial ainda persiste na sociedade e se reflete nas relações sociais (Schwarcz, 2012; Fernandes, 2017; Almeida, 2020; Gonzalez, 2020; Santos, 2022). Acredito que desvendar esse "mito" é fundamental para avançarmos no combate ao racismo. Portanto, entendo que a geografia possui uma significativa contribuição a oferecer aos debates no campo das relações étnico-raciais, auxiliando na desmistificação do "racismo estrutural" (Almeida, 2020) que permeia tanto a geografia escolar (que tem como obrigação legal seguir a lei 10.639/2003) quanto a geografia acadêmica. Esta última, em particular, desempenha um papel crucial na formação de professores destinados à atuação nas salas de aula.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, buscamos compreender a presença da questão racial na geografia, concentrando nossa dissertação na intersecção entre as categorias de raça e classe. Reconhecemos a relevância da abordagem interseccional proposta por Kimberlé Crenshaw, pioneira na formulação desse método. Crenshaw (2002) concebeu a Interseccionalidade como a convergência e sobreposição de diversas formas de discriminação. Sob essa perspectiva, ela explora não somente gênero, raça e classe, mas também opressões associadas à intolerância religiosa, discriminação de pessoas com deficiência, LGBTfobia e preconceitos geracionais. Essas questões se entrelaçam e se combinam na experiência individual, conforme essa análise (Crenshaw, 2002).

Há também a teoria da Consustancialidade, que é um conceito desenvolvido pela francesa Daniele Kergoat (2010) entre os anos 1970 e 1980, que busca compreender as dinâmicas sociais de homens e mulheres diante da divisão do trabalho, considerando as intersecções de raça, gênero e origem (Norte/Sul). Kergoat desafia as ideias convencionais de imbricação, adição e intersecção, argumentando que tais concepções são fluidas e ambíguas. Sua proposta é abordar os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica. A ideia de Consustancialidade não implica que "tudo está interligado", mas oferece uma maneira de interpretar a realidade social. O entrelaçamento dinâmico e complexo das relações sociais revela que cada uma influencia as demais; as relações estão intrinsecamente entrelaçadas de tal forma que formam uma totalidade no contexto social (Kergoat, 2010).

Para além de Crenshaw e Kergoat, no contexto brasileiro, a pensadora marxista Heleieth Saffioti produziu uma importante contribuição ao longo dessas mesmas décadas a respeito dessa temática. Ela absorveu o conceito de “gênero”, que estava na tendência do feminismo internacional, mas insistiu em usar o termo “patriarcado” para análise das relações entre gêneros. A partir disso, Saffioti elaborou a metáfora do nó, buscando pensar nas relações, de modo a não hierarquizar os fatores raça, classe e sexo, criando, assim, a ideia do “nó” entre essas três categorias (Saffioti, 1992 apud Motta, 2018).

Dito isso, compreendemos que as estudiosas de gênero têm avançado de forma considerável nos estudos focados em gênero, classe e raça, a partir de teorias tais como a Interseccionalidade, a Consustancialidade e a metáfora do nó, que vêm oferecendo ferramentas para a compreensão dessa totalidade. No entanto, nos limites deste trabalho, concentramos nossos estudos principalmente nas questões de raça e classe. Isso não implica na exclusão da categoria de

gênero; essa é abordada secundariamente.

Asad Haider (2019, p. 36) destaca que "raça, classe e gênero denotam relações sociais distintas, sendo abstrações que demandam explicações ancoradas em contextos materiais específicos". Nesse sentido, ressaltamos que esta dissertação se concentra principalmente na categoria da raça, pois as hipóteses apresentadas aqui são baseadas em pesquisas sobre a história racial, o racismo e os movimentos antirracistas no contexto da geografia acadêmica brasileira¹¹. Mas, como dito anteriormente, isso não significa que a menção de gênero esteja ausente neste trabalho, pois, como Haider (2019, p. 36) aponta, "analisar qualquer narrativa histórica exige a consideração de todas as suas relações construtivas, incluindo, assim, os efeitos das relações de gênero". No entanto, não tivemos a intenção de realizar uma análise exaustiva da categoria *gênero* nesta pesquisa, pois isso demandaria um caminho de investigação distinto daquele que elegemos.

A partir dessas considerações iniciais sobre as intersecções de gênero, classe e raça, nosso objetivo foi aprofundar as discussões que permeiam a relação entre geografia acadêmica e raça, explorando e elucidando os vínculos entre essa geografia e as relações étnico-raciais. A geografia é um campo de estudo permeado por conexões, relações e diálogos com vários campos científicos (Bourdieu, 2004), de modo que muitos dos temas e assuntos abordados pela geografia se situam na “fronteira¹²”, envolvendo a colaboração de diferentes áreas de conhecimento.

Raça não é uma categoria geográfica, embora tenha sido largamente utilizada nesse campo de conhecimento, especialmente quando relacionada à formação da população brasileira. De acordo com Cirqueira (2015), a construção da raça enquanto elemento distintivo de um grupo humano ocorreu a partir do século XIX, sobretudo nos campos da antropologia, da sociologia etc., influenciadas tanto por uma dimensão econômica e social — atrelada às concepções de civilização e progresso, e seus opostos — quanto pelos estudos desenvolvidos a partir das teorias darwinistas. Desse modo, as discussões a respeito de raça adentraram o campo geográfico desde sua constituição inicial.

De acordo com Kabengele Munanga (2003), o conceito “raça”, etimologicamente, tem sua origem no italiano "razza", que, por sua vez, deriva do latim "ratio", significando sorte,

¹¹ Entendemos, com base em Lestegás (2002), que as geografias escolares e acadêmicas, embora articuladas uma à outra, divergem em relação às suas finalidades, tipos de textos e problemáticas.

¹² “Fronteira”, aqui, é entendida como “contato”, mais que como “limites e separações” (HISSA, 2006).

categoria ou espécie. Inicialmente, na história das ciências naturais, o conceito de raça foi empregado na Zoologia e na Botânica para categorizar espécies de animais e plantas. Munanga escreve que o conceito de raça possui uma história marcada por mudanças semânticas ao longo do tempo.

Na era do latim medieval, por exemplo, o termo se referia a descendência ou linhagem, indicando um grupo de pessoas com um ancestral comum e, supostamente, características físicas compartilhadas. Contudo, conforme o autor, foi em 1684 que o francês François Bernier empregou o termo no sentido moderno, classificando a diversidade humana em grupos fisicamente distintos chamados raças. Nos séculos XVI e XVII, o conceito de raça começou a influenciar as relações entre as classes sociais na França. A nobreza local se identificava com os francos, de origem germânica, em contraposição aos gauleses, a população local ligada à plebe. Os francos não apenas se consideravam como uma raça diferente dos gauleses, mas também afirmavam possuir um sangue "puro", insinuando habilidades especiais e uma suposta aptidão natural para liderar, administrar e dominar os gauleses, até mesmo justificando a possibilidade de escravizá-los. Essa concepção de raças "puras" foi adotada da Botânica e da Zoologia para justificar as relações de poder entre as classes sociais (nobres e plebeus), mesmo que não houvesse diferenças morfológicas ou biológicas entre os indivíduos dessas classes (Munanga, 2003, p. 1).

Entretanto, no apogeu do mercantilismo, no século XV, e durante o período da colonização das Américas pelos europeus, esses passaram a questionar a noção previamente estabelecida de humanidade dentro dos padrões da civilização ocidental: “Quem são esses recém-descobertos (ameríndios, negros, melanésios etc.)? São bestas ou são seres humanos como ‘nós’, europeus?” (Munanga, 2003, p. 2).

Para Munanga (2003), até o final do século XVII, a compreensão dos "outros" estava fundamentada na Teologia e na Escritura bíblicas, que detinham o controle exclusivo da razão e da interpretação. Para reconhecer a humanidade dos "outros", era necessário demonstrar sua descendência de Adão, uma ideia parcialmente corroborada pelo mito dos Reis Magos. Nele, a representação das três raças é evidente, com Baltazar, o mais escuro, simbolizando a raça negra. No entanto, o indígena permanecia como uma incógnita, pois não estava representado entre os três personagens que simbolizavam semitas, brancos e negros. Foi somente quando os teólogos encontraram argumentos na própria Bíblia que conseguiram demonstrar a ascendência indígena também em Adão.

Munganga (2003) explica que, com a virada do século XVIII, conhecido como o século das Luzes, marcado pela ascensão da racionalidade, os filósofos iluministas desafiaram o domínio exclusivo do conhecimento e da explicação, que estavam centralizados na igreja e nos poderes dos governantes. A partir daquele momento, houve a rejeição das explicações da história com base na teologia, optando-se por uma abordagem fundamentada na razão transparente e universal. Esses pensadores reabriram o debate sobre a identidade dos recém-descobertos, questionando quem eram esses "outros". Para isso, recorreram ao conceito de raça já presente nas ciências naturais para designar esses novos integrantes da humanidade como pertencentes a raças diferentes.

Conforme Munanga (2003, p. 2), a função dos conceitos e das classificações é contribuir para operacionalizar o pensamento, e foi neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam emergido. Porém, acabaram desembocando numa operação de hierarquização que contribuiu para a ascensão do racismo. Para o autor, raça e racismo são concebidos como ideologias que segmentam os seres humanos com base em características fenotípicas específicas. Essas divisões levam certos grupos a se autodeclararem superiores, ancorados na associação entre inteligência, cognição e elementos biológicos, o que resulta em repercussões sociais para os grupos considerados intelectualmente inferiores.

Assim sendo, sob a perspectiva das interações entre “raça” e “racismo”, o racismo é, teoricamente, uma ideologia essencialista, que pressupõe a divisão da humanidade em amplos grupos denominados raças contrastantes, cada uma supostamente com características físicas, hereditárias, psicológicas, morais, intelectuais e estéticas distintas, as quais se encontram em uma escala desigual de valores. Nessa ótica, o racismo constitui uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas devido à suposta relação intrínseca entre aspectos físicos e morais, físicos e intelectuais, físicos e culturais (Munanga, 2003, p. 7).

Munanga (2016) destaca a controvérsia entre as interpretações biológica e sociológica do conceito de raça. A raça humana é diversa, e o termo *raça* foi usado para explicar essa diversidade. Contudo, ao longo do tempo, ele se transformou em um sistema classificatório voltado a categorizar os indivíduos em três grandes grupos raciais, com base nas tonalidades de pele, as quais servem de base para a construção imaginária da sociedade: raças negra, branca e amarela (Munanga, 2016, p. 216).

Todavia, o autor enfatiza que o problema fundamental enfrentado pela humanidade não reside no conceito de raças humanas, conceito esse já descartado pela própria comunidade científica

biológica. Ele argumenta que, se os pensadores, naturalistas, biólogos e antropólogos dos séculos XVIII e XIX tivessem limitado seus trabalhos à classificação dos grupos humanos em função das características físicas e dos caracteres genéticos, não teriam gerado malefícios à humanidade. Porém, desde o início, esses estudiosos se deram o direito, em nome de sua autoridade científica, de hierarquizar as chamadas raças, ou seja, de classificá-las numa escala de valores superiores e inferiores, criando uma relação intrínseca entre o corpo, os traços físicos, a cor da pele e as qualidades intelectuais, culturais, morais e estéticas (2016, p. 217).

Desse modo, Munanga (2016) afirma que, embora a classificação dos seres humanos pelo senso comum seja muitas vezes considerada natural, essa percepção não pode ser tomada como algo inerente. Essa classificação é, na verdade, uma construção histórica e cultural, que reflete os interesses de determinados grupos sociais. Seu propósito é manter privilégios, destacando certos aspectos culturais e desvalorizando diferenças para favorecer um grupo em detrimento de outros. Em si, a classificação dos seres humanos não é o cerne do problema. A questão problemática emerge quando essas classificações são utilizadas para hierarquizar direitos, com base na cor da pele¹³.

É nesse sentido que indagamos: de que modo a categoria *raça* se faz presente no campo da geografia? Alguns geógrafos como Malachias (2006), Ratts (2010), Cirqueira (2015) e Mendes (2021), ao realizarem uma análise da geografia atual, perceberam que o tema étnico-racial era escassamente abordado, embora tenha sido amplamente discutido em obras geográficas ao longo do século XX. Contudo, também apontam que, nos últimos 20 anos, alguns geógrafos têm ressaltado a importância da questão étnico-racial ao pensar nas desigualdades socioespaciais e compreender a formação socioespacial brasileira. A reflexão desses autores destaca que a dimensão espacial dessa problemática é evidente e abrange diversas escalas da estrutura social. Isso se manifesta nas desigualdades regionais, nos processos de segregação, na configuração e nos conflitos territoriais, bem como nas experiências individuais e coletivas vivenciadas nos diferentes lugares (Cirqueira, 2015).

¹³ Esse aspecto foi destacado por Göran Therborn (2010), quando ele se refere à distinção entre “diferença e desigualdade”. Para esse autor, “Existem três formas principais de distinguir diferença e desigualdade. Primeiro, uma diferença pode ser horizontal, sem que nada ou ninguém esteja acima ou abaixo, seja melhor ou pior, enquanto uma desigualdade é sempre vertical, ou envolve *ranking*. Em segundo lugar, diferenças são apenas questão de gosto e/ou de categorização. Uma desigualdade, por sua vez, não é apenas uma categorização; é algo que viola uma norma moral de igualdade entre seres humanos. (Alegar isto não significa pressupor qualquer norma de completa igualdade, mas apenas apontar para uma diferença que é grande demais e/ou assume uma direção injusta, isto é, pessoas erradas recebendo as melhores recompensas.) Em terceiro, para uma diferença tornar-se uma desigualdade, ela deve também ser extingüível” (Therborn, 2010, p. 145).

Diogo Marçal Cirqueira (2015) enfatiza que as pesquisas contemporâneas nas ciências sociais, incluindo a geografia, têm revelado um aspecto importante: o discurso geográfico ou espacial está amplamente presente, de maneira implícita ou explícita, nas obras de renomados autores brasileiros que abordaram as relações étnico-raciais. Entre esses autores estão Gilberto Freyre, autor da obra *Casa Grande e Senzala* ([1933]/1961), Darcy Ribeiro, autor de *O povo brasileiro* (1995), Florestan Fernandes, autor de *O negro no mundo dos brancos* (1972), Clóvis Moura, autor da obra *Os quilombos e a rebelião negra* (1986), e outros (CIQUEIRA, 2015).

De acordo com Cirqueira (2015), as questões étnico-raciais estão presentes na geografia em diversos âmbitos. No caso da geografia escolar, são expressas a partir da discussão das temáticas raciais, dos preconceitos socialmente construídos e das necessidades prementes de denunciá-los e combatê-los. Em relação à geografia acadêmica, manifestam-se no sentido de se compreender como a construção da “história da geografia” se fez presente historicamente nessas discussões e como essa dimensão é abordada hoje na constituição das temáticas relevantes do campo.

Conforme Bourdieu (2004), a construção de um campo científico é repleta de embates, disputas políticas e relações de poder que assinalam os temas e autores considerados relevantes e consagrados, bem como demarcam os financiamentos e a relevância de determinada concepção, prática e conceito. Dessa forma, nesta pesquisa, temos interesse em analisar de que maneira as discussões sobre a questão racial permeiam os debates na geografia acadêmica contemporânea, investigando os princípios teórico-metodológicos e autores utilizados por aqueles que têm produzidos pesquisas e publicações em torno dessa dimensão.

Diante da diversidade de materiais disponíveis — como dissertações, teses, artigos —, optamos por realizar uma avaliação dos artigos científicos publicados em periódicos considerados mais relevantes na área da geografia, com base em seu impacto no Brasil e selecionados a partir do Qualis CAPES.

A escolha por selecionar os artigos com base no Qualis Periódicos¹⁴ se justifica na medida em

¹⁴A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é uma agência governamental brasileira responsável pela coordenação e pelo fomento da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e de programas de formação de professores no país. Foi criada em 1951 e está vinculada ao Ministério da Educação. A CAPES desempenha um papel fundamental na promoção da produção científica no Brasil e no desenvolvimento do sistema nacional de pós-graduação. Suas principais atividades incluem a avaliação e o reconhecimento dos programas de pós-graduação, a concessão de bolsas de estudo para estudantes de pós-graduação, o financiamento de projetos de pesquisa, a promoção da cooperação científica internacional e o aprimoramento da formação de professores (SBPC; 2021).

que este é um sistema de classificação utilizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para avaliar a qualidade dos periódicos científicos brasileiros e estrangeiros em diferentes áreas do conhecimento. Ele foi criado visando auxiliar na avaliação dos programas de pós-graduação e na seleção dos periódicos para publicação e divulgação dos resultados de pesquisa. Esses artigos a serem analisados “são textos autorizados dentro do domínio científico, pois são publicações de revistas especializadas, que possuem uma comissão (de membros também autorizados) que analisa e seleciona os textos que constituirão o número da revista.” (Pena, 2005, p. 68). Ou seja, essa escolha ocorre pelo fato de que os periódicos acadêmicos são um instrumento-chave na organização, estruturação e institucionalização social de todas as áreas do conhecimento, visto que as publicações são um elemento constituinte da produção e reprodução do conhecimento científico.

Conforme o documento técnico do Qualis Periódicos (2023), a classificação dos periódicos é realizada por comitês de consultores de cada área de avaliação, seguindo critérios previamente definidos pela área e aprovados pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES). Os periódicos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade, sendo A1 o mais elevado, seguido em ordem decrescente de A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 e C, tendo esse último peso zero na avaliação.

A classificação do Qualis Periódicos é utilizada como referência para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação, especialmente para a avaliação quadrienal realizada pela CAPES, na qual os programas recebem notas que determinam as possibilidades para seu financiamento e o reconhecimento da sua qualidade acadêmica (CAPES, 2023).

Nesta pesquisa, nos propusemos a averiguar sob quais temáticas, métodos e referências a chamada “questão racial” no campo geográfico têm sido discutida, isso a partir da análise dos artigos publicados em Periódicos Qualis A1 em geografia, de 2003 a 2023. Para alcançar nosso intento, procedemos a um levantamento sobre as revistas classificadas como Qualis A1 que discutem as relações raciais a partir da ciência geográfica.

Realizamos a análise da discussão da questão racial em revistas consideradas de maior impacto no campo da geografia, produzidas e publicadas no Brasil. Por essa razão, selecionamos os periódicos que foram classificados como A1 nas três últimas avaliações do Qualis CAPES Periódicos para nossa investigação.

De acordo com Luiz Roberto Curtinaz Schifini *et al.* (2018), os periódicos científicos

desempenham um papel crucial como fontes de informação relevantes para os cientistas. Os processos editoriais e de avaliação permitem uma seleção criteriosa da qualidade, tornando-os uma fonte confiável de referências científicas. A produção de conhecimento constitui uma importante contribuição da ciência e requer a comunicação efetiva das inovações, de modo que possam ser utilizadas por outros pesquisadores (Schifini et al., 2018). E, na atualidade, o intercâmbio de informações resultantes de investigações científicas ocorre principalmente por meio dos periódicos.

De acordo com Suzana Mueller (2000), no século XVII, surgiram na Europa os periódicos científicos, em meio a uma época de transformações sociais e científicas. Anteriormente, até o século XVI, a ciência era conduzida por filósofos que se valiam da argumentação e da dedução para explicar os fenômenos naturais. Contudo, a partir do século XVII, ocorreu uma grande mudança no campo científico, em que a dedução deixou de ser considerada o principal método de pesquisa. A comunidade científica passou a exigir evidências embasadas na observação e na experiência empírica para que os conhecimentos alcançados pudessem ser considerados científicos, e esses acontecimentos marcaram o nascimento da ciência moderna e acarretaram transformações na forma de comunicar os avanços científicos.

Ainda segundo Mueller (2000, p. 71), “a divulgação dos resultados de pesquisa, no entanto, não foi e não é a única função do periódico”, pois são quatro as funções atuais do periódico científico: 1) a comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e outros interessados; 2) a preservação do conhecimento registrado; 3) o estabelecimento da propriedade intelectual e 4) a manutenção do padrão de qualidade na ciência. Isso pois, nessas publicações, os pesquisadores submetem seus trabalhos, que são condicionados à aprovação por seus pares. Além disso, segundo Santos (2014), os pesquisadores são atraídos pelo uso desses periódicos devido à familiaridade com o formato de publicação consolidado, que existe há séculos.

Em nossa concepção, os espaços de produção e circulação do conhecimento reverberam as construções sociais e potencialmente podem tanto reproduzir quanto contribuir para a emancipação das diversas formas de opressão social. Em relação à nossa temática, que é o racismo, as produções diversas podem tanto (re)produzir representações negativas sobre o negro quanto denunciar os modos pelos quais essa opressão se manifesta em diversos veículos (imprensa, livros didáticos, “piadas”, entre muitos outros).

Os periódicos com classificação A1 são considerados os de alta qualidade e prestígio, com um

nível de exigência elevado em termos de seleção de artigos e contribuições científicas. De acordo com Schifini et. al. (2018), esses periódicos costumam ser referências importantes para a comunidade científica em suas respectivas áreas de conhecimento. Assim, quando um autor tem um artigo publicado em uma revista Qualis A1, isso evidencia a qualidade e prestígio da pesquisa, pois publicar em revistas desse perfil é mais desafiador, devido às rigorosas etapas de seleção às quais são submetidas.

A pergunta a que nos propusemos responder por meio desta investigação é a seguinte: **de que maneira e com base em quais referências a questão racial tem sido abordada nos periódicos de geografia classificados como Qualis A1 pela CAPES?**

A partir dessa pergunta central, buscamos compreender como a produção científica geográfica, considerada pelos pares como de "maior relevância", aborda a dimensão racial na sociedade brasileira. Quisemos investigar quantos e quem são os autores responsáveis por esses artigos. Além disso, indagamos como os autores dos artigos selecionados abordam a questão da democracia racial e o racismo estrutural, quais referências e métodos foram utilizados pelos autores para suas análises e como esses aspectos são tratados nos artigos.

Objetivo geral

Compreender quais concepções têm sido produzidas e divulgadas no campo da geografia acadêmica a respeito da questão racial, a partir da análise dos artigos científicos publicados em periódicos classificados pela CAPES como pertencentes ao extrato A1, ou seja, aqueles de maior impacto e relevância, no período entre 2003 e 2023.

O recorte temporal para nossa investigação foi estabelecido com base nas possíveis reverberações da Lei Federal 10.639/2003¹⁵, substituída em 2008 pela lei 11.645, que estabeleceu os marcos do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil e que, em nossa perspectiva, trouxe maior visibilidade às lutas dos povos negros e pardos.

Objetivos específicos

¹⁵ É uma lei do Brasil que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Essa lei foi substituída pela Lei n.º 11.645, de 10 março de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Contudo, essa lei, não prevê a sua obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino superior para os cursos de formação de professores nas licenciaturas, deixando uma lacuna no ensino de geografia.

- Identificar, nas revistas de geografias classificadas como Qualis A1 pela CAPES, os artigos que abordam a questão racial, no período compreendido entre 2003 e 2023;
- Analisar de que modo os autores apresentam a questão racial no Brasil;
- Compreender quais são as principais referências e métodos utilizados pelos autores dos artigos e como isso pode se articular à sua análise da dimensão racial;
- Refletir como as categorias *Democracia Racial* e *Racismo Estrutural* têm aparecido nesses artigos, e como isso contribui para construção de um discurso geográfico antirracista.

Metodologia

Esta pesquisa está articulada à compreensão do discurso produzido por e na “geografia acadêmica/científica”, ou seja, trata-se de uma investigação das produções desse campo do conhecimento assentadas na sua dimensão racial, que é simultaneamente temporal e espacial. A fim de analisar a abordagem racial em revistas de geografia classificadas como Qualis A1/CAPES, no período compreendido entre 2003 e 2023, o presente estudo buscou uma investigação estruturada em três etapas.

A primeira fase consistiu no levantamento e análise bibliográficos a respeito do que é o racismo, como ele se apresenta no Brasil, quais as especificidades do “racismo à brasileira” e como essa discussão aparece na geografia, ao longo do tempo e atualmente. E, de antemão, destacamos que o termo “racismo à brasileira” não foi criado por uma única pessoa. Ele é frequentemente usado para descrever as características do racismo no contexto brasileiro, visto que esse apresenta peculiaridades em relação a outros países. Essa expressão é utilizada para abordar as formas sutis e psicológicas de racismo presentes na sociedade brasileira, que podem manifestar-se por meio de estereótipos, diferenças raciais, desigualdades socioeconômicas, entre outros. Embora seja difícil atribuir a autoria do termo a uma única pessoa, é importante mencionar que diversos pesquisadores, acadêmicos, ativistas e intelectuais contribuíram para o entendimento e a discussão do “racismo à brasileira” ao longo do tempo (Schwarcz, 1993; Fernandes, 2017; Gonzalez, 2020; Almeida, 2020; Hasenbalg, 2020; Santos, 2022).

O método escolhido para orientar filosoficamente esta pesquisa é o materialismo histórico-dialético, que se caracteriza pelo movimento do pensamento articulado à materialidade histórica (Pires, 1997). Assim, buscamos entender e analisar a sociedade brasileira e a sua história com base nas relações de produção e na luta de classes, a fim de compreender a história do país, suas

contradições e seus conflitos inerentes, com foco na dimensão racial. O materialismo histórico-dialético possui como essência a compreensão de que o modo de produção da vida material influencia e molda o desenvolvimento da vida social, política e espiritual de forma geral. Nessa perspectiva, não é a consciência humana que determina as condições de existência, mas a própria vida material que exerce tal influência sobre a consciência (Marx; Engels [1845], 2019, p. 14).

Na segunda fase, selecionamos as revistas classificadas como A1 pela CAPES e, a partir delas, conduzimos uma investigação dos artigos publicados entre 2003 e 2023 que abordam as questões raciais na geografia. Como já mencionado, o período escolhido se estende da promulgação da Lei 10.639/2003 — substituída em 2008 pela Lei 11.645, que estabelece os marcos do ensino de "história e cultura afro-brasileira" e sobre a história e cultura dos povos indígenas no Brasil — ao ano de 2023. Portanto, buscamos compreender as possíveis reverberações dessa legislação na discussão dessa temática nas publicações acadêmicas de geografia presentes nos artigos publicados nesses periódicos.

Entendemos que é crucial compreender a dinâmica de produção das revistas científicas e sua relação com a classificação de periódicos pela CAPES. Surge, então, a necessidade de questionar: Quais são os critérios adotados por essa agência? Esses critérios sofreram alterações ao longo do tempo? Caso afirmativo, de que forma essas mudanças impactaram o número de periódicos classificados como de maior impacto (A1) no cenário brasileiro? É fundamental uma análise aprofundada para entender o significado e o processo de avaliação que envolvem a questão do impacto de uma publicação.

Trabalhamos exclusivamente com as informações disponíveis no portal da Plataforma Sucupira¹⁶. Ao verificar as classificações existentes, identificamos apenas três eventos de classificação na plataforma. A primeira classificação refere-se ao triênio ¹⁷2010–2012, na qual foram registradas 135 revistas. Dentre essas, apenas duas revistas brasileiras que abordam a geografia se destacaram: *Mercator* (Universidade Federal do Ceará - UFC) e *GEOgraphia* (Universidade Federal Fluminense - UFF). O quadro abaixo traz as revistas de geografia que aparecem nessa classificação:

¹⁶ A Plataforma Sucupira é um sistema de coleta de informações, análises e avaliações a serem utilizadas como base padronizadora do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) brasileira. A Plataforma disponibiliza informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica.

¹⁷ Até 2012 os programas de pós-graduação do Brasil eram avaliados trienalmente

Quadro 1 - Revistas de geografia Qualis A1 do Triênio 2010- 2012

ISSN	Nome da revista
1984-2201	<i>Mercator</i> (UFC)
1517-7793	<i>GEOgraphia</i> (UFF)

Fonte: Organizado pela autora com base na Plataforma Sucupira (2023)

Uma segunda classificação é a do *quadriênio 2013–2016*, em que apareceram 127 registros de revistas, das quais, na área da geografia, destacaram-se quatro: *Boletim Goiano de Geografia* (Universidade Federal do Goiás – UFG), *GEOUSP: Espaço e Tempo* (Universidade de São Paulo – USP), *Mercator* (UFC) e *Sociedade & Natureza* (Universidade Federal de Uberlândia - UFU). O quadro abaixo apresenta as revistas de geografia que aparecem nessa classificação:

Quadro 2 - Revistas de geografia Qualis A1 do Quadriênio 2013–2016

ISSN	Nome da revista
1984-8501	<i>Boletim Goiano de Geografia</i> (UFG)
2179-0892	<i>GEOUSP: Espaço e Tempo</i> (USP)
1984-2201	<i>Mercator</i> (UFC)
1982-4513	<i>Sociedade & Natureza</i> (UFU)

Fonte: Organizado pela autora com base na Plataforma Sucupira (2023)

A última classificação é a do *quadriênio 2017–2020*, na qual localizamos 631 registros, sendo 16 revistas de geografia. São elas: *Boletim Paulista de Geografia* (Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB-SP), *Caderno de Geografia* (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas), *Cadernos Metrópole* (PUC-SP), *Caminhos de Geografia* (UFU), *Confinis* (USP e Universidade Sorbonne Nouvelle - França), *Espaço Aberto* (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), *GEO UERJ* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), *GEOgraphia* (UFF), *GEOUSP: Espaço e Tempo* (USP), *Mercator* (UFC), *Ra'e Ga — O Espaço Geográfico em Análise* (Universidade Federal do Paraná – UFPR), *Revista do Departamento de Geografia* (USP), *Revista Espaço Aberto* (Universidade de São Paulo - USP), *Revista Geográfica Acadêmica* (Universidade Federal de Roraima – UFRR), *Revista Perspectiva Geográfica* (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste) e *Sociedade & Natureza* (UFU). Abaixo, a quadro com as revistas classificadas em A1 no último Quadriênio:

Quadro 3 - Revistas de geografia Qualis A1 do Quadriênio 2017–2020

ISSN	Nome da revista
2447-0945	<i>Boletim Paulista de Geografia</i> (Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB-SP)
2318-2962	<i>Caderno de Geografia</i> (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas)
2236-9996	<i>Cadernos Metrópole</i> (A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP)
1678-6343	<i>Caminhos de Geografia</i> (UFU)
1958-9212	<i>Confins</i> (USP e Universidade Sorbonne Nouvelle - França) ¹⁸
2237-3071	<i>Espaço Aberto</i> – (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) ¹⁹
1517-7793	<i>GEOgraphia</i> (UFF)
2179-0892	<i>GEOUSP: Espaço e Tempo</i> (USP)
1984-2201	<i>Mercator</i> (UFC)
2177-2738	<i>Ra'e Ga — O Espaço Geográfico Em Análise</i> (Universidade Federal do Paraná – UFPR)
2236-2878	<i>Revista do Departamento de Geografia</i> (USP)
2236-1367	<i>Revista Espaço Aberto</i> ²⁰ (Universidade de São Paulo – USP)
1678-7226	<i>Revista Geográfica Acadêmica</i> (Universidade Federal de Roraima – UFRR) ²¹
1981-4801	<i>Perspectiva Geográfica</i> (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste) ²²
1982-4513	<i>Sociedade & Natureza</i> (UFU)

Fonte: Organizado pela autora com base na Plataforma Sucupira (2023)

A variação no número de períodos ao longo dessas três classificações está relacionada às mudanças nos critérios de avaliação estabelecidos pela CAPES. Assim, realizamos uma breve discussão sobre os critérios utilizados pela CAPES para classificar os periódicos no decorrer desse período. Buscamos responder às seguintes questões: houve alterações pela CAPES, na metodologia de classificação dos periódicos Qualis, que contribuíssem para a compreensão

¹⁸ Primeira edição em 2007.

¹⁹ Primeira edição em 2011.

²⁰ Primeira edição em 2011.

²¹ Primeira edição em 2007.

²² Primeira edição em 2005.

dessa variação? Quais foram as mudanças que impactaram diretamente o aumento no número de periódicos?

Optamos por conduzir esta pesquisa utilizando apenas a classificação do Qualis referente ao período de 2017–2020, considerando que é a mais recente e contém um maior número de revistas de geografia classificadas como A1.

Para analisar os artigos, utilizamos a metodologia da análise de conteúdo (Bardin, 2020 [1977]). Nosso foco foi nas revistas que já estavam em circulação em 2003, quando foi promulgada a Lei 10.639, devido à nossa delimitação temporal. No entanto, é essencial ressaltar que, ao restringir nossa seleção ao último quadriênio (2017–2020) e às revistas existentes em 2003, estamos deixando de fora alguns periódicos relevantes para a geografia, como a revista *Terra Livre*, criada em 1986.

Além disso, é importante observar que as revistas que foram analisadas possuem a classificação A1 de acordo com o último quadriênio (2017–2020). Isso implica que, embora essas revistas de geografia não tivessem, antes de 2017, a classificação A1, elas já estavam em circulação em 2003. Dessa forma, partimos do presente para investigar o que existia no passado, estabelecendo um recorte temporal entre 2003 e 2023.

Abaixo, estão listadas as revistas cujos artigos analisamos. Ressaltamos que todas elas já circulavam em 2003.

Quadro 4 - Revistas de geografia Qualis A1 – Quadriênio 2017–2020 em circulação desde 2003 ou antes

ISSN	Nome Da Revista
2447-0945	<i>Boletim Paulista de Geografia</i>
2318-2962	<i>Caderno de Geografia</i> (PUC-MG)
2236-9996	<i>Cadernos Metrópole</i> (PUC-SP)
1678-6343	<i>Caminhos de Geografia</i> (UFU)
1517-7793	<i>GEOgraphia</i> (UFF)
2179-0892	<i>GEOUSP: Espaço e Tempo</i>
1984-2201	<i>Mercator</i> (Fortaleza. Online)
2177-2738	<i>Ra'e Ga — O Espaço Geográfico em Análise</i>
2236-2878	<i>Revista do Departamento de Geografia</i> (USP)
1982-4513	<i>Sociedade & Natureza</i> (UFU. Online)

Fonte: Organizada pela autora com base na Plataforma Sucupira (2023)

A terceira fase consistiu em realizar uma análise documental, focando em trabalhos que fizeram menção à dimensão racial em seus títulos, palavras-chave ou resumos. Nosso objetivo foi quantificar e analisar como esses artigos têm sido abordados nas revistas selecionadas. Para realizar esse levantamento, iniciamos pela busca de títulos que contivessem descritores relacionados à questão racial, como “raça”, “negro”, “racismo” e “antirracista”. Os artigos selecionados foram analisados a partir da metodologia de Análise de Conteúdo (AC), conforme Bardin (2020 [1977]).

De acordo com Laurence Bardin (2020 [1977]), a Análise de Conteúdo (AC) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, e para além de um instrumento, trata-se de um “leque de apetrechos”. A partir dessa técnica, realiza-se a descrição analítica, que funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos, do conteúdo de determinada mensagem. Em outras palavras, trata-se de uma averiguação da informação contida nas mensagens. Segundo a autora, a Análise de Conteúdo pode ser tanto a análise dos “significantes”, em que se trata da análise lexical e dos procedimentos. Quanto à análise dos “significados”, está relacionada à interpretação do conteúdo, buscando compreender os significados subjacentes, as representações experimentadas, as intenções dos autores e as perspectivas dos participantes envolvidos no estudo. Essa abordagem envolve uma análise mais subjetiva, que considera os

contextos sociais, culturais e históricos para interpretar as mensagens e os discursos presentes nos dados.

Esta pesquisa se concentrará na análise dos “significados”, a fim de classificar e compreender os dados obtidos nos artigos selecionados. O interesse não está na descrição do conteúdo, mas no que esses querem dizer, aquilo que reverberam, (re)constroem, significam. “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferências estas que recorrem a indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 2020 [1977]), p. 40). Desse modo, podemos definir a análise de conteúdo como “uma operação ou um conjunto de operações”, que visa analisar o conteúdo de um documento.

De acordo com Bardin (2020 [1977]), a aplicação da Análise de Conteúdo envolve três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Durante a primeira etapa, é estabelecido um planejamento do trabalho, com atividades claramente definidas, embora flexíveis. A segunda etapa requer a execução das decisões previamente tomadas e, por fim, na terceira etapa, interpretação referencial, com base no referencial teórico e nos artigos selecionados, buscamos estabelecer conexões com a realidade.

Partindo dessa seleção dos trabalhos, e tendo como premissa a abordagem das questões raciais, consideramos as seguintes dimensões: com qual frequência essa temática aparece? Houve um aumento da discussão desse tema nos últimos anos? Há concentração dessas discussões em alguns periódicos? Em caso positivo, quais? Qual método filosófico é mais utilizado para realizar a discussão? Quais as referências principais?

Este trabalho se justifica pela necessidade de se promover a discussão das questões raciais no âmbito da geografia. Parece-nos que, a despeito da Lei 10.649/2003, esse tema tem recebido pouca atenção tanto na educação básica quanto na graduação e na pós-graduação, conforme apontado por diversos autores (Ratts, 2010; Cirqueira, 2020; Guimarães, 2020; Souza, 2016). Diante dessa lacuna, indagamo-nos sobre como podemos, enquanto campo científico, contribuir para a construção de uma sociedade antirracista, considerando que esse assunto tem sido pouco discutido. É nesse contexto que a relevância desta pesquisa se destaca, pois busca combater o racismo presente nos âmbitos acadêmicos, intelectuais e epistêmico que permeiam o campo do conhecimento geográfico. Dessa forma, o trabalho busca preencher uma lacuna existente e tem como objetivo promover a reflexão sobre as questões raciais na geografia, com o intuito de contribuir para a construção de uma geografia antirracista.

Organização dos capítulos

No Capítulo 1, discutimos o conceito de “racismo à brasileira”, um termo amplamente utilizado para descrever as características distintivas do racismo no contexto brasileiro, além de realizar uma análise aprofundada do racismo e das ideologias raciais, visando compreender sua natureza e funcionamento. Ademais, esse capítulo tem como foco realizar uma breve discussão sobre o papel das crenças religiosas na justificação moral da escravidão dos negros, assim como a posterior evolução do racismo a partir do século XIX, quando passou a ser respaldado por teorias científicas, como o darwinismo social, o evolucionismo e a crença na suposta “missão civilizatória” do homem branco. Para tal, partimos das seguintes referências teóricas: Lília Moritz Schwarcz (1993; 2012); Louis Althusser ([1970] 1996); Florestan Fernandes (2017); Karl Marx e Friedrich Engels ([1845-46] 2019); Asad Haider (2019); Silvio Almeida (2020; 2021); Lélia Gonzalez (2020; 2022); Carlos Hasenbalg (2022) e Ynaê Lopes dos Santos (2022).

No capítulo 2, discutimos o que são as revistas científicas, sua origem, razões de seu surgimento, seu papel e sua importância ao longo do tempo. Também analisamos brevemente como essas revistas se articularam ao capitalismo e como estas chegaram nos variados processos de “qualificação”, além de realizar uma contextualização do Qualis Periódico, apresentando uma breve história da CAPES e sua influência na expansão da pós-graduação no Brasil, com ênfase no campo da geografia. Abordamos também nesse capítulo as características e contextos dos períodos analisados. Realizamos, ainda, um breve levantamento das geógrafas e dos geógrafos que escrevem atualmente sobre a questão racial. Buscamos informações sobre suas universidades de origem, região, estado, gênero e raça; além de verificar se todos possuem doutorado. Para tal, utilizamos as seguintes referências bibliográficas: Elke Beatriz Felix Pena (2005); Nágila Machado Pires Santos (2014); Luiz Roberto Curtinaz Schifini (2018); Rosângela Schwarz Rodrigues et al. (2021) e Portal CAPES (2023).

No capítulo 3, fizemos a análise dos artigos encontrados, buscando compreender a perspectiva dos métodos utilizados pelos autores, as principais referências por eles utilizadas, a contribuição efetiva para uma geografia antirracista, bem como as potencialidades e limitações dos artigos. Para embasar essa etapa, recorreremos às seguintes referências bibliográficas: Laurence Bardin (1977), Antônio Carlos Malachias (2006), Diogo Marçal Cirqueira (2015), Ana Carolina dos Santos Marques e Ricardo Lopes Fonseca (2019), Raquel Almeida Mendes (2021).

1 O RACISMO “À BRASILEIRA”

O racismo transcende a esfera ética, para se estabelecer como uma complexa relação social entrelaçada pelas dinâmicas econômicas e políticas, conforme afirmado por Almeida (2021). O racismo como uma questão estrutural e estruturante tem suas origens que remontam à transição do escravismo colonial para o modo de produção capitalista, como discutido por Oliveira (2021). Desse modo, o racismo vai além de uma mera construção ideológica; é uma realidade concretizada em práticas que negam a humanidade das pessoas não brancas, conforme ressaltado por Haider (2019).

Ao adentrarmos na análise das ideologias raciais no contexto brasileiro, deparamo-nos com o desafio de confrontar o mito da democracia racial, conforme problematizado por Gonzalez (2020). Esse mito, que encobre as desigualdades e injustiças enfrentadas por pessoas negras no país, constitui-se como parte integrante das ideologias raciais que operam para justificar a opressão e a subordinação, como argumentado por Silvério (2018).

A discussão sobre ideologias nos remete também aos estudos de Althusser ([1970] 1996) e Therborn (1991), os quais destacam a intrínseca relação entre ideologia, Estado e reprodução das relações de produção. Por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado, a ideologia racista é perpetuada e internalizada, moldando as percepções e interações sociais. Por sua vez, Therborn (1991) nos convida a repensar o conceito de interpelação, considerando não apenas a submissão, mas também a qualificação dos sujeitos afetados por essa ideologia.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como as ideologias raciais são produzidas, reproduzidas e internalizadas, influenciando não apenas os indivíduos diretamente interpelados, mas toda a estrutura social. Essa análise crítica das ideologias raciais nos permite entender as dinâmicas de exclusão, desigualdade e injustiça presentes na sociedade brasileira e suas implicações nas relações de poder e na reprodução das relações sociais.

1.1 As Ideologias Raciais

O racismo não é apenas um problema ético; é, sobretudo, uma relação social estruturada pela economia e pela política, e justamente por ser uma relação social, é dotada de materialidade e historicidade (Almeida, 2021). Assim, o racismo deve ser compreendido como uma questão estrutural e estruturante, uma vez que as divisões de classes permaneceram sem ruptura na

transição do modo de produção do escravismo colonial para o modo de produção capitalista. (Oliveira, 2021).

O racismo pode ser definido como uma construção ideológica que se materializa em um conjunto de práticas, sendo sua “essência” a negação total ou parcial da humanidade do outro, no caso, pessoas não brancas. Essa construção ideológica serviu, e ainda serve, para justificar a exploração e o domínio de povos não brancos. Assim, entender o racismo também como ideologia implica em compreender que isso não diz respeito somente às “ideias”, embora também sejam constituídas por estas, mas sobretudo a um processo que se materializa em práticas sociais diversas, da linguagem à estratificação econômica, cultural, espacial, entre outras. O racismo está profundamente enraizado na sociedade, permeado por uma ideologia dominante, ou seja, uma “cultura racista”. Por isso, não se pode dissociar o racismo “primeiro do capitalismo e segundo, da classe de pertencimento” (Coutinho, 2022, p. 50).

A relação entre o racismo e as ideologias, embora pareça “transparente”, tem justamente nessa “aparência” um de seus problemas. E quando pontuamos a discussão das ideologias, as compreendemos em sua construção histórica, especialmente no campo do materialismo histórico-dialético. Cabe, em primeiro lugar, afirmar que não existe “uma” única definição para essa palavra. Existem várias, cujas orientações, mesmo no campo dos marxismos, apresentam diversas inflexões. No campo não marxista, as ideologias podem estar associadas à necessidade de sua negação, presente em autores como Daniel Bell (McLellan, 1987) ou mesmo, Raymond Aron (Mészáros, 2004).

De modo geral, no campo marxista, que é um campo vasto, o texto tomado como referência para discutir ideologia é a obra *A Ideologia Alemã*, escrita por Marx e Engels, entre 1845 e 1846. Nesse texto, os autores abordaram o termo “ideologia”, atribuindo-lhe um novo significado, influenciado pela conotação deixada por Napoleão. Para os autores, a ideologia passa a ser entendida como uma forma de consciência falsa. A partir desse momento, o termo tornou-se comum na tradição marxista e em outras correntes de pensamento social, sendo utilizado para descrever a distorção da consciência e das ideias, especialmente em relação às estruturas de poder e de dominação na sociedade.

Podemos citar diversos autores do campo marxista, tais como Antônio Gramsci, Louis Althusser, David McLellan, Göran Therborn, Istvan Mészáros, Terry Eagleton, entre inúmeros outros, que buscaram compreender, definir e trabalhar com a concepção de ideologia. Embora reconheçamos as diferenças e especificidades de cada abordagem, nesta pesquisa, apoiamos-nos

mais amiúde no texto *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (1996), escrito por Louis Althusser, em 1970. A questão da ideologia, para Louis Althusser ([1970] 1996), se relaciona à ação do Estado, que atua de modo a assegurar a reprodução das relações de produção, seja por meio da força, o que ele denomina como “aparelhos repressivos de Estado” [ARE], ou por meio da ideologia, ao que ele chama “aparelhos ideológicos de Estado” [AIE]).

Louis Althusser ([1970] 1996, p. 123), em seu conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, afirma que os AIEs “funcionam predominantemente pela ideologia”. De acordo com o autor, a ideologia em Marx é apresentada como “um sistema de ideias e representações que dominam a mente de um homem ou de um grupo social” (Althusser, [1970] 1996, p. 123). Essa formulação é encontrada na obra *A Ideologia Alemã*, e, para Althusser, Marx e Engels consideram a ideologia “como pura ilusão, puro sonho”. Nesse sentido, “toda a sua realidade lhe é externa”. Ou seja, a ideologia é analisada “como um constructo imaginário cujo *status* é idêntico ao *status* teórico do sonho entre os autores anteriores a Freud.” (Althusser, [1970] 1996, p. 124).

Althusser afirma que, para Marx, “a ideologia é uma montagem imaginária, um puro sonho, vazio e fútil, constituído pelos ‘resíduos diurnos’, portanto, da única realidade plena e positiva: a da história concreta de indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente sua existência” (Althusser, [1970] 1996, p. 124). E é com base nesse pensamento que Althusser pontua que “a ideologia não tem história em *A ideologia alemã*, já que sua história está fora dela, a única história existente é a história dos indivíduos concretos etc.” ([1970] 1996, p. 124). Para este autor, a tese de que, em *A ideologia alemã*, a ideologia não tem história, é puramente negativa, pois significa: (i) que a ideologia não é nada e (ii) que a ideologia não tem história, o que não sugere que ela não tenha história própria (Althusser, [1970] 1996, p. 124). Conforme Althusser:

Uma teoria das ideologias se baseia, em última instância, na história das formações sociais, e, portanto, dos modos de produção combinados nas formações sociais e das lutas de classes que se desenvolvem dentro delas. Nesse sentido, é claro que não há nenhuma possibilidade de uma teoria das ideologias em geral, já que as ideologias (definidas no duplo aspecto sugerido acima: regionais e de classe) têm uma história cuja determinação, em última instância, situa-se claramente fora das ideologias em si, embora a suponha (Althusser, [1970] 1996, p. 124).

A partir do referencial althusseriano, podemos iniciar uma breve discussão a respeito das ideologias raciais, pois o Estado, que contém algumas das principais superestruturas da sociedade, é constituído pelos Aparelhos Repressivos e pelos Aparelhos Ideológicos, sendo esse um instrumento da classe dominante, um instrumento de dominação

Ademais, pensando nesses aparelhos, entendemos que a escola tem uma centralidade nesse debate, uma vez que o próprio autor pontua que “a igreja foi hoje substituída, em seu papel de AIE dominante, pela escola” (Althusser, [1970] 1996, p. 123). Mas para além do AIE escolar, há outros dois aparelhos ideológicos que contribuem fortemente para a (re)produção das ideologias raciais, o AIE da informação (imprensa, rádio, televisão etc.) e o AIE cultural (literatura, artes, esportes etc.).

Portanto, pode-se dizer que o Estado intervém no processo de reprodução das relações de produção, ou seja, da reprodução das condições de exploração, garantida pela repressão direta ou indireta. Assim, para este autor, o Aparelho Repressivo de Estado funciona predominantemente “pela violência”, e os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam, predominantemente “pela ideologia”. No entanto, todo Aparelho de Estado, seja ele ideológico ou repressivo, tem um duplo funcionamento, isto é, funciona ao mesmo tempo pela ideologia e pela violência. Assim, não há nada que se possa chamar de aparelho puramente ideológico ou repressivo, pois operam de forma articulada.

Para Althusser, a obviedade é uma das características básicas da ideologia. Assim, Asad Haider (2019, p. 72), que se apoia também na obra de Althusser, afirma que, “quando algo parece óbvio para nós, como a noção de que os seres humanos devem competir pelo acesso ao necessário para sobreviver, sabemos que estamos no mundo da ideologia”.

Asad Haider discorre acerca da “ideologia racial”, pois, para ele,

não há razão intrínseca para organizar os seres humanos com base em características que essa ideologia nos diz ser ‘racial’ [sic]. A ideologia de raça afirma que podemos categorizar as pessoas de acordo com características físicas específicas, que geralmente giram em torno da cor de pele.” (Haider, 2019, p. 72, inserção nossa).

Ou seja, para o autor, a classificação dos seres humanos é uma forma de classificação desnecessária, que só tem algum significado porque tem consequências sociais. Uma das mais “óbvias” consequências sociais dessa categorização das pessoas é o racismo.

O racismo é a equação entre essas consequências sociais da categorização das pessoas e as características biológicas. Tal redução da cultura humana ao biológico é geralmente rejeitada e vista como abominável. No entanto, é possível rejeitar o racismo e ainda assim perpetuar a ideologia da raça. Tomar a categoria de raça como dada e como base para a análise política reproduz essa ideologia. E isso não é inofensivo, porque, na verdade, a ideologia de raça é produzida pelo racismo, e não contrário. (Haider, 2019, p. 73)

Portanto, é necessário pensar quais as consequências sociais produzidas pelo racismo, entendendo-o como articulado, por sua vez, com a (re)produção de desigualdades, justificada pela raça e praticada por variadas instituições, dentre as quais os ARES e os AIEs, que são materializados em práticas cotidianas e naturalizados por meio de palavras, expressões, ações, e (in)visibilizando os corpos negros ou considerando-os como marginais, menos inteligentes e inferiores.

Para Silvio Almeida (2020, p. 9) “a identidade é fruto de uma história, que só pode ser alcançada caso mergulhemos nas relações sociais concretas”. Ou seja, existem relações entre as ideologias e a construção de identidades nas relações concretas, que se revelam nas práticas de indivíduos “assujeitados” pelo funcionamento das instituições. Além disso,

O racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e de outros não brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor. O conteúdo dessa justificativa variou ao longo do tempo, tendo começado com as noções imbuídas de uma visão religiosa do mundo que permitiram estabelecer a distinção entre cristãos e pagãos. Mais tarde, e de uma maneira paradoxal, o ideário de igualdade e liberdade surgido no final do século XVIII acentuou a exclusão dos não brancos do universalismo burguês e levou à necessidade de reforçar a distinção entre (brancos) e sub-homens (de cor). Já no século XIX, o darwinismo social, o evolucionismo, as doutrinas do “racismo científico” e a ideia de “missão civilizatória do homem branco” aparecem intimamente relacionadas à expansão imperialista dos países europeus (Hasenbalg, 2022, p.88).

Desse modo, para pensar o racismo na sociedade brasileira, é importante entender a formação das ideologias raciais no Brasil e, assim, problematizar o mito da democracia racial.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... nem parece preto (Gonzalez, 2020, p. 78).

O mito da democracia racial enquanto modo de representação e discurso esconde a realidade vivida pelo negro no Brasil. Gonzalez (2020) pontua que “na medida em que somos todos iguais ‘perante a lei’ e que o negro é ‘um cidadão igual aos outros’, graças à Lei Áurea nosso país é o grande complexo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada” (Gonzalez, 2020, p. 38). O grupo racial dominante, geralmente o branco, justifica sua indiferença em relação ao negro, pois se esse não ascendeu socialmente, é o único culpado pelo seu “fracasso”, ou seja, esse “fracasso” é individualizado.

Para Valter Roberto Silvério (2018, p. 276), as ideologias raciais fornecem um mapa de posições e relações sociais existentes em um contexto histórico, e servem de justificativa para

as mais distintas formas de opressão e subordinação. E, assim, no caso do Brasil, a influência da democracia racial, que nos “igualava simbolicamente em termos de uma mistura genética e cultura e, também, nos hierarquiza em termos cromáticos nas relações sociais cotidianas” (Silvério, 2018, p. 276), é um exemplo claro de como as ideologias raciais operam.

O racismo pode ser ainda definido como “uma forma sistemática de discriminação com a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes culminando em desvantagens, ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam” (Almeida, 2020, p. 32). Ele é, sobretudo, uma construção ideológica (não entendida aqui somente como ideias, mas como práticas sociais), na qual práticas se concretizam nos distintos processos de discriminação racial.

Antes de mais nada, importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam. Nas sociedades de classes, a ideologia é uma representação do real, mas necessariamente falseada, porque é necessariamente orientada e tendenciosa — e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens o conhecimento objetivo do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, oferecer-lhes uma representação mistificada desse sistema social para mantê-los em seu “lugar” no sistema de exploração de classe (Gonzalez, 2020, p. 55).

Portanto, a raça é um atributo socialmente elaborado e se relaciona ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. E, segundo Gonzalez,

[...] o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos (Gonzalez, 2020, p. 56).

Desse modo, podemos dizer que a ideologia existe para e pelos sujeitos, e, dessa forma, o imaginário do “mito da democracia racial” cria condições reais de existência, resultando em injustiças e desigualdades mediante uma dominação e uma ideologia específica: a branca.

Destacamos, ainda, com base em Pinheiro (2019), que, mais do que definir o que as ideologias são (ou não são), é crucial examinar como elas operam e quais são seus efeitos. Isso se relaciona diretamente com nossas reflexões sobre as interações entre o “racismo à brasileira” e certos

discursos geográfico-acadêmicos sobre o tema.

E ainda consideramos que se as ideologias assujeitam, elas também qualificam. Göran Therborn ([1980] 1991) associa as ideologias a um processo subjetivo de interpelações inscrito em matrizes sociais materiais (Therborn, 1991, p. 8). Ele aborda a importância da ideologia na estruturação, perpetuação e mudança do poder na sociedade, destacando que ela não se limita apenas a doutrinas intelectuais, mas também está presente nas experiências diárias, na consciência dos atores sociais, nos sistemas de pensamento e nos discursos institucionalizados. O autor considera a ideologia como o meio pelo qual as pessoas moldam sua história enquanto agentes conscientes. Ele critica a noção de “falsa consciência”, que levaria a uma interpretação equivocada de que exista uma dicotomia entre pensamento “falso” e “verdadeiro”, entre o bem e o mal, entre o possível e o impossível, que já estariam determinados pela realidade.

O sociólogo, então, traz uma nova perspectiva ao discutir ideologia, enfocando a modificação do seu duplo funcionamento. Ele mantém a ideia de interpelação e reconhecimento, mas substitui a dualidade de submissão e garantia por submissão e qualificação. Essa substituição permitiria que novos membros da sociedade adquirissem qualificação suficiente para assumir e desempenhar papéis diferentes dos previamente definidos, ou até mesmo possibilitar mudanças sociais.

Assim, ao problematizar as formas de interpelação do racismo, buscamos também analisar como esse fenômeno é produzido e quais são seus efeitos sobre as pessoas e a sociedade como um todo. Segundo Therborn, a ideologia desempenha um papel crucial nesse contexto, atuando como um sistema de crenças, valores e discursos que influenciam a percepção e a interação das pessoas com o mundo. No caso do racismo, a ideologia racista interpela indivíduos de determinadas raças como sujeitos subalternos, perpetuando estereótipos, preconceitos e discriminações.

Ao questionarmos as formas de interpelação do racismo, é possível identificar como essas ideologias são internalizadas e reproduzidas, muitas vezes de maneira inconsciente, influenciando atitudes, comportamentos e relações sociais. Isso cria um ciclo de exclusão, desigualdade e injustiça que afeta não apenas os indivíduos diretamente interpelados, mas também toda a sociedade.

Logo, analisar o que se tem produzido no campo da geografia acadêmica a respeito do racismo, problematizar as formas de interpelação do racismo, como este é produzido e quais seriam seus

efeitos pode viabilizar novas formas de qualificação. E isso pode ser compreendido principalmente a partir do mito da democracia racial, que tem servido como um mecanismo de perpetuação das desigualdades estruturais.

1.2 O racismo à brasileira

“Os mitos existem para esconder a realidade. Por isso mesmo, eles revelam uma realidade íntima de uma sociedade ou de uma civilização” (Fernandes, 2017, p.29)

Segundo Florestan Fernandes (2017, p. 33), o mito da democracia racial contribui para retardar as mudanças estruturais, na medida em que possibilita ignorar as desigualdades extremas presentes no Brasil, resguardando a “estabilidade da ordem”. Ainda segundo o autor, isso explicaria o porquê de o mito da democracia racial ainda se fazer tão presente na nossa sociedade, pois ele estrutura toda uma ordem social, com raízes no passado colonial e na produção escravista, que possibilitou a acumulação interna do capital. Assim, ao racismo no Brasil se associa, de um modo específico, o mito da democracia racial, ambos constituindo um suporte para essa configuração.

Ynaê Lopes dos Santos (2022) afirma que o Brasil é um país que reconhece a existência do racismo; contudo, também é o país onde ninguém se diz racista. Assim, essa combinação resulta em práticas nas quais “todas as pessoas têm alguma opinião sobre o racismo, sem que haja uma compreensão mínima da dimensão desse fenômeno” (Santos, 2022, p. 12). Ou seja, no Brasil o racismo ainda é visto como uma questão de opinião, o que resulta na desqualificação e no esvaziamento das ações de cunho racista, sendo a ideia da “democracia racial” uma espécie de apanágio, usado como mecanismo para a deslegitimação de quem sofre com o racismo. Como diz Santos (2022, p. 13) “a dificuldade em determinar o sujeito da ação racista invalida a denúncia, banalizando não só a atitude da vítima, mas também a queixa e o ato discriminatório em si. Uma fórmula perfeita para manter bem azeitado o funcionamento do racismo brasileiro”. Nesse sentido, a autora afirma que uma das dificuldades em compreender o racismo como uma realidade concreta no Brasil é justamente o fato de o racismo compor a estrutura social da nossa sociedade, ou seja, trata-se da instituição do racismo estrutural.

Todavia, tomando como referência uma concepção histórico-crítica, não é possível deixar de mobilizar o conceito de opressão de raça, visto que esse foi fundamental para a construção dos

processos de exploração, exclusão e apropriação sofridos pela maioria da população negra. No contexto mencionado, é possível afirmar que o racismo se tornou um elemento fundamental na sociedade brasileira, desempenhando um papel relevante como força social e uma das estruturas que a compõem. Essa condição se deve à sua capacidade de operar em benefício do capitalismo — incluso o capitalismo “à brasileira” —, promovendo o processo da dominação burguesa. Essa influência foi particularmente significativa entre meados do século XIX e o final do século XX (Souza, 2022).

No entanto, é importante salientar que apenas reconhecer o racismo estrutural não diz muito sobre as formas de combatê-lo. O uso do termo precisa ser bem compreendido para não ser usado apenas como um “jargão esvaziado de sentido, que acaba por escamotear a centralidade que o racismo exerce na sociedade brasileira” (Santos, 2022, p.13).

Ao afirmar que o racismo é estrutural, estamos dizendo que ele está em todo lugar, mesmo que não tenhamos consciência disso. Essa é uma dimensão que condiz com a verdade/realidade do racismo, mas que ao mesmo tempo parece torná-lo etéreo e, mais uma vez, bastante difícil de precisar. Ao iniciar o desvelamento do racismo, percebemos que as ações discriminatórias e violentas que ele gera são apenas parte do problema, o que constitui um fator fundamental — que em último caso define a vida e a morte de sujeito —, mas que encobre fundamentações sólidas sobre as quais paira nossa normalidade. Talvez essa seja a forma mais simples de dimensionar o que é o racismo no Brasil: é grande parte daquilo que consideramos normal (Santos, 2022, p. 14).

E isso se explica pelo fato de o racismo ser um sistema de poder que estrutura as sociedades modernas, organiza as violências que acometem a populações discriminadas e, ao mesmo tempo, privilegia a população branca. Assim, é “um sistema de poder embasado na (falsa) ideia da supremacia branca” (Santos, 2022, p. 15).

Ao propor “uma história de formação do país”, Ynaê Lopes dos Santos parte de dois princípios fundamentais. O primeiro é que a história do Brasil é intrinsecamente ligada ao racismo, sendo impossível separar um do outro. O segundo princípio diz respeito à persistência do racismo ao longo da história do país, visto como um sistema de poder e opressão que foi historicamente construído, ou seja, tem uma materialidade, uma realidade concreta. Portanto, analisar as mudanças e permanências do racismo no Brasil nos ajuda a compreender como esse sistema funciona e, assim, possibilitar a desconstrução da ideia de que o racismo é algo natural ou inerente. Ainda de acordo com a autora, a história do racismo no Brasil antecede a própria história do país, visto que a própria noção de “descoberta” já parte de uma perspectiva

eurocêntrica.

Lília Schwarcz (2012) aponta que as teorias raciais só chegaram ao Brasil em meados do século XIX, isto é, quando a abolição da escravidão se tornava irreversível, na medida em que vários países já haviam abolido a escravidão, tendo sido o Brasil o último país a abolir esse sistema. O país é fortemente marcado por esses três séculos de escravidão, pois para cá vieram forçadamente cerca de 3, 6 milhões de africanos, o que alterou “as cores, os costumes e a própria sociedade local” (Schwarcz, 2012, p. 37).

Carlos Hasenbalg (2022), afirma que a justificativa da exploração do negro pelo branco variou ao longo do tempo, sendo que essa iniciou a partir de visões religiosas, que permitiram estabelecer a distinção entre cristãos e pagãos. Além disso, para o autor, algumas passagens do antigo testamento foram usadas a fim de justificar a escravidão das pessoas negras africanas — nessa concepção, os africanos seriam amaldiçoados por serem descendentes de Caim. Assim, criou-se uma correlação entre pecado, lugar de nascimento e cor, para justificar moralmente a escravidão dos africanos (Santos, 2022, p. 36).

Vale lembrar que a Igreja Católica foi o braço direito (e esquerdo) do empreendimento colonial na América portuguesa, cabendo a seus membros não só organizar a vida cotidiana, como também estabelecer os parâmetros morais que a sustentariam. Portanto, é muito emblemático que o clero tenha elaborado críticas sistemáticas à escravidão indígena por mais de trezentos anos e, por outro lado, nunca tenha produzido uma crítica contundente ao chamado tráfico negreiro. Os mesmos homens que se lançaram em defesa da salvação dos indígenas (muitas vezes dedicando a vida à causa) silenciaram ou até mesmo incentivaram a escravidão de africanos. Aos negros da terra cabia a salvação; aos da guiné, a escravidão (Santos, 2022, p. 40)

As concepções religiosas foram fundamentais para criação de uma justificativa moral para a escravidão dos negros. O desenvolvimento das ciências e o progressivo afastamento da religião como “fundamento para a explicação do mundo moderno”, especialmente a partir do século XIX, fizeram com que fossem buscadas explicações não religiosas para se estabelecer as diferenças e justificar as desigualdades entre “os homens”, tomando como seu primeiro e mais visível pressuposto a cor. Logo, o racismo passou a ser justificado pela ciência, com o darwinismo social, o evolucionismo e a crença na “missão civilizatória” do homem branco. O colonialismo europeu, que ocorreu na segunda metade do século XIX, constituía-se como “ciência” da superioridade eurocristã, e tinha como estrutura o modelo ariano para justificar as teorias evolucionistas (Gonzalez; Hasenbalg, 2020).

Apesar de a escravidão ter contribuído para a colonização portuguesa nas Américas ao longo

dos seus mais de trezentos anos de existência, não se pode afirmar que a escravidão tenha sido a mesma ao longo desse longo período; muito menos que essa tenha sido a única forma de exploração de um grupo por outro ou de justificativa para a construção das desigualdades entre as sociedades e as pessoas. Porém, sem a escravidão a colonização não teria se efetivado. E por mais que esse sistema tenha tido uma história complexa, utilizando diferentes grupos humanos, não se pode negar que “os escravizados eram sempre os não brancos, não importando muito, no primeiro momento se eram os negros da terra [indígenas] ou os da África” (Santos, 2022, p. 40, inserção nossa).

A ideia que se tem de que os indígenas não foram escravizados é outra falácia da escravidão nas Américas e no Brasil, pois a escravidão de povos indígenas ocorreu em paralelo à dos africanos e de seus descendentes. No entanto, o trabalho desses escravizados tinha na organização do mundo colonial diferentes formas e funções. É possível dizer que a escravidão africana foi responsável pela produção dos gêneros de exportação, transformando o trabalho negro na engrenagem que viabilizou não apenas a experiência colonial, mas também a criação do mundo capitalista. Já a escravidão indígena desempenhou um papel fundamental nas dinâmicas do mercado interno (Santos, 2022, p. 45).

Lilia Schwarcz (1993, p. 15) afirma que, no final do século XIX, “o Brasil era apontado como um caso único e singular de extrema miscigenação racial. Um ‘festival de cores’ (Aimard, 1888)”. Assim, na visão dos viajantes europeus, o Brasil se compunha por uma “sociedade de raças cruzadas”. Por sua vez, os intelectuais brasileiros entendiam o Brasil como uma “nação multiétnica”, um “espetáculo brasileiro da miscigenação” (Schwarcz, 1993, p.15). Para todos os efeitos, no século XIX, o Brasil era entendido como um típico país miscigenado, que tinha como promessa o branqueamento da nação, saída e solução para construção de uma nação civilizada.

Além disso, a particularidade do racismo científico brasileiro foi justamente o fato de o alto índice de mestiçagem não ser visto com bons olhos pela *intelligentsia*, que entendia serem os “mestiços” “inferiores, uma sub-raça pouco afeita à civilização” (Santos, 2022, p. 158). As noções de que o Brasil era um país mestiço não restringiam o debate apenas ao circuito interno, pois estava presente no imaginário de vários naturalistas do século XIX, que buscavam no Brasil espécies raras de fauna e flora, e se depararam com “o espetáculo dos homens e da mistura de raças” (Schwarcz, 1993, p. 17). A mestiçagem adjetivada por esses naturalistas foi usada pela *intelligentsia* como argumento para o “atraso da nação”. Essas ideias se articulavam ao

imperialismo e justificavam o domínio dos europeus sobre os demais povos (Santos, 2022). Essas doutrinas, influenciadas por ideias como o darwinismo social²³ e o racismo “científico”²⁴, promoviam a concepção de superioridade racial e cultural dos europeus, legitimando assim a exploração e o controle sobre outras nações. Essa visão imperialista era fundamentada em preconceitos e estereótipos, estabelecendo uma hierarquia entre as diferentes culturas e povos.

O racismo, enquanto discurso e construção ideológica, se localiza também nos discursos de exclusão, pois o grupo excluído é visto como objeto e não como sujeito. E, assim, é “consequentemente, infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele” (Gonzalez, 2020, p. 44). O racismo, além disso, é incorporado e realizado a partir de um conjunto de práticas materiais discriminatórias, que se tornam parte da estrutura objetiva das relações econômicas, ideológicas e políticas do capitalismo.

A escravidão serviu sobretudo para legitimar o pressuposto de “inferioridade”, construção social que passou a ser “naturalizada”. Além disso, com a incorporação das teorias raciais pela *intelligentsia* brasileira a partir do final do século XIX, as desigualdades sociais se transformam em matéria de natureza, ou seja, “tendo por fundamento uma ciência positivista e determinista, pretendia-se explicar com objetividade – valendo-se da mensuração de cérebro e aferição das características físicas – uma suposta diferença entre os grupos” (Schwarcz, 2012, p. 38).

Conforme Angela Davis:

Um casamento ideológico sólido uniu racismo e sexismo de uma nova maneira. A supremacia branca e a supremacia masculina, que sempre se cortejaram com facilidade, estreitaram os laços e consolidaram abertamente o romance. Durante os primeiros anos do novo século, as ideias racistas ganharam influência como nunca. A atmosfera intelectual — mesmo nos círculos progressistas — parecia estar fatalmente contaminada por noções irracionais sobre a superioridade da raça anglo-saxã. Essa crescente promoção da propaganda racista era acompanhada por uma promoção igualmente acelerada de ideias que denotavam a inferioridade feminina. Se as pessoas de minorias étnicas — dentro e fora do país — eram retratadas como bárbaras e incompetentes, as mulheres — quer dizer, as mulheres brancas — eram rigorosamente representadas como figuras maternas, cuja *raison d'être* [razão de ser] fundamental

²³ O darwinismo social é a aplicação das leis da seleção natural de Darwin à vida e às sociedades humanas. Seu principal pensador foi o filósofo inglês Herbert Spencer (1829-1903), que cunhou a expressão "sobrevivência dos mais aptos", posteriormente adotada por Darwin. Essa teoria postula que os seres humanos possuem diferentes habilidades inatas, algumas superiores e outras inferiores, resultando em desigualdades naturais. Para Spencer, na sociedade humana, há uma competição "natural" pela vida, na qual os mais aptos tendem a ter sucesso, adquirir riqueza e alcançar poder social, econômico e político, enquanto os menos aptos tendem a fracassar, não acumular riqueza e não ter acesso ao poder em qualquer forma (Bolsanello, 1996).

²⁴ As conexões entre o darwinismo social e o racismo "científico" foram estabelecidas por Georges Vacher de Lapouge (1854-1936), um antropólogo francês, em sua obra *L'Arien*. Ele classificava as raças em superiores (arianos) e inferiores (judeus, negros etc.), buscando correlações entre o status social e a identidade biológica ou racial dos indivíduos. Conde Joseph Artur Gobineau (1816-1882) foi o primeiro grande teórico do racismo, defendendo abertamente a superioridade da raça ariana como "a mais nobre de todas" em seu livro *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas* (1853) (Bolsanello, 1996).

era nutrir os machos da espécie. Mulheres brancas estavam aprendendo que, como mães, elas carregavam uma responsabilidade muito especial na luta para salvaguardar a supremacia branca. Afinal, elas eram as “mães da raça”. Embora o termo raça supostamente se referisse à “raça humana”, na prática – especialmente quando o movimento eugenista cresceu em popularidade – fazia-se pouca distinção entre “a raça” e “a raça anglo-saxã” (Davis, 2016, p. 127).

Ou seja, a “raça” é compreendida no século XIX a partir dos dados da biologia da época, baseando-se em fenótipo. O determinismo racial justificava as estratificações sociais e as desigualdades a partir de uma “comprovação científica”. Nesse sentido, conforme Schwarcz

No entanto, tais teorias não foram apenas introduzidas e traduzidas no país; aqui ocorreu uma releitura particular: ao mesmo tempo que se absorveu a ideia de que as raças significam realidades essenciais, negou-se a noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração, conforme previa o modelo original. [...] no Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contando que o resultado fosse cada vez mais branco. (Schwarcz, 2012, p. 39)

A Obra *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin em 1859 provocou uma mudança significativa no debate sobre o racismo científico. Para os monogenistas, que defendem que todos os seres humanos têm uma única origem na evolução, a obra de Darwin forneceu evidências que apoiavam essa teoria. Por outro lado, os poligenistas, que acreditavam em origens separadas para diferentes grupos étnicos, foram compelidos a aceitar a ideia de uma origem comum para a humanidade após considerarem os argumentos apresentados na obra de Darwin (Santos, 2022).

Contudo, Ynaê Santos (2022, p. 154) ressalta que Darwin, que esteve no Brasil em 1832, teve uma má impressão da escravidão, visto que seu estudo é sobre como a seleção natural levou à evolução das espécies, não fazendo apologia em momento algum à desigualdade entre os seres humanos. Porém, não foi essa a leitura de grande parte de seus contemporâneos, visto que estes se apropriaram dos conceitos da seleção natural e da evolução para justificar o racismo e, assim, a escravidão. Como pontua Santos,

O que se observou a partir de 1859 foi a quantificação do método científico, que, analisando uma série de medições do corpo humano, defendia que ações e comportamentos dos indivíduos estavam diretamente ligados à raça a que eles pertenciam. Entre as características humanas que poderiam ser medidas, a inteligência foi, sem dúvida, uma das mais quantificadas. Cientistas como o francês Paul Broca acreditavam, por exemplo, que o tamanho do cérebro estava diretamente ligado ao grau de inteligência do indivíduo. E mais: a craniometria permitiria que ele desenvolvesse uma escala evolutiva da inteligência humana. Nome de destaque na época, os argumentos de Broca chegaram a ser abertamente questionados em 1861 por um colega da Sociedade Antropológica de Paris, fundada por Broca dois anos antes. No entanto, o renomado médico, cientista e antropólogo francês não aceitou os dados

do seu opositor, que foi duramente criticado na ocasião (Santos, 2022, p. 155).

Santos aponta em seguida que, por mais que os dados de Paul Broca tenham sido fiéis, o método em si já partia do pressuposto de que existia desigualdade entre as raças humanas, o que fazia com que Broca usasse dados para comprovar sua teoria, ou seja, ele “força os resultados”. E justamente por isso, não se pode afirmar que o racismo científico era uma vertente das ciências, mas um conjunto de crenças usadas para manter certo grupo com privilégios e no poder. No entanto, a percepção da ineficácia do racismo científico demorou para acontecer, visto que essa teoria foi também muito utilizada pela antropologia criminal, além de outras pseudociências “que faziam a medição de características físicas inatas – como cor da pele, ângulo do nariz, tamanho do crânio etc. – para delinear biotipos suspeitos. Essa ferramenta foi amplamente empregada pela polícia da época e, infelizmente, até hoje dita grande parte das abordagens policiais” (Santos, 2022, p. 156). Desse modo,

As interpretações da obra de Darwin não pararam por aí. Outras disciplinas foram criadas a partir de percepções específicas da teoria da evolução das espécies. A antropologia cultural, a sociologia evolutiva, a história determinista, o darwinismo social e até mesmo a eugenia foram correntes de pensamento alicerçadas o racismo pós-1859 que pautaram o debate da época. Foram utilizadas como instrumentos de poder, dominação e violência, como nas justificativas científicas que os Estados nacionais europeus empregaram para iniciar a colonização na Ásia e na África no final do século XIX. Ainda que as abordagens fossem distintas, havia o chão comum entre essas disciplinas: a percepção da humanidade dividida em raças e a certeza de que havia uma hierarquia natural e seletiva entre elas. Essa premissa levou à noção de que existiriam estágios mais primitivos e primários da humanidade (na qual a população negra e muitas vezes era associada aos primatas) e outros mais evoluídos e civilizados (Santos, 2022, p. 157).

Portanto, pode-se afirmar que essas perspectivas “científicas” de meados do século XIX desempenharam um papel significativo no panorama intelectual da época, tendo o racismo científico como uma das principais referências. Como resultado, as instituições de produção de conhecimento do país, como faculdades de medicina e direito, museus e institutos históricos e geográficos, conduziram pesquisas sobre o território, flora, fauna e população, a partir dessas disciplinas que compactuam com essas ideologias racistas e racialistas (Santos, 2022).

No entanto, um aspecto peculiar do racismo científico brasileiro, que despertou a atenção de diversos cientistas estrangeiros, foi o elevado índice de miscigenação da população. Ao longo do século XIX, os intelectuais brasileiros mais proeminentes não encaravam de forma favorável essa mistura racial abundante, compartilhando perspectivas científicas que rotulavam os mestiços como seres inferiores, considerando-os uma sub-raça e menos propensos à civilização (Santos, 2022).

Assim, Schwarcz (2012) afirma que a grande entrada de imigrantes brancos, aliada à libertação dos escravizados, colaborou para a construção desse “projeto de branqueamento no país”, pois se acreditava que a entrada de imigrantes italianos e alemães no Brasil iria “tornar o país mais claro”. Ademais, diferentemente de outros países, nos quais as ideologias raciais criavam categorias de segregação, tal como Jim Crow²⁵, nos Estados Unidos e o *apartheid*, na África do Sul, o Brasil internalizou o discurso da democracia racial, ou seja, uma “escravidão benigna” (Schwarcz, 2012, p. 41). Desse modo, Schwarcz aponta que:

Era a cultura mestiça que, nos anos de 1930, despontava como representação oficial da nação. Afinal, como qualquer movimento nacionalista, também no Brasil a criação de símbolos nacionais nasce ambivalente: um domínio em que interesses privados assumem sentido públicos. O próprio discurso da identidade é fruto dessa ambiguidade que envolve concepções privadas e cenas públicas, na qual noções como povo e passado constituem elementos essenciais para elaboração de uma nacionalidade imaginada. Nesse sentido, a narrativa oficial se serve de elementos disponíveis, como a história, a tradição, rituais formalistas e aparatosos, e por fim seleciona e idealiza um “povo” que se constitui a partir da supressão das pluralidades (Schwarcz, 2012, p. 47).

Nesse sentido, pode-se dizer que a construção dessa identidade alicerçada no mito da democracia racial contribui para negar os três séculos de escravidão e as barbaridades cometidas nesse período, além de uma recusa em assumir que a escravidão estruturou e estrutura as desigualdades e as violências. A “invenção” dessa identidade “é ideológica e visa recolher na história pregressa certos elementos identitários, mas destituídos de seu sentido inicial e conferindo a eles uma dimensão grandiosa” (Schwarcz, 2012, p. 48).

O mito das “três raças”, presente, por exemplo, na obra de Gilberto Freyre, demonstra essa construção. De acordo com Mário Luiz Souza (2022), o mito da democracia presente no Terceiro Projeto de Identidade Nacional deriva do pensamento de Gilberto Freyre sobre as relações raciais no Brasil, a partir de sua obra *Casa-Grande & Senzala*. Na obra lançada em 1933, Gilberto Freyre adotou uma abordagem culturalista para analisar a escravidão na região nordeste do Brasil. Souza (2022) argumentou que, diferentemente de outros países, como os Estados Unidos, a escravidão no Brasil não foi caracterizada por um nível extremo de violência. Segundo o autor, isso favoreceu o estabelecimento de relações raciais harmoniosas após o fim da escravidão, sem a presença de características raciais intensas ou práticas segregacionistas. Sob essa perspectiva, não existiam barreiras raciais que impedissem o progresso da população

²⁵Jim Crow foi um conjunto de leis, que permaneceram em vigor até 1965, originadas nos Estados Confederados durante a Guerra da Secessão, e tinham como objetivo promover a divisão segregada entre a sociedade branca e negra. Essas leis envolviam a separação de assentos em ônibus e banheiros, avançando para a segregação educacional e a restrição do direito de voto.

negra na sociedade brasileira. Desse modo, conforme Gonzalez,

Tais condições nos remetem ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais “perante a lei” e que o negro é “um cidadão igual aos outros”, graças à Lei Áurea nosso país é o grande complexo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolismo”, “infantilidade”, etc. ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores. O interessante a se ressaltar, nessas formas racionalizadas da dominação/opressão racial, é que até as correntes ditas progressistas também refletem, no seu economicismo reducionista, o mesmo processo de interpretação etnocêntrica. Ou seja, apesar de sua denúncia em face das injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas, não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial paralela que tem por objetivo exatamente sua reprodução/perpetuação (Gonzalez, 2020, p. 38).

De acordo com Hasenbalg (2022, p. 105), ao ressaltar as contribuições positivas do africano e do ameríndio para a cultura brasileira, Gilberto Freyre desafiou as premissas racistas presentes no pensamento social do final do século XIX e do início do século XX. Em outros termos, o autor diz que, ao mesmo tempo, Freyre criou uma poderosa arma ideológica contra a população negra, visto que, ao enfatizar a flexibilidade cultural do colonizador português e o aumento do grau de miscigenação racial no país, ele formulou a noção de democracia racial. Implicitamente, essa ideia sugere a ausência de preconceito e discriminação racial, e a existência de igualdade de oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos (Hasenbalg, 2022).

Mas para além dessas abordagens, Schwarcz (2012) afirma existirem também alguns pensadores engajados na construção de pesquisas e estudos antirracistas, tal como Florestan Fernandes, que contribuiu para a elaboração de estudos e demonstrou as falácias do mito da democracia racial. Conforme Schwarcz, “o autor notava, ainda, a existência de uma forma particular de racismo: ‘um preconceito de ter preconceito’, ou seja, a tendência do brasileiro seria continuar discriminando, apesar de considerar tal atitude ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem pratica)” (Schwarcz, 2012, p. 70).

O racismo no Brasil se apresenta “como uma expressão de foro íntimo, mais apropriado para o recesso do lar”, é um preconceito de “caráter privado e pouco formalizado”. O racismo à brasileira é sobretudo, “dissimulado e assistemático” (Schwarcz, 2012 p. 78). Dessa forma,

Uma das especificidades do preconceito vigente no país é, como vimos, seu caráter não oficial. Enquanto em outros países adotavam-se estratégias jurídicas que garantiam a discriminação dentro da legalidade — seja por meio de políticas oficiais do *apartheid*, seja estabelecendo cotas étnicas —, no Brasil, desde a Proclamação da

República, a universalidade da lei foi afirmada de maneira taxativa: nenhuma cláusula, nenhuma referência explícita a qualquer tipo de diferenciação pautada na raça. No entanto, como silêncio não é sinônimo de inexistência, o racismo foi aos poucos reposto por aqui primeiro de forma “científica”, com base no beneplácito da biologia, e depois pela própria ordem de costume (Schwarcz, 2012, p. 79).

O racismo no Brasil pós-escravidão ganhou uma nova roupagem. Carlos Hasenbalg (2022, p. 111) afirma que as relações raciais pós-abolição são entendidas como “uma área residual de fenômenos sociais resultantes de uma forma arcaica de relações intergrupais formados no passado escravista”. O autor pontua que o preconceito e a discriminação racial não se mantêm ilesos após a abolição, pois eles adquirem novas funções e significados dentro da nova estrutura social. Além disso, afirma ele, as práticas racistas dos grupos raciais dominantes não são apenas sobrevivência do passado escravocrata, mas são sobretudo referentes aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro.

Nesse sentido, “a raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social” (Hasenbalg, 2022, p. 112). Em outras palavras, a raça se relaciona com os aspectos da reprodução das classes sociais; trata-se da divisão dos sujeitos nas posições da estrutura de classes e na estratificação social.

A explicação para a permanência das desigualdades raciais ocorre também porque brancos e negros, no momento da abolição, partiram de condições sociais, econômicas, culturais e políticas distintas. De acordo com Hasenbalg (2022), no Brasil contemporâneo, a população negra ainda enfrenta condições de vida desfavoráveis, o que pode ser observado principalmente em duas dimensões. A primeira refere-se à desigual distribuição geográfica entre brancos e negros, resultando em segregação espacial dos grupos raciais não-brancos. A segunda dimensão refere-se às práticas racistas perpetradas pelo grupo racial dominante.

Em relação à primeira variante, Hasenbalg (2022) mostra que existe no Brasil uma segregação geográfica dos dois grupos raciais, e que isso foi condicionado, sobretudo, pelo sistema escravista e posteriormente pelo incentivo à imigração europeia. E, sobre, as práticas racistas do grupo racial dominante, Hasenbalg (2022, p. 113) escreve: “às práticas discriminatórias dos brancos devem ser acrescentados os efeitos derivados da internalização, pela maioria da população negra, de uma autoimagem desfavorável”. Ou seja, essa visão negativa começa a ser transmitida na escola e pelos meios de comunicação.

No Brasil, o racismo é definido por Lélia Gonzalez como sofisticado, visto que esse é um

racismo disfarçado. Gonzalez (2020, p. 130) define o racismo em dois tipos: o racismo aberto e o racismo disfarçado. O *racismo aberto* seria característico das sociedades de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa, e estabelece que negro/negra é a pessoa que tenha antepassados negros. Desse modo, de acordo com essa ideia, a miscigenação é impensável, pois objetiva-se manter sua ‘pureza’ e reafirmar sua “superioridade”, e para garantir isso, a única solução é assumir de forma explícita a segregação dos grupos não brancos. África do Sul e os Estados Unidos são exemplos desse tipo de teoria e prática explícitas do racismo.

Gonzalez explica que, no caso das sociedades de origem latina, o tipo de racismo que predomina é o *racismo disfarçado*, também classificado pela autora como “racismo por denegação” (2020, p. 130). Nesse tipo de racismo, há o predomínio de teorias de miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. Esse tipo de racismo se faz presente nos países de colonização luso-espanhola e se explica pela formação histórica dos países ibéricos. A autora explana isso nas seguintes palavras:

A formação histórica de Espanha e Portugal se deu no decorrer de uma luta plurissecular (a Reconquista) contra a presença de invasores que se diferenciavam não só pela religião que professavam (o islã); afinal, as tropas que invadiram a Ibéria em 711 não só eram majoritariamente negras (6700 mouros para trezentos árabes) como eram comandadas pelo negro general (“Gabel”) Tariq ibn Ziyad (a corruptela do termo Gabel Tariq resultou em Gibraltar, palavra que passou a nomear o estreito até então conhecido como Colunas de Hércules). Por outro lado, sabemos que não só os soldados como o ouro do reino negro de Gana (África Ocidental) tiveram muito a ver com a conquista moura da Ibéria (ou Al-Andalus). Vale notar, ainda, que as duas últimas dinastias que governaram Al-Andalus procediam da África Ocidental: a dos almorávidas e a dos almóadas. Foi sob o reinado desses últimos que nasceu, em Córdoba (1126), o mais eminente filósofo do mundo islâmico, o aristotélico Averróis. Desnecessário dizer que, tanto do ponto de vista racial quanto civilizacional, a presença moura deixou profundas marcas nas sociedades ibéricas (como, de resto, na França, Itália etc.) (Gonzalez, 2020, p. 131).

Em outras palavras, o racismo por denegação é regra na América Latina, pois a Espanha e Portugal já tinham uma experiência sólida quanto aos processos mais eficazes de articulação das relações raciais. De acordo com Lélia Gonzalez (2020), as sociedades ibéricas se estruturaram a partir de um modelo rigidamente hierárquico, e isso possibilitou que as ideologias de classificação social, racial e sexual se instaurassem — e permanecessem — na América Latina. Uma vez, pois, que essas sociedades são racialmente estratificadas, isso “dispensou” as formas abertas de segregação, visto que estas obedecem às hierarquias que garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante.

Além disso, a formação de Portugal efetuou-se por meio do duplo movimento que se conectava

com a ressignificação da identidade cristã e com a expulsão dos muçulmanos do país. E, assim, a ideia de “salvação” torna-se um dos pilares para a construção da identidade portuguesa. A “descoberta” do continente africano pelos lusitanos possibilitou que os portugueses, além de saquearem os recursos, implementassem a comercialização de pessoas negras daquele continente. A escravização foi justificada pela infidelidade daquela população perante a fé católica.

Para além disso, Gonzalez (2020), que argumenta que, apesar da afirmação da igualdade perante a lei, a realidade revela uma dinâmica de subordinação dos negros e índios nas classes mais exploradas, sustentada pela ideologia do branqueamento. Esta ideologia, disseminada pelos meios de comunicação e aparelhos ideológicos tradicionais, perpetua a crença na superioridade branca, levando à fragmentação da identidade racial e ao desejo internalizado de embranquecer, a autora diz

Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um carácter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 2020, p. 132).

A autora explica assim que o “racismo à brasileira” é fruto de um processo que nasceu nos países ibéricos, que foi se aperfeiçoando ao longo do tempo e, por conseguinte, “aplicado” no Brasil. A excepcionalidade desse racismo se justifica por sua “negação”, de forma que, se algo “não existe”, não há como ser combatido. É por isso que, para Gonzalez, a afirmativa de que todos somos iguais perante a lei assume um carácter formalista, pois o racismo é “suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (Gonzalez, 2020, p. 131).

A ideologia do branqueamento é difundida por diversos processos, discursos e práticas socialmente construídos, em que se reproduz a crença e os valores ocidentais, a exemplo do mito da superioridade branca, que se relaciona com o desejo do embranquecimento, ou seja, com a perspectiva de “limpar o sangue” (Gonzalez, 2020, p. 132).

Em contrapartida, Lélia Gonzalez explica que o racismo de segregação explícita,

diferentemente do “racismo disfarçado”, reforça a identidade racial dos negros, pois essa é explicitamente percebida por qualquer pessoa desses grupos. Conforme Gonzalez,

A produção científica dos negros desses países do nosso continente tem se caracterizado pelo avanço, autonomia, inovação, diversificação e credibilidade nacional e internacional; o que nos remete a um espírito de profunda determinação, dados os obstáculos impostos pelo racismo dominante. Mas, como já disse antes, é justamente a consciência objetivo desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior”. A dureza dos sistemas fez com que a comunidade negra se unisse e lutasse, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista (Gonzalez, 2020, p. 132).

Isso explica o porquê de a construção racial no Brasil ter ocorrido de modo distinto em comparação aos Estados Unidos e outros países, e mostra a particularidade das sociedades, pois mesmo em países nos quais a escravidão da população negra foi uma realidade, ainda assim, esses apresentam inúmeras diferenças entre si. Ao contrário de países onde o racismo se manifesta por meio de práticas abertamente preconceituosas e discriminatórias, seja por meio de leis de segregação racial ou mesmo sem o uso explícito de tais legislações, o racismo à brasileira nega a própria existência na sociedade brasileira. O Estado, as instituições, as pessoas envolvidas na discriminação (conscientemente ou não) e até mesmo muitas das vítimas do racismo não reconhecem a existência dessa forma de discriminação, bem como os privilégios que ela concede às pessoas brancas e a exploração e exclusão sofridas pelas pessoas negras. Ademais, atitudes racistas muitas vezes são interpretadas como meras brincadeiras ou descuidos sem a intenção de ofender ou de excluir (Souza, 2022).

Há uma diferença significativa dos efeitos dos diferentes tipos de racismo sobre a população. No racismo de segregação explícita, os negros, por terem a consciência objetiva desse racismo sem disfarces, compreendem objetiva e claramente as crueldades dessas práticas de desigualdades e desumanização. É justamente o entendimento da “dureza dos sistemas [que] fez com que a comunidade negra se unisse e lutasse, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista” (Gonzalez, 2020, p. 132, inserção nossa).

Guimarães *et al.* (2022) afirma que as discussões relacionadas às questões raciais requerem uma abordagem regionalizada e periodizada, visto que o racismo possui características distintas dependendo do contexto socioespacial em que se (re)produz. Ao mesmo tempo, o racismo evolui ao longo do tempo. Desse modo, o atual projeto racial em andamento busca diluir as forças que buscam combatê-lo. No entanto, isso não significa que exista uma sociedade mais racista que a outra. Ou seja, “não existe racismo forte ou brando como muitos ideólogos tentam

minimizar a questão social brasileira” (Guimarães *et al.*, 2022, p. 31). Contudo, isso não significa que, em sociedades nas quais o racismo é por denegação, como no caso no Brasil, inexistam formas de luta e resistência — o quilombo foi e é uma dessas formas.

Para Edison Carneiro (1958) a resistência dos negros à escravidão na América Portuguesa se manifestou em três principais formas: (i) revoltas organizadas visando tomar o poder, exemplificadas pelos levantes dos negros malês (muçulmanos) na Bahia entre 1807 e 1835; (ii) insurreições armadas, como o caso de Manuel Balaio em 1839 no Maranhão; e (iii) as fugas para o interior, resultando na formação dos quilombos, sendo o de Palmares um exemplo notável desse fenômeno. Sobre isso, Carneiro diz que:

As revoltas malês [...] tiveram caráter principalmente religioso e foram desfechadas com o fim de matar os brancos, tomar o Poder e banir a religião cristã, em nome de Allah. [...] A insurreição de Manuel Balaio, pelo contrário, foi um movimento espontâneo — uma caçada ao branco. Sem planos, sem diretivas definidas, a insurreição resolveu-se na simples depredação de propriedades, na pilhagem de aldeias e vilas, mais tarde explorada pelos bentevis (liberais) para a tomada da cidade de Caxias e para a marcha sobre a capital. [...] A reação mais geral foi, entretanto, o quilombo. Era uma reação negativa — de fuga, de defesa. Era a reação mais simples. [...] A peculiaridade de Palmares, entre os muitos quilombos do Brasil, está em ter vivido por quase todo um século, não obstante as dezenas de expedições que os brancos enviaram para reduzi-lo (Carneiro, 1958, p. 32, grifos nossos).

O quilombo dos Palmares se assemelhava aos Estados negros que existiram na África durante o século XVII, isto é, “um Estado baseado na eletividade do chefe mais hábil ou mais sagaz, de maior prestígio e felicidade na guerra ou no mando” (Carneiro, 1958, p. 32).

Para Carneiro (1958) o quilombo representou um evento singular na vida do país, e isso independe da perspectiva adotada para analisá-lo. Seja como forma de resistência à escravidão, como comunidade estabelecida, como estrutura social e como resgate dos valores das culturas africanas, o quilombo se revela como um fenômeno singular, distinto e uma síntese complexa. Como um movimento contrário ao modo de vida imposto pelos colonizadores, o quilombo preservava sua autonomia, mesmo cultivando plantações ensinadas pelos antigos senhores e protegendo-as, quando necessário, com as armas de fogo dos brancos e as habilidades de arco e flecha dos indígenas. Apesar de ser, em sua maioria, contrário à sociedade que oprimia seus integrantes, o quilombo incorporava muitos elementos dessa sociedade e foi, indiscutivelmente, um passo significativo para a integração da massa escravizada à nação (Carneiro, 1958, p. 25).

Para além das resistências dos quilombos, Gonzalez (2020, p. 133), mostra que, no Brasil, a força cultural se mostra como a mais eficaz forma de resistência. A “Amefricanidade” é uma categoria criada por Lélia Gonzalez para sinterizar o que ela quer dizer com as formas de

resistências que perpassam principalmente pela cultura:

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de pan-africanismo, negritude, afrocentricity etc. (Gonzalez, 2020, p. 135).

A “Amefricanidade”, construída por Gonzalez, representa, para além de uma formação geográfica e territorial, uma construção que perpassa o processo de incorporação e construção de uma identidade cultural. Gonzales explica:

Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como a daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo. [...] Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades (Gonzalez, 2020, p. 135).

A autora entende que os “amefricanos”, partindo de uma perspectiva histórica e cultural, têm experiências distintas dos povos africanos que permaneceram no seu próprio continente. Os amefricanos possuem contribuições específicas para o mundo panafricano. Lélia Gonzalez (2020, p. 39), referenciando-se em Althusser (1976) –, revela que os aparelhos ideológicos do Estado servem para a manutenção das relações de produção existentes e desenvolvem também, com eficácia, práticas de veiculação e o reforço das discriminações, sendo o sistema educacional utilizado como aparelhamento de controle nessa estrutura de discriminação cultural. Assim, ela diz:

Em todos os níveis do ensino brasileiro — elementar, secundário, universitário — o elenco das matérias ensinadas [...] constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra (Gonzalez, 2020, p. 39).

Nilma Lino Gomes (2017, p. 107) esclarece que, durante muito tempo, quando a escola realizava alguma comemoração educativa sobre a questão racial ou a questão do negro,

geralmente na data 13 de maio, celebrava-se a assinatura da Lei Áurea. “As crianças negras eram fantasiadas de africanos escravizados, e uma menina branca e, de preferência loura, era escolhida para representar a Princesa Isabel”. Além disso, a autora mostra que, nos livros didáticos, o dia 13 de maio era apresentado como “o Dia da Libertação dos Escravos”. Contudo, nada se discutia a respeito das lutas por libertação e das resistências. Nesse sentido, Gonzalez chama nossa atenção, afirmando:

[...] vale ressaltar que a maioria das crianças negras, nas escolas de primeiro grau, são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes. De um modo geral, são encaminhadas a postos de saúde mental para que psiquiatras e psicólogos as submetam a testes e tratamentos que as tornem ajustadas. Se refletirmos um mínimo sobre a questão, não teremos dificuldade em perceber o que o sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação apontam para um processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra. E são exatamente essas “exceções” que, devidamente cooptadas, acabam por afirmar a inexistência do racismo e de suas práticas (Gonzalez, 2020, p. 39).

Entende-se que o racismo institucional no Brasil tem uma base histórica, científica, política, ideológica e social, que delineiam as relações raciais. E, na escola, este se (re)produz em diversos contextos, dos materiais didáticos às relações sociais entre professores e alunos, e entre os próprios alunos. É possível, ainda, ver os efeitos desse racismo institucional nos dados de evasão escolar e de desempenho trazidos à tona pela UNICEF, nas seguintes palavras de Kim Abe:

De acordo com os dados trazidos pelo Relatório Reprovação, Distorção Idade-série e abandono escolar, do Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF, metade dos mais de 910 mil estudantes que deixaram as escolas municipais e estaduais de todo o país em 2018 eram pretos e pardos (453 mil). Além disso, as populações preta, parda e indígena têm entre 9% e 13% de estudantes reprovados, enquanto entre brancos esse percentual é de 6,5% (Kim Abe, 2020, s/p).

Ou seja, quando se trata da escolarização da população negra, essa apresenta os piores indicadores, menor grau de escolarização, maior número de evasão escolar e maior taxa de analfabetismo. E essas desigualdades escolares, herdadas do passado e perpetuadas no presente, têm reflexos na renda e na expectativa de vida dessa população, pois na sociedade capitalista, o grau de escolarização reflete na distribuição de renda, principalmente em uma sociedade na qual a escola é para poucos (Gomes, 2017).

Desse modo, partindo da questão “como a articulação entre o discurso geográfico e a questão racial tem aparecido nos últimos 20 anos nas revistas de geografia Qualis A1?”, entendemos

que a geografia, enquanto campo científico, não está imune às ideologias racistas e pode (re)produzir o racismo. A geografia não é, assim como nenhum outro campo científico, neutra. Nesse sentido, como o racismo e a discriminação racial aparecem no discurso geográfico? Eles aparecem de forma explícita ou se manifestam diante do silêncio?

No entanto, também podemos tomar como hipótese que, nas últimas décadas, até em função das lutas sociais e da explicitação do “racismo à brasileira”, tem aumentado o número de geógrafos e geógrafas atentos a essas questões. Desse modo, esta pesquisa busca entender como a articulação entre o discurso geográfico acadêmico, revelado por meio da análise dos artigos dos periódicos selecionados, e a questão racial têm aparecido nos últimos 20 anos neste campo científico.

2 AS REVISTAS, OS ARTIGOS E OS AUTORES SELECIONADOS: BREVE CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A produção científica nas áreas da geografia tem desempenhado um papel fundamental na compreensão e análise das dinâmicas socioespaciais, abrangendo questões que refletem as complexidades da sociedade contemporânea. Dentro desse contexto, as revistas classificadas como A1 no Qualis da CAPES têm se destacado como importantes espaços de divulgação e debate acadêmicos, influenciando não apenas a construção do conhecimento, mas também a visibilidade e prestígio dos pesquisadores e instituições vinculadas a essas publicações.

Uma das temáticas cruciais que emergem nesse cenário é a questão racial, que vem sendo cada vez mais abordada e problematizada no âmbito da geografia acadêmica no Brasil. Nesse contexto, a análise das revistas A1 se torna relevante, pois elas não apenas refletem as concepções predominantes no campo científico, mas também exercem influência na quantidade e qualidade dos artigos publicados sobre essa temática.

Tomando como referência as revistas de geografia classificadas como A1 no Qualis da CAPES, é possível observar diferentes abordagens e enfoques em relação à questão racial. Por exemplo, o *Boletim Paulista de Geografia*, com sua edição especial “*Geografia e relações étnico-raciais*”, apresenta um conjunto significativo de artigos que abordam essa temática de forma aprofundada e crítica. Da mesma forma, o *Caderno de Geografia*, a *Revista Caminhos de Geografia*, a *GEOgraphia*, a *GEOUSP Espaço e Tempo*, entre outras, também oferecem contribuições para a compreensão das dinâmicas raciais no contexto geográfico.

No entanto, é importante destacar que, apesar da relevância dessas publicações, ainda há lacunas e desafios a serem enfrentados. A ausência ou escassez de artigos sobre a questão racial em algumas revistas A1 indica a necessidade de ampliar o debate e a produção de conhecimento nessa área. Além disso, é necessário examinar de maneira crítica como o tema é tratado e as abordagens adotadas pelas diversas revistas, a fim de promover uma produção científica mais abrangente e alinhada com as necessidades sociais e políticas atuais.

Diante desse contexto, esta pesquisa se propõe a analisar as formas de abordagem da questão racial nos artigos das revistas de geografia classificadas como A1 no Qualis da CAPES.

2.1 Contextualização do Qualis periódicos

A CAPES foi criada em 11 de julho de 1951, através do Decreto nº 29.741, com o propósito de incentivar o aprimoramento do pessoal de nível superior. O educador Anísio Spínola Teixeira, considerado o principal idealizador da CAPES, assumiu o cargo de secretário-geral da comissão. Em 1976, a CAPES ampliou suas atividades para incluir não apenas o financiamento para a formação de profissionais altamente especializados, mas também a avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Desde então, o Sistema de Avaliação desempenha um papel crucial no avanço da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no país (CAPES, 2011).

Além disso, em 1998 a CAPES introduziu o sistema de classificação de periódicos chamado Qualis, que classifica os artigos publicados por professores e alunos de programas de pós-graduação. A avaliação de cada periódico é baseada em sua percepção de qualidade, funcionando como um indicador indireto da qualidade dos artigos publicados nele. Esses resultados são amplamente utilizados para avaliar a produtividade das instituições de pesquisa (Pires, *et al.*, 2020).

O lançamento oficial do Portal de Periódicos ocorreu em 11 de novembro de 2000, coincidindo com o surgimento das bibliotecas virtuais e o início da digitalização dos acervos pelas editoras. Na época, o Portal já oferecia um conteúdo inicial composto por 1.419 periódicos e novas bases de referência, abrangendo todas as áreas do conhecimento. Em 2005, a CAPES assinou novos contratos para adicionar mais títulos ao Portal de Periódicos, e, com isso, o acervo do portal cresceu significativamente, contando com mais de 9.500 revistas científicas internacionais e 105 bases de referência. O sistema de avaliação foi aprimorado ao longo do tempo para acompanhar o crescimento especializado da pós-graduação. Quando a avaliação foi criada, existiam apenas 150 cursos de mestrado e doutorado autorizados pelo Conselho Federal de Educação. Em contrapartida, na avaliação de 2010, esse número aumentou significativamente para 4.099 cursos avaliados, refletindo a expansão e diversificação da educação de pós-graduação no país (CAPES, 2011).

Desse modo, podemos definir o Qualis Periódicos como um instrumento utilizado pela CAPES para a avaliação indireta da produção intelectual por meio de artigos científicos. Seu principal objetivo é analisar a qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Durante o processo de avaliação, são listados e classificados os periódicos nos quais ocorreram publicações no período analisado. É importante ressaltar que a lista abrange apenas

os periódicos efetivamente utilizados pelos programas de pós-graduação durante o período em questão (CAPES, 2023).

A CAPES conduz a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* utilizando diversos instrumentos fornecidos pelas comissões em cada uma das 49 áreas de avaliação. Um desses instrumentos é o Qualis Periódicos, cuja finalidade é avaliar a qualidade dos periódicos científicos nos quais os artigos são publicados, fornecendo uma qualificação indireta da produção intelectual. Esse sistema resulta em uma lista que classifica os veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação de suas pesquisas. A classificação é realizada pelos comitês de consultores de cada área de avaliação, seguindo critérios pré-definidos pela área e aprovados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) (CAPES, 2023).

Contudo, a forma de classificação realizada no Qualis (Quadriênio 2013-16) gerou alguns questionamentos por parte da comunidade acadêmico-científica, principalmente pelo fato da multiplicidade de estratos, visto que um mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas diferentes, podia receber distintas avaliações. Ou seja, cada área de avaliação utilizava metodologia com critérios diferenciados, o que impossibilitava a comparabilidade e reprodutibilidade. E, diante dessas discussões, ocorreu o aprimoramento do modelo do Qualis Referência, sendo que esse foi realizado durante todo o período de 2015 a 2020, por meio de Grupos de Trabalho, de conversas com a comunidade, dos Seminários de Meio-Termo com os Programas de Pós-Graduação, dos Colégios e do CTC-ES.

Desse modo, foi implementado um novo modelo do Qualis, com o intuito de aprimorar sua metodologia, mediante a unificação das classificações dos periódicos. Essa medida visa assegurar uma avaliação consistente em todas as áreas de avaliação dentro de uma mesma categoria. Além disso, o modelo adota exclusivamente indicadores objetivos, desconsiderando aspectos subjetivos, como relevância ou pertinência do periódico para a área. Não são estabelecidos limites percentuais para os periódicos em cada estrato, permitindo uma avaliação flexível conforme critérios externos de qualidade, o que também incentiva a internacionalização das publicações e a indexação dos periódicos (CAPES, 2023).

É importante ressaltar que o novo modelo do Qualis adotou novos princípios. Em primeiro lugar, cada periódico é classificado em apenas um estrato de qualidade (Classificação única); segundo o estrato é atribuído por uma única área de avaliação, conhecida como área-mãe; terceiro, o estrato é determinado por meio de uma referência objetiva (uma metodologia que considera indicadores objetivos e um modelo matemático); e por fim, a referência utilizada são

os indicadores bibliométricos e seus percentis (CAPES, 2023).

Com base nessa nova metodologia, os periódicos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade, sendo o A1 o mais elevado, seguido em ordem decrescente de A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 e C (este último tem peso zero na avaliação). Além disso, nesse novo modelo, a classificação é única, dada pela área em que o periódico possui maior uso, denominada de área-mãe. Essa área-mãe é definida pelo histórico mais representativo do uso, ou seja, adotou-se um período estendido de publicações, considerando os registros na Plataforma Sucupira desde 2013 até 2019. E nos casos de empate entre duas ou mais áreas, é considerada área-mãe aquela em que o número de publicações no periódico foi mais representativo em relação ao total de produções da área (CAPES, 2023).

A partir dessas considerações, é possível concluir que a nova metodologia possibilitou que cada periódico recebesse apenas uma classificação, e permitiu maior equivalência e comparabilidade entre as áreas de avaliação.

A escolha do objeto de estudo em qualquer pesquisa é crucial, pois define o direcionamento e os resultados esperados. No contexto da investigação sobre questões raciais, a seleção de revistas classificadas como A1 representa um ponto de partida. Ao delinear o propósito da pesquisa, é essencial compreender a importância de investigar as questões raciais nesses veículos acadêmicos de alta relevância. Por que a escolha desse objeto? Qual a importância em pesquisar a questão racial nessas revistas classificadas como A1? Estas são questões que merecem uma reflexão cuidadosa para contextualizar e fundamentar adequadamente o estudo em questão.

De acordo com Rosângela Schwarz Rodrigues *et al.* (2021.), a publicação da pesquisa em um periódico científico é o principal canal de comunicação científico, uma vez que os periódicos são um instrumento importante na organização, estruturação e institucionalização social de todas as áreas do conhecimento, visto que as publicações são um elemento constituinte da produção e da reprodução do conhecimento científico. Além disso, os pesquisadores necessitam ter acesso às pesquisas publicadas anteriormente para dar continuidade ao fazer científico.

A partir dessas considerações, e por entendermos que é importante investigar a questão racial em revistas classificadas como A1, justifica-se a escolha deste objeto de pesquisa. De acordo com Rodrigues *et al.* (2021), a comunicação científica é um componente essencial para os avanços da ciência. E por mais que uma pesquisa seja de grande importância, ela não poderá

contribuir para o progresso científico até que seja divulgada, discutida e aceita pela comunidade acadêmica. Ou seja, o “*ethos* da ciência” consiste em um conjunto complexo de valores e normas considerados essenciais para os cientistas modernos (Rodrigues *et al.*, 2021, p. 130), dentre os quais a divulgação e validação dos resultados de pesquisas a partir de sua publicação em periódicos considerados relevantes na e para a área. Essas normas são legitimadas com base em valores institucionais. Conforme Rodrigues,

Publicar um artigo científico em um periódico em destaque da área garante prestígio, visibilidade e reputação para o autor e para a instituição à qual está vinculado, e faz a diferença no número de citações que a pesquisa recebe, na concorrência por uma posição na academia, na obtenção de verbas para futuras pesquisas, na progressão funcional do pesquisador e também para a nota que o programa de pós-graduação ao qual está vinculado recebe da CAPES. Por isso, verificar o Qualis da revista na sua área antes de submeter o artigo é algo fundamental para os pesquisadores (Rodrigues *et. Al.*, 2021, p. 130).

Nesse sentido, é possível dizer que as publicações Qualis A1 exercem certa influência sobre o prestígio de um periódico científico, o que interfere na quantidade de submissões e, conseqüentemente, na qualidade dos artigos publicados. Ao mesmo tempo, evidencia as concepções predominantes num determinado momento do campo científico em relação aos temas, problemas, métodos e referências mais utilizados. A publicação de artigos em periódicos A1, ademais, incide em maior divulgação, reconhecimento e representatividade do pesquisador na sua área.

Temos clareza que esse sistema resguarda e referenda uma profunda hierarquia entre os campos, os problemas, os métodos e as referências utilizadas pelos autores. Entendemos que ele seleciona quem pode dizer, sobre o que se pode dizer e sob quais referências isso pode ser dito – ou seja, “autoriza” a conformação de temas e autores importantes em um dado campo científico (Bourdieu, 2004²⁶; 2013²⁷) e que esse procedimento mantém desigualdades²⁸ (na produção e na divulgação de pesquisas, por exemplo). Sabemos como essa classificação, embora importante, possibilitou a proliferação de “editoras científicas”, que organizam revistas e livros que garantem, por sua vez, “boa classificação no Qualis”, desde que os autores paguem

²⁶ BOURDIEU, P. O uso social das ciências – por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Bárbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

²⁷ BOURDIEU, P. Homo Academicus. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle. 2ª ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

²⁸ Um dado importante a esse respeito é o crescente domínio da produção e circulação científica em escala mundial por poucas bases, como Springer, Nature, entre outras, que cobram ou pela publicação ou pelo acesso ou por ambos. A desigualdade se manifesta claramente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos na medida em que aqueles podem destinar verbas expressivas para seus pesquisadores, projetos ou instituições para arcarem com esses custos, ao passo que nos países subdesenvolvidos, tanto pesquisadores quanto instituições têm menos recursos para custear sejam as publicações ou o acesso a elas.

por seus serviços, que muitas vezes são cobrados também daqueles que desejam acessar as publicações.

Apesar de e justamente por isso, essas publicações demarcam quais autores, métodos e temas são importantes num determinado campo científico em um dado contexto e espaço, por isso, as elegemos como nosso corpus, considerando o campo da geografia acadêmica no Brasil. É importante destacar, ainda, que, em relação às publicações da área da geografia, a prática das cobranças pela publicação e/ou acesso ainda não se instalou com forte expressão. Logo, as revistas selecionadas em nossa amostra não cobram nem pela publicação nem pelo acesso.

2.2 As revistas de geografia Qualis A1

A partir do recorte temporal estabelecido (2003-2023), buscamos no portal Qualis periódico as revistas de geografia classificadas como A1. Na classificação de periódicos de geografia do triênio 2010-2012 apareceram 135 registros, dos quais apenas duas (02) revistas brasileiras se vinculavam à geografia: *Mercator* (UFC) e *GEOgraphia* (UFF).

Na classificação do quadriênio 2013–2016, apareceram 127 registros, dos quais quatro revistas do campo da geografia, a saber: *Boletim Goiano de Geografia*, *GEOUSP: Espaço e Tempo*, *Mercator* (UFC), e *Sociedade & Natureza* (UFU).

E, por fim, na classificação do quadriênio 2017–2020, encontramos 631 registros, dos quais 15 correspondiam a revistas de geografia. São elas: *Boletim Paulista de Geografia* (Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB-SP), *Caderno de Geografia* (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas), *Cadernos Metrópole* (PUC-SP), *Caminhos De Geografia* (UFU), *Confinis* (USP e Universidade Sorbonne Nouvelle – França), *Espaço Aberto* (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), *GEO UERJ* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), *GEOgraphia* (UFF), *GEOUSP: Espaço e Tempo* (USP), *Mercator* (UFC), *Ra'e Ga — O Espaço Geográfico em Análise* (Universidade Federal do Paraná – UFPR), *Revista do Departamento de Geografia* (USP), *Revista Espaço Aberto* (Universidade de São Paulo – USP), *Revista Geográfica Acadêmica* (Universidade Federal de Roraima – UFRR), *Revista Perspectiva Geográfica* (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste) e *Sociedade & Natureza* (UFU).

Cabe lembrar que, dentre esses três períodos de avaliações do Qualis, esta pesquisa trabalha apenas com o de 2017–2020, por ser o mais recente e apresentar um maior volume de revistas

de geografia classificadas como A1. Dessas revistas, realizamos a análise de conteúdo apenas daquelas que já existiam no ano de 2003, recorte inicial de nossa pesquisa — mesmo que no triênio 2010–2012 e no quadriênio 2013–2016, elas não figurassem ainda como publicações A1. Isso significa que tomamos como referência o extrato mais recente de classificação do Qualis periódicos e investigamos quais publicações existiam desde 2003, marco inicial de nosso recorte. Esse procedimento ampliou nosso escopo de pesquisa, posto que se considerássemos somente aquelas publicações que permaneceram como A1 em todo o período, teríamos somente uma revista a ser analisada.

Com base nos critérios para seleção de nossa amostra, a saber: a) existir antes de 2003; b) ser revista de geografia; c) aparecer classificada como A1 na avaliação mais recente do Qualis Periódicos CAPES (2017–2020), chegamos a um total de 10 revistas a serem analisadas. Considerando essas 10 revistas, obtivemos um total de 522 edições, das quais encontramos apenas 50 artigos sobre a questão racial. Destacamos duas edições especiais sobre a Geografia e as questões étnico-raciais, na revista *Boletim Paulista de Geografia*, com um total de 25 artigos sobre o tema.

2.2.1 As revistas de geografia selecionadas

O *Boletim Paulista de Geografia* é uma revista científica publicada desde 1949 pela Seção local de São Paulo, da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-SP). Publica artigos originais e inéditos, resenhas, entrevistas, traduções e notas relacionadas à geografia (Boletim Paulista de Geografia, 2023). Ao todo, desde 2003, há 34 edições, sendo que apenas em 2020 há menção da temática racial em artigos, em uma primeira edição especial, sobre a *Geografia e relações étnico-raciais*, com 11 artigos. Em 2023, na edição regular, aparece mais um artigo no v. 1 n. 110, com o título *por uma geografia dos países africanos: a formação socioespacial como partido de método e o caso de Gana no início do século XXI*. Em 2023, a revista publica uma segunda edição especial, com a temática racial, intitulada *20 anos da lei 10639/2003*, com mais 14 artigos, totalizando assim 26 artigos sobre essa temática.

O *Caderno de Geografia* é editado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, desde 1990, e tem por objetivo publicar trabalhos inéditos sobre temáticas pertinentes à geografia e áreas afins. Encontramos 68 edições a partir de 2003, sendo que, destas, localizamos quatro artigos sobre o tema, a saber: um artigo no v. 24, número especial — *Homicídios entre jovens negros no Estado de Minas Gerais: uma análise exploratória* (2014); um artigo no v.

30, n.61 — *Os territórios das mulheres negras no rap por meio das batalhas de rima* (2021); um artigo no v. 32, n. 68 — *A cidade, a memória e a festa: o congado e os sentidos de negritude na paisagem patrimonial de Ouro Preto -MG* (2022) e um artigo no v. 33, n. 72 — *Negras Geografias no Recife oitocentista* (2023).

A revista *Cadernos Metrópole* surgiu no final dos anos 1990. Como um dos principais produtos do Observatório das Metrópoles, seu objetivo é difundir os resultados da análise comparativa entre as metrópoles. Os *Cadernos Metrópole* buscam realizar reflexões e debates sobre as metrópoles contemporâneas, com caráter interdisciplinar. Das 49 edições publicadas a partir de 2003, localizamos dois artigos sobre o tema pesquisado: um artigo na edição n. 18: *Acumulação Urbana*, com o título “*Segregação residencial, condição social e raça em Salvador*” (2007) e um artigo na edição do v. 16, n. 31 (*Teoria urbana e cidade neoliberal na América Latina*), com o título *Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial* (2014).

A *Revista Caminhos de Geografia* é um periódico organizado e mantido pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Uberlândia, desde os anos 2000. Tem como objetivo a divulgação do conhecimento científico de temas pertinentes à geografia e áreas correlatas, com interfaces nas Ciências Humanas, Tecnológicas e Ambientais (Caminhos de Geografia, 2023). São 90 volumes publicados a partir de 2003, nos quais encontramos três 3 artigos sobre nosso tema: um no v. 14, n. 45 — *A condição sócio-cultural dos negros da comunidade dos Bagres no município de Vazante (MG): proprietários e produtores*” (2013); outro no v. 23, n. 87 — *Mulheres negras, professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de geografia*” (2022) e mais um no v. 23, n. 90 — *Tons do negro nas moradias urbanas periféricas: reflexos do racismo brasileiro na precariedade habitacional e na negação do direito à cidade*” (2022).

A revista *GEOgraphia* é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. A Revista foi fundada juntamente com o curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, tendo seu primeiro número publicado em junho de 1999. Tem como objetivo divulgar o conhecimento sobre a atualidade de debates clássicos e contemporâneos do interesse da geografia e áreas fins, que dialoguem com problemáticas relativas ao espaço geográfico (GEOgraphia, 2023). Desde 2003, há 47 edições, sendo sete artigos sobre a questão racial, sendo, em 2003, no v. 5, n. 9, o artigo *Comunidade Kalunga: trabalho e cultura em terra de negro*; em 2015, no v. 17, n. 33, *Escalas da ação política e movimentos sociais: o caso do movimento negro brasileiro e a emergência de*

políticas educacionais de combate ao racismo; em 2022, no v. 24, n. 53, *Existências desumanizadas pela colonialidade do poder: necropolítica e antinegritude brasileira*; em 2022, no v. 24, n. 53, *Problematizando o mito fundador de Nova Friburgo como a 'Suíça brasileira': invisibilização étnico-racial e (re)criação de espaço-temporalidades*; e, em 2022, no v. 24, n. 53, *Escrevivendo com conhecimentos locais: reflexões de uma pesquisadora-negro-educadora durante a pandemia de covid-19*. Em 2023, publicaram dois artigos sobre a temática racial: *Ecofeminismo e conservação da natureza: um estudo de caso sobre a importância das mulheres afrocolombianas para a pesca artesanal* (v. 25, n. 54, jan./jun. 2023); e *Gênero, raça no cinema brasileiro: leituras sobre "Minha mãe é uma peça: o filme" (2013) e "O dia de Jerusa" (2014)* (v. 25, n. 55, jul./dez. 2023).

GEOUSP – Espaço e Tempo é uma revista do Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana (PPGH) e do Programa de Pós-Graduação de Geografia Física (PPGF) da Universidade de São Paulo, e foi lançada em 1997 (GEOUSP, 2023). Dentro do nosso recorte temporal, há 54 edições, sendo 3 artigos sobre o tema: *Imaginário, Espaço e Discriminação Racial* (v. 7, n. 2 — 2003); *As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências* (v. 19, n. 2 — Especial CIETA, 2015); e *A África nos livros didáticos de Geografia de São Paulo (Brasil) e de Berlim (Alemanha)* (v. 27, n. 1 — 2023).

Mercator (UFC) é uma revista de geografia da Universidade Federal do Ceará, vinculada à Pós-Graduação em Geografia, criada em 2002 (Mercator, 2023). Das 47 edições publicadas desde 2003, que analisamos, não há nenhum artigo a respeito da temática racial.

A revista *Ra'e Ga — O Espaço Geográfico em Análise* é um periódico mantido pelo Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná e surgiu em 1997. Os termos *Ra'e* e *Ga* são respectivamente de origem tupi-guarani e kaingáng, cujos significados são, na mesma ordem, "descobrir" e "Terra". Segundo a revista, a escolha deste nome é uma homenagem à história e cultura dos índios tupi-guaranis e kaingáangs, que são nações indígenas que ocuparam uma extensa porção do Paraná (Ra'e Ga, 2023). São 53 edições disponíveis desde 2003, porém não há nenhum artigo sobre a questão racial negra. Contudo há artigos sobre a questão indígena na revista.

A *Revista do Departamento de Geografia* da Universidade de São Paulo — RDG, ativa desde 1982, publica artigos com temas e correntes variados envolvendo as dimensões físicas, humanas e de representações do espaço geográfico, de abordagens interdisciplinares e transdisciplinares

(RDG, 2023). Das 33 edições publicadas desde 2003, que analisamos, há três artigos sobre a temática: *Geografia, cartografia e o Brasil africano: algumas representações* (volume especial Cartogeo — 2014); *A denúncia do racismo e a contestação da democracia racial pela imprensa negra nos primórdios do futebol paulistano* (v. 42/Especial Copa do Mundo 2022: Geografias do futebol — Conexões Possíveis — 2022); e *A Lei 10.639/2003 e o documento curricular de Goiás desafios para um ensino antirracista* (v. 42 — 2022).

Por fim, a revista *Sociedade & Natureza*, em circulação desde 1989, tem como objetivos: publicar trabalhos complementares de revisão crítica sobre tema relevante para a geografia e áreas afins ou resultado de investigação de natureza empírica, experimental ou conceitual (Sociedade & Natureza, 2023). Desde 2003, há 46 edições publicadas, mas não há nenhum artigo sobre a questão racial.

A tabela abaixo ilustra a relação de artigos sobre a questão racial nas diferentes revistas que entraram no escopo desta, incluindo o nome da revista, o número de edições entre 2003 e 2023 e a quantidade de artigos relacionados ao tema em cada revista:

Tabela 1 - Quantidade de artigos sobre a temática racial nas revistas de geografia (edições de 2003 a 2023)

Revistas	Edições 2003-2023 N.º total de artigos publicados (2003-2023)	N.º total de artigos	N.º total de artigos sobre a temática racial	Percentil de artigos sobre a temática racial por revista
Boletim Paulista de Geografia	34	265	26	9,81%
Caderno de Geografia	68	816	4	0,49%
Cadernos Metrópole	49	446	2	0,45%
Caminhos de Geografia	90	1716	3	0,17%
GEOgraphia	47	430	7	1,63%
GEOUSP: Espaço E Tempo	54	459	3	0,65%
Mercator	47	489	0	0,00%
Ra'e Ga — O Espaço Geográfico em Análise	53	607	0	0,00%
Revista do Departamento de Geografia	33	287	3	1,05%
Sociedade & Natureza	47	419	0	0,00%
Totais	522	5934	48	0,81%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos nas revistas

O quadro abaixo mostra, por revista, os autores, títulos e anos dos artigos publicados. As informações para construção da tabela foram tiradas das próprias revistas:

Quadro 5 – Dados dos artigos publicados nas 10 revistas sobre a temática racial

Autores	Títulos dos artigos	Revista	Ano
Alex Ratts	<i>A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia</i>	BPG	2020
	<i>“Geografia e cultura afro-brasileira” no horizonte da educação das relações étnico-raciais</i>	BPG	2023
Rafael Sanzio Araujo dos Santos	<i>A geografia afrobrasileira, o estado de mentalidade colonial e a governança racista</i>	BPG	2020
NEPEN GEOUSP	<i>"Nossos passos vêm de longe": o Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do DG-FFLCH-USP</i>	BPG	2020
Lourdes de Fátima Bezerra Carril	<i>Espaço público e lugares de memórias negras: (des)encontros entre sujeitos e o patrimônio histórico urbano</i>	BPG	2020
Diogo Marçal Cirqueira	<i>Notas sobre a racialidade na Geografia Humana de Vidal de La Blache</i>	BPG	2020

Beatriz Pereira Silva	<i>Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: uma contextualização acerca das geo-grafias negras da cidade (século XIX)</i>	BPG	2020
Tiago Dionísio da Silva	<i>A educação de jovens e adultos trabalhadores e as “novas insurgências” a partir da classe e da raça: pressupostos teóricos para o ensino de geografia</i>	BPG	2020
Rafael Cícero de Oliveira	<i>O Estado da Arte das Questões Étnico-raciais nas Pesquisas em Ensino de Geografia</i>	BPG	2020
Thainá Guerra Lins	<i>Organização espacial e necropolítica: uma análise da mortalidade negra no Rio de Janeiro</i>	BPG	2020
Tuwilê Jorge Kin Braga	<i>Do território da USP para a territorialidade do corpo negro</i>	BPG	2020
Anderson Luiz Barreto da Silva	<i>Comunidades tradicionais de terreiro em Campos dos Goytacazes: territórios em conflito</i>	BPG	2020
Kauê Lopes dos Santos	<i>Por uma geografia dos países africanos: a formação socioespacial como partido de método e o caso de Gana no início do século XXI</i>	BPG	2023
Fernando José Primo do Nascimento	<i>O ensino de geografia da África nos cursos de licenciatura nas universidades federais brasileiras</i>	BPG	2023
Francislene Alves Bezerra	<i>Aplicação da lei federal n. 10.639/2003 na escola família agrícola de Porto Nacional – TO</i>	BPG	2023
Sávio José Dias Rodrigues	<i>Experiências do ensino de geografia da África na licenciatura interdisciplinar em estudos africanos e afro-brasileiros da UFMA</i>	BPG	2023
Simone Antunes Ferreira	<i>Letramento racial e ensino de geografia a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros: relatos de experiências do curso normal, PIBID e residência pedagógica</i>	BPG	2023
Victor Pereira de Sousa	<i>Dispositivo de racialidade e a lei 10.639/2003: implicações no ensino de geografia e na educação de jovens e adultos</i>	BPG	2023
Cíntia Cristina Lisboa da Silva	<i>A produção científica geográfica e a implementação da obrigatoriedade da discussão étnico-racial na educação brasileira</i>	BPG	2023
Matheus Henrique Pereira da	<i>Explorando a geografia da África na sala de aula: uma análise da BNCC como referência curricular</i>	BPG	2023
Ana Flávia Borges de Oliveira	<i>Um olhar sobre o livro didático de geografia do ensino fundamental II – PNLD 2014 e 2020: representações sociais dos negros africanos e da África</i>	BPG	2023
Rosemberg Ferracini	<i>2023 - Diálogos Brasil-Moçambique a partir das diretrizes para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana</i>	BPG	2023
Solange Maria Santana Couto	<i>Por uma educação antirracista: plano de ação para inserção da lei 10639/03 no cotidiano escolar</i>	BPG	2023
Claudia Luísa Zeferino Pires	<i>A lei 10.639/03 a partir de experiências cartográficas nos quilombos em contexto urbano de Porto Alegre/RS</i>	BPG	2023
Fabiana Cristina da Luz	<i>Currículo, questão racial e o ensino de geografia na educação de jovens e adultos: um estudo de caso da cidade de São Paulo</i>	BPG	2023
Elisângela Gonçalves Lacerda	<i>Homicídios entre jovens negros no Estado de Minas Gerais: uma análise exploratória</i>	Caderno de Geografia	2014
Ana Carolina dos Santos Marques	<i>Os territórios das mulheres negras no rap por meio das batalhas de rima</i>	Caderno de Geografia	2021
Maria Ester Ferreira da Silva Viegas	<i>O negro, o índio, a cidade e o esquecimento: a cartografia dos vencidos como uma possibilidade de leitura do território</i>	Caderno de Geografia	2020
Patrício Pereira Alves de Sousa	<i>A cidade, a memória e a festa: o congado e os sentidos de negritude na paisagem patrimonial de Ouro Preto-MG</i>	Caderno de Geografia	2022

Bruno Maia Halley	<i>Negras Geografias no Recife oitocentista</i>	Caderno de Geografia	2023
Inaiá Maria Moreira de Carvalho	<i>Segregação residencial, condição social e raça em Salvador</i>	Caderno Metrópoles	2007
Leonardo Souza Silveira	<i>Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial</i>	Caderno Metrópoles	2014
Pedro Machado de Oliveira	<i>A condição sócio-cultural dos negros da comunidade dos Bagres no município de Vazante (MG): proprietários e produtores</i>	Caminhos de Geografia	2013
Luyanne Catarina	<i>Mulheres negras, professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de geografia</i>	Caminhos de Geografia	2022
Dahra Araújo Almudi	<i>Tons do negro nas moradias urbanas periféricas: reflexos do racismo brasileiro na precariedade habitacional e na negação do direito à cidade</i>	Caminhos de Geografia	2022
Gilmar Alves de Avelar	<i>Comunidade Kalunga: trabalho e cultura em terra de negro</i>	GEOgraphia	2003
Denilson Araújo de Oliveira	<i>Existências desumanizadas pela colonialidade do poder: necropolítica e antinegitude brasileira</i>	GEOgraphia	2022
Joana Simoni	<i>Problematizando o mito fundador de Nova Friburgo como a ‘Suíça brasileira’: invisibilização étnico-racial e (re)criação de espaço-temporalidades</i>	GEOgraphia	2022
Aline Neves Rodrigues Alves	<i>Escrevivendo com conhecimentos locais: reflexões de uma pesquisadora-negro-educadora durante a pandemia de covid-19</i>	GEOgraphia	2022
Dorival Bonfá Neto	<i>Ecofeminismo e conservação da natureza: um estudo de caso sobre a importância das mulheres afrocolombianas para a pesca artesanal</i>	GEOgraphia	2023
Giovana Silva Rocha	<i>Gênero, raça no cinema brasileiro: leituras sobre “Minha mãe é uma peça: o filme” (2013) e “O dia de Jerusa” (2014)</i>	GEOgraphia	2023
Renato Emerson Nascimento dos Santos	<i>Vinte anos da lei 10.639: quais os desafios para o ensino de geografia?</i>	BPG	2023
Renato Emerson Nascimento dos Santos	<i>Escalas da ação política e movimentos sociais: o caso do movimento negro brasileiro e a emergência de políticas educacionais de combate ao racismo</i>	GEOgraphia	2015
Maurício Waldman	<i>Imaginário, Espaço e Discriminação Racial</i>	GEOUSP: espaço e tempo	2003
Rafael Sanzio Araújo Anjos	<i>As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências</i>	GEOUSP: Espaço e Tempo	2015
Antônio Gomes de Jesus Neto	<i>A África nos livros didáticos de Geografia de São Paulo (Brasil) e de Berlim (Alemanha)</i>	GEOUSP: Espaço e Tempo	2023
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	<i>Geografia, cartografia e o Brasil africano: algumas representações</i>	Revista do Departamento de Geografia	2014
Bruno Otávio de Lacerda Abrahão	<i>A denúncia do racismo e a contestação da democracia racial pela imprensa negra nos primórdios do futebol paulista.</i>	Revista do Departamento de Geografia	2022
Rosiane Correa Guimarães	<i>A Lei 10.639/2003 e o documento curricular de Goiás desafios para um ensino antirracista.</i>	Revista do Departamento de Geografia	2022

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos nas revistas

2.2.2 Resumos e autoria dos artigos

No escopo deste segmento, realizamos uma apresentação sistemática dos artigos por meio de um quadro, considerando que este formato se destaca como o mais eficiente para visualizar de maneira organizada as informações cruciais contidas nos artigos selecionados para nossa pesquisa. O propósito deste tópico é oferecer uma visão panorâmica, expondo dados referentes aos autores, tais como a instituição à qual estão vinculados e suas respectivas formações acadêmicas. Ademais, os resumos dos artigos apresentados no quadro são extraídos diretamente dos próprios trabalhos, proporcionando uma síntese dos artigos. As informações contidas nesses quadros, incluindo detalhes sobre autoria e resumos, foram integralmente coletadas nos sites das respectivas revistas e na Plataforma Lattes, que abriga os currículos dos professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros com atuação no Brasil. Contudo, notamos que algumas biografias se encontram desatualizadas.

A partir dos resumos dos trabalhos, identificamos uma diversidade de tópicos em discussão. Além disso, observamos uma amplitude de áreas dentro da geografia, refletindo a pluralidade de perspectivas presentes nos artigos selecionados. Entre as temáticas exploradas, encontramos trabalhos dedicados à educação geográfica, outros focados na geografia agrária e urbana, textos que abordam a epistemologia da geografia, e artigos dedicados à cartografia. Essa variedade de enfoques demonstra a abrangência e a relevância do corpus de estudos selecionado, proporcionando uma visão panorâmica das diversas contribuições analisadas. Tal diversidade não apenas enriquece a compreensão do campo geográfico, mas também destaca a complexidade e interconexão entre diferentes áreas de pesquisa, promovendo uma abordagem abrangente e multifacetada no decorrer desta investigação.

Ademais, é notável destacar que, em comparação com outras temáticas, há uma notória escassez de artigos dedicados à interseção entre geografia e questões raciais. Contudo, essa lacuna não implica em uma ausência total de abordagens sobre o assunto. Ao contrário, a diversidade encontrada nos artigos analisados revela a possibilidade de se discutir a temática racial em diversos âmbitos da geografia.

Esta observação aponta para uma abertura e flexibilidade no campo geográfico, indicando que as questões raciais podem ser incorporadas e discutidas de maneira tangente em várias disciplinas e subcampos. Esse fenômeno, por sua vez, ilustra a complexidade e a multidimensionalidade das relações entre geografia e questões raciais. Isso sugere que a

discussão sobre questões raciais na geografia não se restringe a um único enfoque, mas pode ser explorada em múltiplos contextos, ampliando assim a compreensão e a abordagem crítica sobre essa temática crucial. Essa constatação enfatiza a necessidade de se explorar e fortalecer a presença dessas discussões no âmbito geográfico, reconhecendo a sua relevância e seu potencial impacto nas pesquisas geográficas contemporâneas.

2.2.3 Aspectos gerais dos artigos

A partir dos dados disponíveis nos artigos, procedemos à organização dos materiais, com o propósito de conduzir um levantamento abrangente das informações referentes aos autores desses trabalhos. Optamos por concentrar esse levantamento especificamente no primeiro autor, no caso de artigos com múltiplos autores, visando aprimorar a clareza na interpretação dos dados obtidos.

Iniciamos apresentando as características gerais dos participantes da pesquisa, abrangendo informações como gênero, local de residência, curso de graduação e instituição de formação universitária. Em seguida, enfatizamos se o autor possui doutorado, indicando tanto o ano de conclusão quanto se o processo está em andamento. A última categoria estabelecida visa identificar se o autor desempenha a função de professor universitário e, em caso afirmativo, em qual universidade atua. Este enfoque sistêmico na caracterização dos autores permite uma análise detalhada e contextualizada das origens acadêmicas e das trajetórias profissionais dos contribuintes.

Figura 1 – Distribuição dos artigos por Unidade Federativa



Fonte: Elaborado por Mariana Azevedo (2024)

Dos 50 artigos analisados, apenas um é fruto da colaboração de um grupo de estudos, o NEPEN GEOUSP — Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do Departamento de Geografia da USP. Diante disso, optamos por não realizar a caracterização individual desse artigo, uma vez que a autoria é atribuída ao grupo como um todo. Além disso, identificamos que há repetição de autores em três casos específicos: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos aparece em três artigos, Alex Ratts em dois, e Renato Emerson dos Santos também em dois. Com base nessa constatação, dos 45 autores individuais analisados, 24 são do sexo masculino enquanto 21 são do sexo feminino.

Desses artigos, 12 são do estado do Rio de Janeiro, 12 do estado de São Paulo, seis do estado de Minas Gerais, cinco do estado de Goiás, três Bahia, um estado do Tocantins, um do estado de Roraima, um do Pará, um do estado de Alagoas, um do estado do Maranhão, um do estado do Rio Grande do Sul e dois Paraná. Sendo assim, 30 da Região Sudeste, cinco da Região Centro-Oeste, três da Região Norte, cinco da Região Nordeste e três da Região Sul.

Na composição do grupo de autores, 23 deles possuem o título de doutor. O registro mais antigo de obtenção do título de doutor é de 1986, conferido pela USP à Professora Inaiá Maria Moreira de Carvalho. O segundo título de doutor mais antigo foi alcançado em 1995, também pela USP, pelo Professor Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Quanto aos títulos de doutores obtidos no período de 2001 a 2010, contabilizamos um total de sete, enquanto os títulos conquistados no intervalo de 2011 a 2023 somam 14.

Quadro 6 – Autores com doutorado: instituição de obtenção e ano de conclusão

Autor(a)	Instituição de doutoramento	Ano de conclusão
Inaiá Maria Moreira de Carvalho	USP	1986
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	USP	1995
Alex Ratts	USP	2001
Lourdes de Fátima Bezerra Carril	USP	2003
Maurício Waldman	USP	2006
Kauê Lopes dos Santos	USP	2017
Rosemberg Ferracini	USP	2012
Dorival Bonfá Neto	USP	2023
Renato Emerson dos Santos	UFF	2006
Diogo Marçal Cirqueira	UFF	2015
Bruno Maia Halley	UFF	2017
Patrício Pereira Alves de Sousa	UFRJ	2018
Leonardo Souza Silveira	UFMG	2019
Pedro Machado de Oliveira	UFU	2018
Joana Simoni	PUC Rio	2019
Elisângela Gonçalves Lacerda	PUC Minas	2017
Sávio José Dias Rodrigues	UFC	2016
Maria Ester Ferreira da Silva Viegas	UFS	2010
Bruno Otávio de Lacerda Abrahão	UFG	2010
Guilmar Alves de Avelar	UFG	2011
Rosane Maria Albino Steinbrenner	UFPA	2011
Cláudia Luísa Zeferino Pires	UFRGS	2010

Tabela elaborada pela autora (2024)

Dos 23 doutores, oito possuem o título concedido pela Universidade de São Paulo (USP), três pela Universidade Federal Fluminense (UFF), um pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ), um pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e dois por instituições privadas: um pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio) e um pela PUC Minas. No total, são 16 doutores na Região Sudeste. A Região Nordeste conta com dois doutores: um pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e um pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Na Região Centro-Oeste, encontramos dois doutores, ambos da Universidade Federal de Goiás (UFG). A Região Norte contribui com um doutor, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Na Região Sul, temos um doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Abaixo o mapa ilustrativo das regiões de titulação doutoral desses autores:

Figura 2 – Mapa das universidades de titulação dos autores com doutorado



Fonte: Elaborado por Mariana Azevedo (2024)

Além disso, destaca-se a presença de 13 doutorandos, enquanto apenas nove autores não se encontram na fase de doutorado nem possuem tal título. Entre os doutorandos, três estão matriculados na USP, dois na UFRJ, um na Universidade Federal de Jataí (UFJ), um na UFMG, dois na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), dois na Universidade Estadual Paulista (UNESP), um na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e um na UFG.

Quanto à formação inicial dos autores dos artigos sobre a temática racial, apenas seis deles não possuem formação em geografia. Suas respectivas áreas de formação são: Arquitetura e Urbanismo pela UFC, Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Ciências

Sociais pela PUC Minas, Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ciências Sociais pela USP e Educação Física pela UFV.

Já os graduados em geografia são, ao todo, 39. Na Região Sudeste, contamos com um total de 23 geógrafos formados, distribuídos entre diversas instituições de ensino. Destes, cinco fizeram sua formação na USP, enquanto seis são oriundos da UFF. A UERJ e a UFV formaram cada uma dois geógrafos; a UFRJ, dois; a UFMG, um; e a UFU, dois. A Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a PUC Minas formaram, cada uma, um geógrafo.

Na Região Nordeste, foram formados cinco geógrafos, destacando-se dois profissionais formados pela UFBA e um geógrafo formado por cada uma das seguintes instituições: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL). A Região Centro-Oeste formou cinco geógrafos, com a UFG sendo a principal instituição, responsável por formar três dos profissionais. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Estadual de Goiás (UEG) também contribuíram, formando, cada uma, um geógrafo. Na Região Sul, quatro geógrafos foram formados, sendo três pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e um pela UFRGS. A Região Norte, que tem a menor representatividade, possui um geógrafo, formado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Além dessas regiões específicas, vale mencionar um geógrafo formado pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), uma instituição de ensino a distância (EAD).

Ademais, é importante salientar que destes 45 autores, apenas 21 são professores universitários, sendo 14 professores e sete professoras. Da Região Sudeste temos 10 professores: Lourdes de Fátima Bezerra Carril, professora da Universidade Federal de São Carlos; Diogo Marçal Cirqueira, professor no Instituto de Educação de Angra dos Reis/UFF; Kauê Lopes dos Santos, professor da Universidade Estadual de Campinas; Rosemberg Ferracini, professor na Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Patrício Pereira Alves de Sousa, professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ); Leonardo Souza Silveira, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Renato Emerson dos Santos, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional (IPPUR/UFRJ); Denilson Araújo de Oliveira, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Joana Simoni, professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) e o professor

Pedro Machado de Oliveira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP, Campus Votuporanga).

Da Região Sul, temos apenas uma professora, Cláudia Luísa Zeferino Pires, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Da Região Centro-Oeste, temos três professores: Alex Ratts, professor da Universidade Federal de Goiás; Guilmar Alves de Avelar, professor da Universidade Federal de Catalão; e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, professor da Universidade de Brasília.

Quanto à Região Nordeste, temos quatro professores: Sávio José Dias Rodrigues, professor da Universidade Federal do Maranhão; Maria Ester Ferreira da Silva Viegas, professora da Universidade Federal de Alagoas; Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Bruno Otávio de Lacerda Abrahão, ambos professores da Universidade Federal da Bahia.

Por fim, na Região Norte, temos três professores: Elisângela Gonçalves Lacerda e Bruno Maia Halley, ambos professores da Universidade Federal de Roraima; e Rosane Maria Albino Steinbrenner, professora da Universidade Federal do Pará.

Assim, a partir dessa caracterização inicial, nosso propósito consistiu em fornecer uma visão abrangente das revistas e dos autores em questão. No capítulo 3, aprofundamo-nos no conteúdo dos artigos, analisando como as referências são empregadas, quais são áreas de atuação dos autores, além do método filosófico subjacente a esses trabalhos.

3 A GEOGRAFIA E A QUESTÃO RACIAL: O QUE OS PERIÓDICOS QUALIS A1 DE GEOGRAFIA DIZEM SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS?

A pesquisa realizada nos permitiu categorizar os 50 trabalhos sobre a questão racial de acordo com as disciplinas e campos de conhecimento da geografia. Notavelmente, observamos uma concentração significativa de artigos na área da educação, o que se refletiu na última edição especial da revista *Boletim Paulista de Geografia*, dedicada a celebrar os 20 anos da lei 10.639/2003. Essa circunstância levou à classificação de 21 artigos como relacionados à educação/educação em geografia, 10 artigos à geografia urbana, seis à geografia política, cinco à epistemologia da geografia, cinco à cartografia e três à geografia agrária.

Nosso objetivo central nesse capítulo foi investigar as referências e os possíveis métodos utilizados pelos autores ao abordar a questão racial na geografia. Para isso, identificamos as referências bibliográficas presentes em múltiplos artigos e mapeamos os conceitos recorrentes empregados pelos autores, considerando que as orientações metodológicas refletem as visões sociais de mundo dos pesquisadores (Löwy, [1985] 2002) e influenciam desde a formulação do tema até a análise dos resultados.

Ao analisarmos os 50 artigos selecionados, percebemos uma ampla diversidade de temas, conceitos e metodologias. Em nossa pesquisa, dedicamo-nos a identificar de que modo a crítica ao mito da democracia racial e ao racismo estrutural foi efetivada pelos autores e quais referências e conceitos mobilizaram para isso. Essa análise nos permitiu compreender mais profundamente as nuances dessa ideologia na sociedade brasileira e intensificar os esforços no combate ao racismo, reconhecendo sua natureza intrínseca à estrutura social e a responsabilidade coletiva nesse enfrentamento.

3.1 Áreas da geografia contempladas nos artigos analisados

A partir da análise dos artigos, conseguimos realizar a divisão dos 50 trabalhos sobre a questão racial, categorizando-os de acordo com as disciplinas e campos de conhecimento da geografia. Destaca-se um significativo volume de artigos relacionados à área da educação, sendo este fenômeno particularmente influenciado pela última edição especial da revista *Boletim Paulista de Geografia*. Essa edição foi dedicada a comemorar os 20 anos da lei 10.639/2003, o que, a nosso ver, contribuiu para a concentração de trabalhos na temática educacional.

Quadro 7 - Artigos por subárea da Geografia

Subárea da geografia	Quantidade de artigos	Artigo(s)
Educação/Educação em geografia	21	"Nossos passos vêm de longe": o Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do DG-FFLCH-USP
		A educação de jovens e adultos trabalhadores e as “novas insurgências” a partir da classe e da raça: pressupostos teóricos para o ensino de geografia
		O Estado da Arte das Questões Étnico-raciais nas Pesquisas em Ensino de Geografia
		Vinte anos da lei 10.639: quais os desafios para o ensino de geografia?
		“Geografia e cultura afro-brasileira” no horizonte da educação das relações étnico-raciais
		O ensino de geografia da África nos cursos de licenciatura nas universidades federais brasileiras
		Aplicação da lei federal n. 10.639/2003 na escola família agrícola de Porto Nacional – TO
		Experiências do ensino de geografia da África na licenciatura interdisciplinar em estudos africanos e afro-brasileiros da UFMA
		Letramento racial e ensino de geografia a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros: relatos de experiências do curso normal, PIBID e Residência Pedagógica
		Dispositivo de racialidade e a lei 10.639/2003: implicações no ensino de geografia e na educação de jovens e adultos
		A produção científica geográfica e a implementação da obrigatoriedade da discussão étnico-racial na educação brasileira
		Explorando a geografia da África na sala de aula: uma análise da BNCC como referência curricular
		Um olhar sobre o livro didático de geografia do ensino fundamental II – PNLD 2014 e 2020: representações sociais dos negros africanos e da África
		Diálogos Brasil-Moçambique a partir das diretrizes para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana
		Por uma educação antirracista: plano de ação para inserção da lei 10639/03 no cotidiano escolar
		Currículo, questão racial e o ensino de geografia na educação de jovens e adultos: um estudo de caso da cidade de São Paulo
		Mulheres negras, professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de geografia
		Escalas da ação política e movimentos sociais: o caso do movimento negro brasileiro e a emergência de políticas educacionais de combate ao racismo
		Escrevivendo com conhecimentos locais: reflexões de uma pesquisadora-negro-educadora durante a pandemia de covid-19
		A África nos livros didáticos de Geografia de São Paulo (Brasil) e de Berlim (Alemanha)

		A Lei 10.639/2003 e o documento curricular de Goiás desafios para um ensino antirracista
Geografia Urbana:	10	Espaço público e lugares de memórias negras: (des)encontros entre sujeitos e o patrimônio histórico urbano Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: uma contextualização acerca das geo-grafias negras da cidade (século XIX). Negras Geografias no Recife oitocentista Segregação residencial, condição social e raça em Salvador Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial Lixo, racismo e injustiça ambiental na Região Metropolitana de Belém Tons do negro nas moradias urbanas periféricas: reflexos do racismo brasileiro na precariedade habitacional e na negação do direito à cidade Problematizando o mito fundador de Nova Friburgo como a ‘Suíça brasileira’: invisibilização étnico-racial e (re)criação de espaço-temporalidades Gênero, raça no cinema brasileiro: leituras sobre “Minha mãe é uma peça: o filme” (2013) e “O dia de Jerusa” (2014) A denúncia do racismo e a contestação da democracia racial pela imprensa negra nos primórdios do futebol paulista
Geografia Política	6	Organização espacial e necropolítica: uma análise da mortalidade negra no Rio de Janeiro Do território da USP para a territorialidade do corpo negro Homicídios entre jovens negros no Estado de Minas Gerais: uma análise exploratória Os territórios das mulheres negras no rap por meio das batalhas de rima Existências desumanizadas pela colonialidade do poder: necropolítica e antinegitude brasileira Organização espacial e necropolítica: uma análise da mortalidade negra no Rio de Janeiro
Epistemologia da Geografia	5	A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia Notas sobre a racialidade na Geografia Humana de Vidal de La Blache Comunidades tradicionais de terreiro em Campos dos Goytacazes: territórios em conflito Por uma geografia dos países africanos: a formação socioespacial como partido de método e o caso de Gana no início do século XXI A cidade, a memória e a festa: o congado e os sentidos de negritude na paisagem patrimonial de Ouro Preto -MG
Cartografia	5	A geografia afrobrasileira, o estado de mentalidade colonial e a governança racista A lei 10.639/03 a partir de experiências cartográficas nos quilombos em contexto urbano de Porto Alegre/RS

		O negro, o índio, a cidade e o esquecimento: a cartografia dos vencidos como possibilidade de leitura do território
		As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências
		Geografia, cartografia e o Brasil africano: algumas representações
Geografia Agrária	3	A condição sócio-cultural dos negros da comunidade dos Bagres no município de Vazante (MG): proprietários e produtores
		Comunidade Kalunga: trabalho e cultura em terra de negro
		Ecofeminismo e conservação da natureza: um estudo de caso sobre a importância das mulheres afrocolombianas para a pesca artesanal

Fonte: elaborado pela autora.

A categorização das subáreas da geografia foi empreendida com o objetivo de proporcionar uma visão sistemática, buscando elucidar em quais temas a questão racial tem recebido maior ênfase nas discussões acadêmicas na geografia, bem como examinar a maneira como a questão racial tem sido abordada nesse contexto. É imperativo salientar que, dentro dessas temáticas, manifestam-se subáreas específicas, a exemplo da educação do campo, o ensino e a geografia da religião. Além disso, é observável a presença de artigos que poderiam ser categorizados em mais de uma área, transversalizando temas como educação, epistemologia da geografia, geografia política, geografia urbana, entre outros.

3.2 Referências e métodos: Quais são as referências utilizadas?

Na condução desta pesquisa, um dos nossos objetivos centrais consistiu em investigar as referências e métodos empregados pelos autores ao abordar a questão racial no âmbito da geografia. Para alcançar esse propósito, nos empenhamos em identificar as referências bibliográficas que se fizeram presentes em mais de um artigo, bem como mapear os conceitos recorrentes utilizados pelos autores.

Salientamos que, ao nos referirmos ao método, remetemo-nos às concepções teórico-filosóficas que orientaram as pesquisas e a produção dos artigos analisados e destacamos que, em momento algum, intentamos fazer classificações herméticas, definitivas, classificatórias. Ao indicarmos as orientações de método, fazemo-lo somente a partir dos artigos selecionados nesta pesquisa, não com base na produção dos autores, uma vez que não nos debruçamos numa pesquisa biobibliográfica de cada um deles.

Entendemos, ainda, que as orientações de método dizem respeito às visões sociais de mundo²⁹ dos autores e pesquisadores e se entrelaçam à pesquisa e a seus resultados, incidindo desde a elaboração do tema ou da pergunta, influenciando a metodologia e, conseqüentemente, a análise do processo pesquisado. A própria escolha do objeto de pesquisa se relaciona às visões sociais de mundo dos pesquisadores. Dessa maneira, buscamos traçar um panorama abrangente e identificar padrões que pudessem contribuir para uma compreensão mais aprofundada e contextualizada dessa discussão no campo da geografia, no que diz respeito aos métodos escolhidos e, por conseguinte, à escolha do porquê, do como e do que pesquisar.

Em termos de referências articuladas a dimensões para além do campo da geografia, observamos o diálogo com autores das áreas de Educação, como Nilma Lino Gomes, mencionada em 11 artigos. Gomes está envolvida nos estudos pós-coloniais, que enfatizam a importância da descolonização teórica. De acordo com Roberto Borges (2018), o método teórico-metodológico apresentado no livro *Pedagogia das Ausências e das Emergências* escrito por Gomes foi inspirado pela obra *Sociologia das Ausências e das Emergências*, de Boaventura de Sousa Santos (2004). Essa conexão com as obras de Boaventura de Sousa Santos sugere uma tendência em direção a uma abordagem pós-moderna e/ou pós-colonial.

Boaventura de Sousa Santos, mencionado em quatro artigos, é reconhecido como um autor pós-moderno, segundo Trindade e Ribeiro (2016). Esse autor defende que a pós-modernidade traz consigo uma nova perspectiva científica, conhecida como ciência pós-moderna, e busca estabelecer um diálogo aberto com diversas formas de conhecimento, promovendo assim uma relação renovada entre os paradigmas científicos. Trindade e Ribeiro revelam, ainda, que, para Sousa Santos, a ciência moderna ignorou historicamente aspectos cruciais como o conhecimento do senso comum, as experiências de vida, as intuições e os saberes tradicionais transmitidos de geração em geração. A ciência pós-moderna, por sua vez, busca reabilitar esses elementos por meio de uma abordagem teórica inovadora (Trindade; Ribeiro, 2016).

Kabengele Munanga e Abdias do Nascimento, cuja principal área compreende aos estudos pós-coloniais, foram citados em 10 trabalhos. Kabengele Munanga é um antropólogo e professor brasileiro-congolês e aborda temas como identidade, cultura e racismo a partir de uma

²⁹ “Visões sociais de mundo seriam todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.” (Löwy, [1985] 2002, p. 11-12)

perspectiva crítica, considerando o legado do colonialismo e suas implicações contemporâneas. O autor trabalha discutindo a noção de raça, racismo e racismo científico (Munanga, 2010).

Abdias do Nascimento (2002) trabalha com a noção de quilombismo. Na sua obra “Quilombismo” (2002) autor ressalta que o termo "quilombo" não se refere apenas a escravos fugidos, mas também a uma reunião fraterna e livre, representando solidariedade, convivência e igualitarismo econômico. Ele enfatiza que o quilombismo é uma adaptação do comunitarismo africano ao contexto brasileiro, caracterizado pela propriedade e uso coletivo de recursos e pela valorização do trabalho como libertação e obrigação social, em contraste com o capitalismo baseado na busca pelo lucro a qualquer custo. O autor ressalta a importância de se manter e expandir a cultura quilombista como forma de resistência ao genocídio e de afirmação da identidade afro-brasileira.

Lélia Gonzalez, cuja área principal é o marxismo, é citada em nove trabalhos, e se destaca por utilizar, em suas pesquisas e textos, autores de orientação marxista, além de utilizar referências da psicanálise, como Sigmund Freud. De acordo com Flavia Rios e Stefan Klein (2022), Gonzalez estabeleceu alicerces para uma teoria do social, que se baseia na interseccionalidade entre classe, raça e gênero, influenciada pelo marxismo. Ela buscou com essa teoria compreender e criticar as intrincadas estruturas de dominação e exploração presentes no Brasil e na América Latina.

Aníbal Quijano, vinculado às concepções pós-coloniais, citado em sete artigos, foi um dos principais articuladores do Grupo Modernidade/Colonialidade, influenciado pelas concepções pós-coloniais. De acordo com Albuquerque (2023), sua proposta epistemológica enfatiza a necessidade de decolonização das sociedades latino-americanas, analisando a gênese da modernidade a partir da constituição do colonialismo e de sua influência na globalização no século XXI. Segundo Albuquerque (2023), o conceito central de Quijano, a colonialidade do poder, permeia sua construção teórica e epistemológica, sendo uma ferramenta crucial para compreender o padrão mundial de poder capitalista e suas implicações políticas e econômicas. Esta abordagem evidencia a continuidade das relações de colonialidade, mesmo após o fim do colonialismo formal, destacando a persistência das formas de dominação no contexto da modernidade.

Para Bartolomeu (2020), Sueli Carneiro, mencionada em seis artigos, aborda o tema do racismo no Brasil utilizando conceitos de Michel Foucault, como o biopoder, para analisar as práticas discursivas racistas. Além disso, ela incorpora o termo "epistemicídio", introduzido por

Boaventura de Sousa Santos, para descrever o processo de apagamento das epistemologias das periferias globais, que são excluídas do circuito dominante de produção de conhecimento. Carneiro enfatiza a existência de um contrato social que marginaliza os negros e no qual o epistemicídio desempenha um papel crucial como tecnologia do biopoder.

Carneiro também examina a exclusão das oportunidades educacionais como um fator significativo na manutenção do racismo estrutural, evidenciando como o sistema educacional contribui para a aniquilação da capacidade cognitiva e da confiança intelectual dos racialmente marginalizados. Esse processo, denominado “epistemicídio”, envolve a diminuição da autoestima, devido ao racismo e à discriminação no ambiente escolar, à negação do conhecimento e das contribuições africanas à cultura global, à imposição do embranquecimento cultural e à produção de fracasso e evasão escolar entre os negros (Bartholomeu, 2020).

Segundo Peres *et al.* (2022), Silvio Almeida, mencionado em seis artigos, é um autor que investiga a interseção entre a questão racial no Brasil e a perspectiva marxista da estrutura e estratificação social em uma sociedade capitalista, caracterizada por divisões de classes. Ele analisa a relação entre raça e classe social em seus estudos sobre o racismo estrutural e dialoga com as ideias de Florestan Fernandes, revivendo o debate sobre a relação entre raça e classe na experiência social dos negros brasileiros. Marcos Peres *et al.* (2022) destacam que Silvio Almeida argumenta que, para compreender a sociedade contemporânea, é essencial considerar os conceitos de raça e racismo, especialmente nos países onde a escravidão negro-africana teve um impacto significativo na estrutura social. Para os autores, Almeida também sustenta a ideia de que entender o significado de raça e racismo, bem como suas implicações culturais e socioeconômicas, requer dos pesquisadores um profundo conhecimento das teorias sociais. Ele justifica, assim, a importância do marxismo como um referencial analítico crucial para essa compreensão.

De acordo com Bello (2016) Frantz Fanon, citado em cinco dos trabalhos, foi um filósofo nascido na Martinica, estudioso das áreas de pensamentos pós-coloniais, teoria crítica e marxismo. Segundo esse autor, Fanon desenvolveu uma abordagem que combinava influências teóricas diversas, incluindo Freud, Marx, Sartre, Du Bois e Beauvoir. Seu método analítico crítico permitiu examinar de maneira aprofundada as complexidades das relações coloniais e pós-coloniais, destacando não apenas as questões econômicas, mas também as dimensões psicossociais e culturais envolvidas. Ao incorporar uma análise interseccional, ele reconheceu

a importância das interações entre raça, classe e gênero na formação das identidades e nas dinâmicas sociais.

Para Diego Boava e Fernanda Ichikawa (2010), Guerreiro Ramos, mencionado em três artigos, adotou a fenomenologia como alicerce fundamental de suas obras. Esses autores afirmam que, nos prefácios dos livros *Administração e contexto brasileiro* (1983, p. XIII) e *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações* (1981, p. XVII), Guerreiro Ramos enfatiza que todo o seu pensamento foi construído a partir da redução sociológica³⁰. Os autores destacam que, ao longo desses estudos, Guerreiro Ramos utilizou a fenomenologia como base para sua obra. Além dos três elementos fundamentais mencionados (redução, mundo e existencialismo), ele explorou outros conceitos como perspectivismo, razão, consciência, finitude, má-fé, angústia e liberdade, entre outros.

Achille Mbembe, mencionado em quatro artigos, introduz o conceito de necropolítica como uma contribuição teórica original. Segundo Maia (2014), Mbembe fundamenta sua teoria a partir da biopolítica de Foucault, questionando sua capacidade de explicar as formas contemporâneas de violência e morte. Ele amplia o conceito de biopolítica para incluir elementos que Foucault não abordou, considerando a evolução histórica desde a época do filósofo. Mbembe também se inspira na crítica de Charles Wright Mills à Idade Moderna, destacando características das tendências pós-modernas, como a rejeição das noções de verdade e razão, e a crítica às teorias universalistas sobre o mundo e a história (Maia, 2014).

Além disso, são mencionadas três vezes as escritoras literárias Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Chimamanda Ngozi Adichie, que se destacam por escreverem a partir de suas vivências, especialmente focando nas experiências raciais e de classe. Para Lopes (2017), a escrita de Carolina Maria de Jesus pode ser entendida como “a escrita da experiência vivenciada ou a literatura de testemunho” e “caracteriza-se não só pela descrição intimista, mas também por um forte tom de denúncia” (Lopes, 2017, s/p). Assim, a literatura de testemunho é uma escrita de experiências, e a excepcionalidade do diário de Carolina é o relato da fome.

De acordo com Soares e Machado (2017), Conceição Evaristo introduziu o conceito de "Escrevivência", uma abordagem que utiliza a experiência pessoal da autora como base para a

³⁰ A redução sociológica é um método que permite aos estudiosos transferir conhecimentos e experiências de uma perspectiva para outra. Ela se baseia na ideia de que cada cultura nacional oferece uma visão única do mundo. Assim, a redução sociológica é uma abordagem específica dentro de um conjunto mais amplo de atitudes necessárias para o desenvolvimento cultural de uma sociedade (Filgueiras, 2012).

produção de narrativas que representam a vivência coletiva das mulheres. Esse método, detalhado pelos autores, envolve uma variedade de recursos metodológicos de escrita para criar um espaço de investigação e produção de conhecimento que reflete as realidades das mulheres. De acordo com Braga (2019), a autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, está alinhada às literaturas pós-coloniais, que emergiram da experiência da colonização, afirmando suas diferenças em relação aos poderes imperialistas e enfatizando-as em relação às premissas estabelecidas pelo centro imperial.

Em relação aos autores do campo geográfico contemporâneo mais citados acerca da temática racial, destacamos 16 citações a Renato Emerson dos Santos e, a partir da análise dos artigos desse autor para esta dissertação, pareceu-nos que ele tem também como direcionamento filosófico os estudos pós-coloniais.

Em relação a Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, citado em 11 trabalhos, foi possível identificar, nos seus artigos utilizados nesta dissertação, uma abordagem com uma perspectiva pós-colonial e decolonial, que contribui para uma interpretação mais ampla e crítica da cartografia. O autor expressa aspectos de uma Geografia Afro-brasileira, por meio do uso de referências nas linguagens cartográfica e fotográfica, dentro de uma perspectiva historiográfica, geopolítica e do “geodireito”, a partir de referências que demonstram territorialidades distintas no espaço e no tempo. Ele trata da chamada “geografia da inexistência”, caracterizada pela hostilidade da temática, pela omissão de informações e pela oficialização de erros e equívocos, uma estratégia que funciona como meio básico usado pelo Estado para a manutenção do sistema dominante conservador, oligárquico, segregador e preconceituoso. Anjos (2020) discute a necessidade de ampliação do conhecimento sobre as referências geográficas conflitantes do Brasil Africano contemporâneo e fornece outros elementos para compreender as configurações espaciais e a governança dos territórios afro-brasileiros, que enfrentam riscos permanentes e não têm um lugar definido na nação.

Alex Ratts, citado em 10 artigos, descreve que utiliza um método filosófico que combina análise crítica, historicismo e reflexão epistemológica para abordar a questão étnico-racial no contexto da ciência geográfica, especialmente no que diz respeito à modernidade-colonialidade. Seus textos analisados nesta pesquisa partem de uma trajetória de estudos, pesquisas, leituras, observações e intervenções para problematizar o lugar epistemológico dessa questão na geografia, considerando a sociedade brasileira dentro do sistema-mundo e com enfoque nas coletividades negras, às vezes mencionando quilombolas e indígenas. O autor discute a

geografia como uma ciência moderna-colonial, que, historicamente, tem sido pouco vinculada à colonização, ao colonialismo e à questão racial. Em seguida, ele explora a relação entre raça e etnia no contexto do sistema-mundo moderno-colonial, com referências a autores franceses. O texto também identifica duas tendências entre geógrafos/as brasileiros/as: aqueles que reconhecem a questão étnico-racial, mas não a exploram profundamente, e aqueles que trabalham diretamente com essa questão, incorporando-a em sua identidade profissional (Ratts, 2020).

Diogo Marçal Cirqueira, citado em nove artigos, discute questões relacionadas à epistemologia da geografia para pensar a categorial racial. Em seu texto *Notas sobre a racialidade na Geografia Humana de Vidal de La Blache* (2020), analisa as interpretações de Vidal de La Blache sobre a raça, especialmente, como ele relacionou a categoria da raça ao conceito de ambiente para pensar sobre a diversidade e diferença humanas em todo o mundo (Cirqueira, 2020). Além disso, o autor aborda os desafios enfrentados pela geografia brasileira desde os anos 2000, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da importância do aspecto étnico-racial como uma parte fundamental do espaço geográfico e, conseqüentemente, como objeto central de estudo na disciplina. Assim, o autor discute o panorama das "Geografias das relações étnico-raciais" e "Geografias Negras" no Brasil (Cirqueira, 2020). O autor recorre a referências não marxistas para embasar suas discussões, baseando-se em autores do campo decolonial e da geografia crítica não marxista. Isso significa que ele incorpora perspectivas e abordagens que vão além da visão tradicional marxista, buscando compreender as dinâmicas sociais, espaciais e raciais por meio de outras lentes teóricas e conceituais.

Lorena Souza, citada em oito artigos, aborda a questão étnico-racial no contexto educativo das escolas de ensino básico, especialmente na geografia escolar. Ela se concentra em examinar como a instituição escolar influencia a autoestima dos corpos negros e contribui para a construção da identidade negra. Sua abordagem também inclui uma análise das representações sociais e ideológicas que impactam a percepção e a imagem dos segmentos étnico-raciais, destacando a importância do ensino das relações étnico-raciais para promover um pensamento geográfico crítico. A autora utiliza como referências autores como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e Antônio Bispo dos Santos, que usam como método as abordagens pós-coloniais (Souza; Silva, 2019)

Denilson Araujo de Oliveira, citado em seis trabalhos, discute como o racismo leva à desumanização de certas existências e como diferentes formas de resistência têm surgido em

resposta a isso. Ele usa como referencial teórico conceitos como necropolítica, de Achille Mbembe, colonialidade do poder, de Aníbal Quijano e antinegitude, de João Vargas, que contribuem para a compreensão dessas dinâmicas. O autor se fundamenta, ainda, nas concepções de Michel Foucault, como a noção de biopoder. Segundo Oliveira (2014, p. 99), “o racismo inscrito no Estado tem grande importância na gestão dos territórios e das populações, pois representa a condição com a qual a polícia pode exercer o direito de matar, humilhar e amedrontar, segundo a linguagem foucaultiana”.

Geny Guimarães, cujo trabalho é citado em cinco artigos, defende a necessidade de repensar a geografia de maneira crítica, especialmente no contexto das Geografias Negras. Ela adota a abordagem de "escrevivências", de Conceição Evaristo, como metodologia, com o objetivo de desenvolver um conhecimento geográfico mais próximo das experiências negras. Essa reestruturação busca integrar as histórias, culturas e saberes de grupos sociorraciais colonizados e escravizados em análises espaciais, rompendo com a tradição de estudos geográficos marcados por conceitos coloniais e racistas. Sua proposta tem um enfoque decolonial, alinhado com os estudos contemporâneos que buscam superar as bases colonialistas nos estudos espaciais (Guimarães, 2020).

Ademais, aparecem alguns geógrafos que não necessariamente discutem a questão racial, mas são referências nesses artigos, sendo Milton Santos, de longe, o autor com maior número de citações: 16.

Milton Santos, grande referência na geografia brasileira, embora não tenha se dedicado diretamente à questão racial ao longo de sua carreira, abordou esse tema de forma pontual no final de sua vida. Em um artigo intitulado *Ser negro no Brasil hoje*³¹, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, no ano 2000, o autor afirma que “ser negro no Brasil é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá embaixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta” (Santos, 2000). Milton Santos reflete a respeito das dinâmicas sociais e raciais presentes no contexto brasileiro. Ele aponta para a realidade de preconceitos e estereótipos que permeiam a experiência dos negros no país, além de revelar a estratificação social e a perpetuação de uma visão hierárquica que marginaliza e limita as oportunidades para a população negra.

Pode-se dizer, como fazem os que se deliciam com jogos de palavras, que aqui não há racismo (à moda sul-africana ou americana) ou preconceito ou discriminação, mas não se pode esconder que há diferenças sociais e econômicas estruturais e seculares, para

³¹Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>. Acesso em: 05 de mar. 2024.

as quais não se buscam remédios. A naturalidade com que os responsáveis encaram tais situações é indecente, mas raramente é adjetivada dessa maneira. Trata-se, na realidade, de uma forma do apartheid à brasileira, contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil (Santos, 2000).

Santos denuncia a segregação e a exclusão que historicamente foram impostas aos afrodescendentes, relegando-os a posições sociais desvalorizadas e limitando suas possibilidades de ascensão e reconhecimento, e lança luz sobre a urgência de enfrentar e transformar essas estruturas injustas e opressivas, destacando a importância de um olhar crítico e engajado para promover a igualdade e a justiça social.

Além desse artigo, outras obras do autor são citadas nos artigos analisados, como *Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método* (1977), *Por uma Geografia Nova* (1978), *O Espaço do Cidadão* (1987), *Cidadanias mutiladas* (1997), *O retorno do território* (1998), *Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência* (1996), *As exclusões da globalização: pobres e negros* (2000), *O papel ativo da Geografia: um manifesto* (2000), *A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção* (2002), *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal* (2006), *Metamorfose do espaço habitado* (2008), *Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a geografia crítica* (2008), *A natureza do espaço: Técnica, Tempo, Razão e Emoção* (2009), *O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo* (2009) e *Pensando o espaço do homem* (2009).

Essas obras não apenas contribuem para o entendimento do espaço geográfico e de suas dinâmicas, mas também lançam luz sobre questões sociais, econômicas e políticas relevantes para o Brasil e para o mundo. A presença de referências a Milton Santos em diferentes trabalhos acadêmicos evidencia a influência de seu pensamento na geografia e em áreas correlatas.

Segundo Dantas e Tavares (2011), Milton Santos foi influenciado por diversas perspectivas teóricas, especialmente o marxismo, ao criar seu método para a geografia. Além disso, ele incorporou ideias de outras orientações filosóficas. O resultado foi um método singular, caracterizado por uma abordagem eclética que não se encaixa facilmente em categorias pré-definidas. Essa abordagem multifacetada de Santos foi fundamental para a construção da "nova geografia", que rompeu com as abordagens mais tradicionais até então nela predominantes. Ao sintetizar diferentes perspectivas e conceitos, Santos contribuiu para uma compreensão mais profunda e dinâmica do espaço geográfico (Dantas; Tavares, 2011).

Em relação às teorias marxistas, é importante ressaltar que, ao revisar as referências bibliográficas dos 50 trabalhos que compõem nosso corpus, notamos uma relativa escassez de citações de autores marxistas, sendo que Karl Marx é citado em apenas três deles, a saber, por Dahra Almudi e Lourdes Carril (2022), Maurício Waldman (2003) e Beatriz Pereira Silva (2020). No entanto, destacamos a presença mais significativa de Lélia Gonzalez e Silvio Almeida, autores que discutem a questão racial a partir do método materialista-histórico-dialético.

Gonzalez é citada em nove trabalhos, enquanto Almeida aparece em seis, indicando uma considerável influência desses pensadores em estudos que abordam a interseção entre a questão racial e a perspectiva marxista. Isso resalta a relevância desses autores na discussão contemporânea sobre a relação entre a geografia, o marxismo e a temática racial. Além disso, quatro artigos fizeram referência a Florestan Fernandes e a Carlos Hasenbalg, três trabalhos, a Lilia Schwarcz, e dois, a Angela Davis.

Florestan Fernandes (2008, p. 40) discute o dilema da “luta de classes versus luta de raças” com a seguinte afirmação: “ao se classificar socialmente, o negro adquire uma situação de classe operária, embora continue a ser negro e a sofrer discriminações e violência”. O sociólogo traz a importância de não se dissociar a luta classista da antirracista, pois ambas estão interligadas ontologicamente. Os dois conceitos precisam ser entendidos através de uma raiz em comum: o capitalismo.

Segundo Guimarães (2016), o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg elaborou uma sistematização abrangente sobre racismo, desigualdades raciais e políticas raciais no Brasil moderno, sendo influenciado pelos estudos de Florestan Fernandes e pela sociologia paulista da década de 1960.

Lilia Schwarcz é citada em quatro artigos, sendo essa uma das grandes referências, ao se adentrar no campo de estudo das relações raciais. De acordo com Dorigan (2021), em seu livro inicial, "Retrato em Branco e Negro" (2017), Schwarcz utiliza os jornais como fonte primária para explorar o imaginário social em relação aos negros e como suas condições eram representadas e discutidas na São Paulo do final do século XIX. Seus escritos são conhecidos pela crítica contundente ao racismo e ao sistema colonial, e ela frequentemente revisita o pensamento de Florestan Fernandes.

Angela Davis, referenciada em dois artigos, é uma figura destacada no ativismo antirracista, tendo sido membro dos Panteras Negras e do Partido Comunista dos Estados Unidos. Sua trajetória como acadêmica e militante é marcada pela recusa em aceitar uma suposta neutralidade epistemológica. Seus escritos e discursos buscam romper com as desigualdades sociais, sendo sua perspectiva aguçada pela visão de ativista. Um exemplo disso é sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, que aborda a escravidão e suas consequências, em especial, a desumanização da mulher negra (Davis, 2016 [1981]).

Nesse sentido, ao realizar o levantamento das referências mais utilizadas nos artigos que analisamos, buscamos também entender qual método foi utilizado pelos autores em sua análise da questão racial entre 2003 e 2023.

Percebemos nos artigos analisados, que há uma variedade de referências e de métodos, uma presença significativa de autores negros, um número considerável de autores brasileiros, e o destaque para o fato de o racismo brasileiro ter suas especificidades — nada mais coerente que usar pensadores locais para dizer dessa realidade. Há uma presença de autores africanos e latino-americanos também, cujos trabalhos indicam o poder devastador do colonialismo bem como a enunciação de seus efeitos e, por isso, as perspectivas teóricas que mais se destacaram foram aquelas vinculadas às abordagens pós coloniais e/ou decoloniais.

Conforme Thiago de Melo e Júlia Benzaquen (2022), os estudos pós-coloniais emergiram como uma perspectiva crítica dos estudos culturais e literários dos anos 1970 no mundo anglo-saxão. Eles questionam o *ocidentalcentrismo* na construção do Outro e seus diversos impactos na realidade dos países ex-colônias. Assim, o pós-colonialismo é uma abordagem que foca nas consequências do colonialismo em termos de poder, cultura e identidade. Os estudos pós-coloniais buscam compreender como as sociedades colonizadas foram afetadas e transformadas pelas relações de poder estabelecidas durante o período colonial. Isso inclui análises das representações culturais, das identidades híbridas, das resistências e das estratégias de subversão dentro de um contexto pós-colonial. Melo e Benzaquen, baseados em Luciana Ballesterin e em Mignolo, explicitam a constituição dessa abordagem filosófica, nos seguintes termos:

Essa escola de pensamento foi se transformando e se adaptando aos contextos de aplicação dessa chave de leitura. Nos diferentes continentes (África, Ásia e América Latina) a perspectiva adquiriu especificidades próprias. Pensando no contexto latinoamericano, o encontro interdisciplinar entre diferentes grupos de estudiosos dá origem ao pensamento decolonial latino-americano, cujos principais membros são Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Nelson Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander,

Arturo Escobar, Fernando Coronil, Catherine Walsh e Zulma Palermo (BALLESTRIN, 2013). A principal defesa dessa vertente consiste em um olhar não eurocêntrico e pluriversal da modernidade, relacionando-a com a colonialidade como o seu lado oculto e mais escuro (MIGNOLO, 2017.a). (Melo; Benzaquen, 2022, p. 174).

Por outro lado, o pensamento decolonial foi influenciado por perspectivas críticas latino-americanas, como a Filosofia e a Teologia da Libertação, a Teoria da Dependência da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e pelo feminismo negro estadunidense. Além disso, suas inspirações também se estenderam a outros continentes, como os estudos subalternos asiáticos e a filosofia africana (Melo; Benzaquen, 2022). Em outros termos, a abordagem decolonial enfatiza a necessidade de descolonizar o pensamento, as instituições e as práticas sociais, buscando uma transformação radical das relações de poder e uma reconfiguração das formas de conhecimento e de convivência social.

Importante ressaltar que dentro dos círculos acadêmicos, ainda existe um debate sobre como designar e diferenciar certos conceitos, como a distinção entre estudos pós-coloniais e pensamento decolonial.

A teoria pós-colonial é um conjunto de estudos provenientes do mundo europeu anglo-saxão, que funda-se com a tríade francesa Memmi, Césaire e Fanon (BALLESTRIN, 2013), além de autores bem referenciados tais como o palestino Edward Said (1935-2003), crítico literário e ativista social e político, autor dos clássicos “Orientalismo” (1978) e “Cultura e Imperialismo” (1995); a indiana Gayatri C. Spivak, autora do “Pode o subalterno falar?” (1993); e o britânico-jamaicano Stuart Hall, teórico cultural e sociólogo, autor de “A identidade na Pós-modernidade” (1992). Como importante nome da perspectiva pós-colonial também vale a pena fazer referência à obra “O local da cultura” (1994) do indobritânico Homi K. Bhabha (Melo; Benzaquen, 2022, p. 175).

Ou seja, os estudos pós-coloniais originaram-se principalmente no mundo anglo-saxão europeu e têm raízes na tradição intelectual que inclui figuras como Memmi, Césaire e Fanon, entre outros. Essa perspectiva examina as relações de poder e de dominação que surgiram durante o período colonial e como essas dinâmicas continuam a influenciar a sociedade contemporânea.

Por outro lado, o pensamento decolonial surge de correntes críticas latino-americanas e incorpora influências de outras regiões do mundo, buscando desafiar não apenas as estruturas coloniais de poder, mas também os pressupostos epistemológicos que as sustentam.

De acordo com o grupo modernidade/colonialidade, mais especificamente segundo Mignolo (2007), a perspectiva pós-colonial inverte o nosso olhar a colocar o Sul por exemplo como referência para o Norte, mas o pensamento decolonial busca mudar os termos e pensar para além de Sul e Norte (que são formas de ver eurocêntricas). (Melo; Benzaquen, 2022, p. 175).

Nos artigos de geografia das revistas Qualis A1, notamos a predominância das abordagens filosóficas decolonial e pós-colonial. Em contrapartida, o marxismo não se destaca com uma presença significativa nesses trabalhos. Apesar de haver referências a autores marxistas, é evidente nos artigos analisados que outras abordagens e referências têm maior destaque quanto à discussão do racismo no Brasil.

Em suma, ao longo desta pesquisa, buscamos não apenas investigar as referências e os possíveis métodos empregados pelos autores dos artigos analisados ao abordar a questão racial no âmbito da geografia, mas também entender os conceitos recorrentes e traçar um panorama abrangente das abordagens teóricas utilizadas.

As citações recorrentes, nos artigos analisados, a autores como Nilma Lino Gomes, Boaventura de Sousa Santos, Frantz Fanon, Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez entre outros demonstra a complexidade e a variação, em termos de método, das discussões sobre racismo, colonialidade, resistência e identidade negra no contexto geográfico brasileiro. Além disso, a presença de referências a intelectuais como Milton Santos, embora não diretamente relacionadas à questão racial em todos os casos, destaca a interdisciplinaridade e a relevância de suas contribuições para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que permeiam o espaço geográfico. Essa diversidade de abordagens e perspectivas reflete não apenas a complexidade do tema, mas também a presença de uma análise multifacetada e contextualizada das relações étnico-raciais na geografia produzida no Brasil contemporâneo

3.3 De que modo os artigos analisados apontam para as questões relativas à democracia racial e ao racismo estrutural?

Na primeira parte desta dissertação, exploramos conceitos presentes em abordagens marxistas que tratam da questão racial, tais como a crítica ao mito da democracia racial e ao racismo estrutural. Em par com essa discussão, intentamos, a seguir, apresentar especificamente o modo como essas duas categorias são tratadas, quando o são, nos 50 artigos selecionados. Apontamos a presença de outros conceitos, quando estes se fizeram presentes com relativa constância, ainda que estes não constituam o foco principal de nossa investigação neste trabalho. Fizemos isso para destacar, a partir das abordagens dos autores dos artigos, aqueles conceitos considerados relevantes por eles para compreender o racismo na sociedade brasileira.

3.3.1 Associação entre racismo estrutural e democracia racial

Segundo Silvio Almeida (2020), a consolidação da ideologia da democracia racial no imaginário social brasileiro foi marcada pela sua incorporação como elemento central na interpretação do Brasil. Esse processo ganhou força a partir de 1930, quando a necessidade de unificação nacional e o desenvolvimento do mercado interno, impulsionados pela industrialização, levaram a uma reorganização institucional complexa, culminando na criação do discurso da democracia racial. Naquele contexto, a desigualdade racial, inicialmente evidente no âmbito econômico, foi remodelada como diversidade cultural, tornando-se uma parte integral da identidade nacional.

Assim, no Brasil, a ideologia do racismo científico foi substituída nos anos 1930 pela ideologia da democracia racial. Essa perspectiva afirma ser a miscigenação um traço fundamental da identidade nacional, sendo aceita moralmente em todos os estratos sociais, inclusive pelas classes dominante e trabalhadora. O surgimento desse discurso, considerado ainda hoje um elemento essencial da identidade brasileira, coincide com o início do projeto de adaptação da sociedade e do Estado brasileiro ao capitalismo industrial (Almeida, 2020). O advogado e filósofo destaca que o racismo é um elemento essencial nas estruturas políticas e econômicas, sendo fundamental para compreendê-las. Para ele, a ideologia da democracia racial paradoxalmente gera um discurso racista, legitimando a violência e a desigualdade racial, especialmente diante das particularidades do capitalismo brasileiro.

Nesse sentido, buscamos compreender como (e se) essa dimensão foi tratada nos artigos selecionados. Entendemos que essa análise nos permitiria compreender mais profundamente as nuances dessa ideologia na sociedade brasileira e o modo como ela apareceu e/ou foi problematizada nos artigos analisados, o que, em certa medida, nos possibilitou averiguar as bases sobre as quais parte dos geógrafos brasileiros preocupados com essa questão tem observado tal problemática.

O Grupo NEPEN GEOUSP (2020, p. 63) articula a compreensão do racismo estrutural à superação do mito da democracia racial como condição essencial para o avanço das reivindicações dos movimentos negros. Isso porque, para eles, a simples exigência por melhorias na educação, ascensão social e econômica da população negra não é suficiente para combater o racismo, a menos que se confrontem e superem as ideologias que perpetuam tais desigualdades. Segundo eles,

A educação e a produção de conhecimento ganham papel central na compreensão do **racismo estrutural**, o que por sua vez se transformou num dos principais eixos de reivindicação dos movimentos negros. Ao eleger tais reivindicações como vias principais de luta, o movimento negro entendeu que além da educação propiciar a ascensão social e econômica da população negra, a produção do conhecimento se faz fundamental para a superação do nocivo **“mito da democracia racial”** (MUNANGA, 1999). (NEPEN GEOUSP, 2020; p. 63, grifo nosso).

Os autores se ancoraram nas reflexões de Kabengele Munanga e enfatizam a importância de ir além das demandas superficiais e explorar as raízes estruturais que sustentam as disparidades sociais. Ao abordar o mito da democracia racial, propõe uma análise crítica das crenças arraigadas na sociedade, evidenciando que a transformação real requer uma revisão profunda das ideologias que as sustentam. Dessa forma, a luta por justiça social torna-se não apenas uma busca por melhorias tangíveis, mas também uma batalha ideológica para dismantelar os fundamentos que perpetuam as desigualdades raciais. O grupo escreve, ainda:

Em meados da década de 1950, na USP se empreendeu o significativo esforço de interpretação do “dilema racial” (FLORESTAN, 2007) brasileiro, a partir das investigações promovidas pelo grupo de intelectuais que viria a ser reconhecido como escola sociológica paulista, preservando entre os seus nomes mais eminentes o do sociólogo Florestan Fernandes. Por meio desta iniciativa, a crítica ao denominado **“mito da democracia racial”** (2017) adquire centralidade aos estudos sociológicos a respeito das relações raciais no Brasil. Particularmente, a Florestan a democracia racial funciona à dissimulação das elites sociais quanto ao estado de desigualdade racial brasileiro, um recurso empregado desde a conturbada transição do escravismo ao trabalho livre (NEPEN GEOUSP; 2020, p. 65, grifo nosso).

Além disso, como destacado na citação acima, o artigo faz referência às contribuições do sociólogo marxista Florestan Fernandes, que, na década de 1950, se dedicou a investigar o conceito em questão. Ele percebeu que a democracia racial atua como um mecanismo de dissimulação utilizado pelas elites para ocultar o persistente estado de desigualdade racial no Brasil, sendo que essa estratégia remonta ao tumultuado período de transição do escravismo para o trabalho livre.

Giovana Silva Rocha e Margarida de Cássia Campos (2023), discutiram como a noção de democracia racial é questionada a partir do filme *Minha Mãe é uma Peça: o Filme*, lançado em 2013. As autoras apontam que o filme de grande alcance, que liderou a bilheteria no ano de lançamento, falha ao não questionar ou problematizar os conflitos nas relações raciais e sociais no Brasil, bem como as formas hegemônicas de dominação, contribuindo para a naturalização da heteronormatividade, do machismo, do racismo estrutural e da opressão de classe social:

A partir dessa observação, pode-se vincular a exposição dessa perspectiva ao ideal de **democracia racial**, que teve suas bases e ascensão no início do século XX, sendo Gilberto Freire seu precursor no Brasil. Essa ideologia se baseava na mestiçagem presente na população brasileira para concluir que haveria uma harmonia nas relações entre as pessoas negras e brancas, sendo amplamente aceita e divulgada por décadas. Entretanto, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando os conflitos raciais foram expostos ao mundo, essas ideias passam a ser refutadas, pois se entende que as posições sociais e os direitos básicos das populações são garantidos, em grande parte, por meio de sua cor de pele e raça (SILVA; LARANJEIRA, 2007). É possível, então, compreender que “Minha Mãe é uma Peça: o Filme”, obra de 2013, ainda reproduz a tal democracia racial, atualmente entendida como um mito. Por ser um filme de grande alcance de público, com a maior bilheteria no ano de lançamento (o que garantiu sua sequência), peca ao não questionar ou problematizar os conflitos nas relações raciais e sociais no Brasil e as formas hegemônicas de dominação, além de ofertar subsídios para a naturalização da heteronormatividade, do machismo, do racismo estrutural e da opressão de classe social (Rocha; Campos, 2023, p. 8, grifo nosso).

Em outras palavras, para as autoras, a evolução da ideologia da democracia racial no Brasil teve origem no início do século XX, com Gilberto Freire. Essa perspectiva defendia que a miscigenação presente na sociedade brasileira resultaria em relações harmoniosas entre pessoas de diferentes etnias, sendo amplamente difundida e aceita por décadas. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, os conflitos raciais globais expuseram as falhas desse ideal, evidenciando que a cor da pele e a raça continuavam a determinar significativamente as posições sociais e os direitos individuais.

Dessa forma, o estudo das dinâmicas sociais brasileiras evidencia a transição do racismo científico para a ideologia da democracia racial, uma mudança marcante que acompanhou a reorganização institucional do país durante os anos 1930. A democracia racial, embora tenha sido incorporada como parte central da identidade nacional, paradoxalmente tem servido como um veículo para a perpetuação do racismo, conforme salientado por Silvio Almeida (2020). Esse paradoxo é ainda mais acentuado diante das particularidades do capitalismo brasileiro, onde as disparidades sociais e raciais persistem. A análise proposta pelo Grupo NEPEN GEOUSP (2020) e a crítica apresentada por Giovana Silva Rocha e Margarida de Cássia Campos (2023) revelam a necessidade de desafiar e superar a ideologia da democracia racial. A luta por justiça social não pode se limitar a demandas superficiais; é crucial dismantelar as bases ideológicas que perpetuam as desigualdades raciais.

3.3.2 Apontamentos sobre a democracia racial como ideologia

Tiago Dionísio da Silva e Camila Vianna de Souza (2020) analisam como a sociedade, sob controle branco, e a partir da concepção mito da democracia racial justificava a culpabilização do negro como inferior na evolução humana, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo atraso econômico e social do Brasil. O mito da democracia racial, nascido desse contexto, reflete a construção ideológica que sustenta a desigualdade racial, contribuindo para manter o status quo e influenciar interações sociais e estruturas civilizacionais:

Desse modo, para a manutenção da sociedade estruturada no status quo em que o branco detinha o poder econômico e político, o negro, por ser considerado inferior na evolução humana, passa a ser responsabilizado pelo atraso econômico e social do Brasil. As análises das relações raciais no Brasil identificam a casa-grande como o centro político e econômico; ela implicará nas demais esferas que atravessam a vida em sociedade. Assim, essa célula organizativa da sociedade brasileira passa a orientar os modos sociais e civilizatórios. É a partir desse momento que nasce **o mito da democracia racial** (Silva; Souza, 2020, p. 149, grifo nosso).

Ao identificarem a “casa grande” (Freyre, 1933) como “centro político e econômico” do Brasil, eles apontam para a concentração do poder (político e econômico), para o qual a “democracia racial” passou a “funcionar” como modo de contenção da mobilização negra. Ainda para Silva e Souza,

O mito da democracia racial – isto é, a ideia de relação harmônica entre as raças – passa a ser a nova visão que se tem no e sobre o Brasil. Souza (2006, p. 232) aponta que “quando os primeiros sociólogos e antropólogos brasileiros elaboraram teorias sobre a questão da raça já o fizeram sob uma perspectiva que colocava o mestiço como realidade do ‘caos étnico’ brasileiro”. Sendo assim, a visão sobre a questão da raça e do racismo no Brasil é novamente reconfigurada, uma vez que o problema da precária inserção da população negra na sociedade brasileira se dá muito mais pela questão de classe do que pelo problema de cor. [...] Sob essa perspectiva, **a democracia racial** é desmascarada. Essa ideologia conservadora, difundida pelo próprio Estado brasileiro e que servia como estratégia desarticuladora das lutas antirracistas, passa a ser o principal alvo da resistência dos movimentos negros. Vale ressaltar que essa luta se dá, primeiramente, mais no campo cultural do que no campo político, por conta da repressão política dos anos 60 e 70 do século passado e também por conta da valorização da cultura afro-brasileira. Desse modo, a democracia racial tornou-se um mito e isso passou a ser norteador para se pensar a formação social do povo brasileiro. Nesse processo, as relações raciais no Brasil passaram a ser analisadas na perspectiva de alguns prismas, a saber: escravista, abolicionista, “paraíso” do convívio das raças, **mito da democracia racial** (Silva; Souza, 2020, p. 150, grifo nosso).

Em outros termos, o mito da democracia racial, que sugere uma convivência harmoniosa entre as raças, emerge como uma nova perspectiva sobre o Brasil, sendo a democracia racial uma ferramenta ideológica conservadora disseminada pelo Estado brasileiro para desarticular as lutas antirracistas.

Os autores escrevem, ainda:

Na contemporaneidade, passar [sic] a ser analisado através da expressão “**racismo à brasileira**”, termo cunhado pelo antropólogo Roberto Da Matta, e que, segundo Guimarães (2002), também pode ser denominado “**racismo cordial**”. Trata-se de um racismo não mais regulado pelo Estado brasileiro, mas um racismo mascarado e com impactos intensos na vida da população negra, uma vez que, a olho nu, não se pode enxergar as barreiras que impedem o povo negro de ter seus direitos de cidadão garantidos. Ademais, por esses artifícios políticos de manutenção do status quo, de uma classe em detrimento da outra, a luta contra o racismo sempre se confunde com a luta de classes, uma vez que se pensava que bastaria a inserção do negro na cadeia produtiva do sistema capitalista brasileiro para que sua situação melhorasse. Atualmente, é comum analisar o fenômeno do racismo no Brasil sob o conceito de “racismo à brasileira”, termo popularizado pelo antropólogo Roberto Da Matta e também conhecido como “racismo cordial”, conforme mencionado por Guimarães (2002). Esse tipo de racismo não é mais explicitamente sancionado pelo Estado brasileiro, mas sim enraizado de forma dissimulada, com impactos profundos na vida da comunidade negra. As barreiras que limitam os direitos dos negros como cidadãos não são facilmente perceptíveis à primeira vista (Silva; Souza, 2020, p. 150, grifo nosso).

Ou seja, para Silva e Souza (2020) esse tipo de racismo não é mais explicitamente sancionado pelo Estado brasileiro, mas enraizado de forma dissimulada, com impactos profundos na vida da comunidade negra. Além das estratégias políticas que perpetuam o status quo, com uma classe sendo favorecida em detrimento de outra, a luta contra o racismo muitas vezes se confunde com a luta de classes.

Para Lins (2020), o mito da democracia racial é apresentado como a categorização das raças, o que desempenhou um papel crucial na estruturação do sistema capitalista, que se formou a partir de uma hierarquia racial, determinando quem tem o direito à plena vida e quem pode ser sujeito à morte. Tal ideia é sustentada pela fantasiosa harmonia de convivência pacífica entre as raças no Brasil.

Como já mencionado, a classificação de raças se constituiu como base fundamental para o sistema capitalista, que foi constituído a partir da hierarquia racial que definiu aqueles que têm o direito à vida plena e aqueles que podem ser expostos à morte. No Brasil, pensar a dimensão racial é tarefa muito complexa. A história da população negra no Brasil foi, desde o início, marcada por violências físicas e psicológicas, pela desumanização e do apagamento daquilo que compunha o ser negro, como os ritmos, saberes, crenças e práticas culturais de maneira geral. Entretanto, há na construção teórica brasileira sobre a temática racial, um abrandamento da violência das relações raciais sob o argumento de uma fantasiosa harmonia e coexistência pacífica: **a democracia racial**, fortemente difundida na década de 1930 com os escritos de Gilberto Freyre que apontam a mestiçagem como o grande legado do processo de escravização. [...] Nascimento (2016) aponta as limitações do entendimento das relações raciais propostas por Gilberto Freyre, salientando que **a democracia racial** é algo artificial, visto que somente um elemento desta relação detinha o poder. O mito da democracia racial não corresponde, portanto, à realidade porque a escravização de corpos negros em território brasileiro não promoveu uma igualdade racial, mas [a] uma desigualdade em diferentes níveis de análise pautada pela raça. O mito da democracia racial serviu para mascarar toda a forma de violência institucionalizada sofrida pelos negros no Brasil no contexto da escravidão (Lins, 2020, p. 191, grifo nosso, inserção nossa).

Conforme o autor, o mito da democracia racial não reflete a realidade, na medida em que ela, como ideologia, “máscara” as desigualdades em vários níveis. Esse mito foi utilizado para encobrir todas as formas de violência institucionalizada enfrentadas pelos negros no contexto da escravidão no Brasil.

Francislene Bezerra *et al.* (2024) discutem a respeito do mito da democracia racial, embasadas nas análises de Silvio Almeida, Sueli Carneiro e Frantz Fanon. A autoras ressaltam que a sociedade brasileira historicamente negou a existência do racismo, o que torna desafiador combater esse fenômeno.

O **mito da democracia racial** dificulta o combate ao racismo, pois parte da ideia de que somos todos iguais, afinal somos seres humanos. Portanto, temos que ser tratados como tal, não de forma racializada, embora prevaleça no imaginário social a presença de negra(o) em espaços marginalizados, longe dos papéis assumidos por mulheres e homens detentores de algum poder. Desta maneira, a democracia racial não existe, mas serve para mascarar as desigualdades sociais da população negra, por meio de estratégias para desumanizá-la, através de diversas formas de violências, que são aperfeiçoadas com o tempo (FANON, 1968). (Bezerra *et al.*, 2024, p. 3, grifo nosso).

Além disso, destacamos novamente o entendimento da democracia racial como “máscara”, que é utilizada para favorecer um grupo em detrimento de outro, sendo um considerado superior e o outro, inferior. As autoras afirmam que, nos Estados Unidos e na África do Sul, foram implantadas políticas explícitas de segregação racial (por exemplo, o apartheid), já no Brasil adota-se o mito da democracia racial, que “sempre negou o racismo”. Nesse sentido, Bezerra *et al.* reforçam que:

Ao longo dos anos muitas pautas de reivindicações do Movimento Negro foram atendidas, a partir de negociações com representantes políticos nas várias esferas. Entretanto, em uma sociedade que sempre negou o racismo, se torna ainda mais difícil e complexo combatê-lo (ALMEIDA, 2021). Segundo Carneiro (2021), o racismo no Brasil é uma ideologia para produzir privilégios de um grupo em detrimento de outro, um grupo considerado superior e outro inferior. Diferentemente de países colonizados, como os Estados Unidos e a África do Sul, que instituíram políticas claras de segregação racial (ex. apartheid), no Brasil adota-se o **mito da democracia racial** (SILVA, 2009; CARNEIRO, 2011; ALMEIDA, 2021;). (Bezerra *et al.*, 2024, p. 2, grifo nosso).

Inti Maya Soeterik e Renato Emerson Nascimento dos Santos (2015), apontam como a ideologia da democracia racial foi usada para questionar as políticas de ações afirmativas no Brasil, visto que, para a sociedade, “ações afirmativas” são uma pauta dos EUA, e a realidade brasileira não necessita de tal política, visto que a realidade nacional é outra:

Na última década emergiram no Brasil políticas de combate ao racismo e às desigualdades raciais, em diversos campos, com visível destaque para a Educação. O país, durante grande parte do século XX, se afirmou oficialmente como uma sociedade da “democracia racial” e tais políticas aparecem como (ou a partir de) uma negação desta ideia. Qual a relação entre essa emergência no cenário nacional e processos globais de construção e difusão de agendas, inclusive educacionais? Um dos debates mais acalorados na emergência recente de políticas públicas baseadas em raça no Brasil é sobre o papel dos processos e agentes internos e externos na construção de uma agenda racial. Uma explicação já antiga no país (como parte da própria **ideologia da democracia racial**) afirma que estas políticas, chamadas de “ação afirmativa”, são fruto de cópia ou importação artificial de uma pauta vinda dos EUA, e que não encontra vínculos com a realidade das relações raciais brasileiras (Santos; Soeterik, 2015, p. 69, grifo nosso).

Denilson Araújo de Oliveira destaca, ainda, que o embate teórico, epistemológico e ontológico persiste no país, e que a força ideológica das teses do branqueamento e do discurso da democracia racial tem sido um obstáculo ao desenvolvimento de outras matrizes epistemológicas e ontológicas no Brasil, ao longo dos últimos 100 anos:

Temos um período de grandes batalhas teóricas (epistemológicas e ontológicas) questionando a hegemonia/supremacia do pensamento ocidental com as teorias do feminismo negro, feminismo negro descolonial, feminismo afro-latino, marxismo negro, afropessimismo, negritude, quilombismo, afropolitanismo, ideias pan-africanistas, afrofuturismo, mulherismo, epistemologias do sul, pensamento descolonial, afrocentricidade, estudos subalternos, orientalismo, pensamento pós-colonial, entre outras teorias disciplinares e não disciplinares como: saberes de terreiros, saberes dos povos e comunidades tradicionais, saberes gestado [sic] na luta política dos movimentos sociais, entre outros. Confluências e divergências marcam essas epistemologias e ontologias negras e diaspóricas. Nossa hipótese é que vivemos, pela primeira vez na história de nossa formação, a possibilidade de nos enxergar, sentir, ver, cheirar de forma plural e transformadora. Essa revolução do pensamento tem, na Geografia Brasileira, criado as chamadas Geografias Negras. Entendemos que a força ideológica das teses do branqueamento e do discurso da **democracia racial** impediram que essas matrizes epistemológicas e ontológicas se desenvolvessem no Brasil nos últimos 100 anos, pelo menos. Esse fato sinaliza o quanto as lentes teóricas e metodológicas criadas pelo eurocentrismo são míopes (Oliveira, 2022, p. 13, grifo nosso).

Denilson Araújo de Oliveira (2022) escreve, ainda, que a problemática racial no Brasil abrange diferentes empreendimentos de extermínio, com as políticas genocidas direcionadas à população negra, quanto a propagação de construções ideológicas que procuram dissimular a violência presente em nossas relações, como o mito de uma democracia racial:

A complexidade da questão racial brasileira envolve tanto distintos projetos de extermínio com as políticas genocidas da população negra quanto a difusão de imaginários ideológicos que buscam dissimular a violência das nossas relações como **o mito de uma democracia racial**. A chamada democracia racial se constitui assentada em manipulações. Ela foi criada a partir de formulação de intelectuais, a serviço da dominação racial, que produziram ideologias e forças que alimentam o falso. Foi gestada algumas décadas após o fim das últimas heranças formais do colonialismo, a escravidão racial. Expressa uma ideologia construída por intelectuais

brancos que dissimula a antinegritude produzida e o brutalismo de nossa formação. Arroga-se o discurso da mestiçagem e miscigenação do povo brasileiro obliterando o sequestro, o tráfico para outro continente, o trabalho forçado até a morte e o estupro de mulheres negras e “indígenas” no contexto colonial. **A ideologia da democracia racial** sustenta-se numa mentirosa harmonia de nossas relações raciais e que o racismo não existe em nossa sociedade. Essa ideologia é exportada para o mundo pelas classes hegemônicas como singularidade de nosso país. Os defensores da **democracia racial** são férteis criadores de miragens (NASCIMENTO, 1978) que dissimulam a racialização da violência policial e da militarização dos territórios para garantir uma imagem harmônica e competitiva no mercado mundial de cidades (OLIVEIRA, 2014). (Oliveira, 2022, p. 4, grifo nosso).

A chamada democracia racial é construída sobre manipulações, tendo sido concebida por intelectuais que serviam aos interesses da dominação racial. Esses pensadores elaboraram ideologias e estratégias que alimentam essa ilusão. A concepção desse mito surgiu algumas décadas após o término das últimas manifestações formais do colonialismo, especificamente, a escravidão racial. Assim, para o autor, a ideologia da democracia racial baseia-se em uma falsa harmonia nas relações raciais, negando a existência do racismo em nossa sociedade. Essa concepção é promovida globalmente pelas classes hegemônicas como uma característica única de nosso país.

Bruno Otávio de Lacerda Abrahão *et al.* (2022) realizam, ao longo de todo o texto, uma análise aprofundada do conceito da democracia racial. Os autores iniciam o texto usando como referência Carlos Hasenbalg, para demonstrar que o mito da democracia racial no Brasil se constituiu como um dogma bem elaborado, e que é possível afirmar que nenhum outro país latino-americano construiu um mito tão consolidado assim:

Uma destas preocupações convergia para “um debate mais amplo sobre as fundações ideológicas básicas da vida brasileira do século XX: o conceito de **democracia racial**” (ANDREWS, 1998 p. 203). Foi naquele período que o Brasil iniciou o cultivo da imagem da “**democracia racial**” entendida como um lugar original no qual negros e brancos conviviam harmonicamente em condições de quase completa igualdade. Tal imagem construída no cotidiano e por intelectuais resultou no mito da democracia racial com ênfase na apologia da miscigenação. Tal noção se tornou um indicador a favor da tolerância racial que supostamente teria reinado no Brasil, como lembrou Hasenbalg (1996): “parece possível afirmar que nenhum outro país latino-americano construiu um dogma tão elaborado como o da democracia racial brasileira” (HASENBALG, 1996, p. 237). Com efeito, este “dogma” tematizou debates acalorados que ocupavam as páginas da *Imprensa Negra*. Sua documentação sugere que diversos intelectuais e dirigentes das associações de “homens de cor” defendiam **a ideologia da democracia racial**, não sob o ponto de vista dos diversos grupos de pessoas brancas – ou seja, baseada na mestiçagem biológica e cultural –, mas como um projeto social a ser erguido em bases sólidas. Nessa perspectiva, o Brasil poderia se tornar um paraíso racial (PIRES, 2006). (Abrahão *et al.*; 2022, p. 2, grifo nosso).

Assim, os autores apontam que esse dogma foi objeto de debates acalorados que ocuparam as páginas da *Imprensa Negra*, na qual a documentação sugere que vários intelectuais e líderes das

associações de "homens de cor" defendiam a ideologia da democracia racial, não apenas sob a ótica dos diversos grupos brancos — ou seja, a mestiçagem biológica e cultural —, mas também como um projeto social a ser construído sobre fundamentos sólidos.

Abrahão *et al.* também elucidam a discussão de Lilia Schwarcz, que afirma que o debate intelectual sobre a questão racial no Brasil transitou entre dois extremos: as interpretações de Gilberto Freyre e, posteriormente, as de Florestan Fernandes. O primeiro substituiu a concepção biológica de raça pela noção de cultura, considerando-a uma expressão material e simbólica do *ethos* de um povo. Esse enfoque provocou uma verdadeira “revolução ideológica” no Brasil moderno. Freyre estabeleceu os fundamentos da identidade brasileira com a “argamassa” da “democracia racial”. Em última análise, essa ideologia sustentava a crença de que raça e cor de pele não eram fatores limitadores nas relações sociais no Brasil, como expõem Abrahão *et al.*:

Nessa direção, podemos acompanhar Schwarcz (2003) e dizer que a discussão intelectual sobre a questão racial no Brasil oscilou entre dois pólos: as interpretações de Gilberto Freyre e, posteriormente, as de Florestan Fernandes. O primeiro substituiu a noção biológica de raça pela noção de cultura, enquanto expressão material e simbólica do *ethos* de um povo o que promoveu uma verdadeira revolução ideológica no Brasil moderno ao encontrar a alma nacional na velha, colonial e mestiça “cultura luso-brasileira” nordestina. Freyre fincou os pilares da identidade do Brasil com a “argamassa” da “**democracia racial**”. No limite, tal ideologia mantinha a opinião de que a raça e a cor da pele não eram limitadoras das relações sociais no Brasil (SCHWARCZ, 2003). (...)Desde então, alicerçada principalmente em Gilberto Freyre o mito identitário da “**democracia racial**” foi sendo propagado no Brasil se tornando uma das principais marcas distintivas da brasilidade. Sobre seus desdobramentos a partir de então, Sansone (2007) entende que o mito da democracia racial é aceito por uma grande parte do povo, que o reproduz no próprio cotidiano, articulando-o numa série de discursos populares. Munanga (2004), por sua vez, chama atenção para esse ponto quando salienta que **o mito da democracia racial**, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, e que tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira, se tornou marca da convivência harmoniosa de todas as camadas sociais e grupos étnicos. Seu efeito seria, *pari passu*, a perpetuação deste mito que permitiu aos dominantes dissimularem as desigualdades, impedindo uma tomada de consciência por parte dos membros das comunidades não brancas sobre os sutis mecanismos de exclusão do qual são vítimas na sociedade (MUNANGA, 2004). (Abrahão *et al.*; 2022, p. 2, grifo nosso).

Os autores destacam o pensamento de Munanga, ao salientarem que o mito da democracia racial, fundamentado na ideia de dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, possui uma profunda penetração na sociedade brasileira, tornando-se símbolo de convivência harmônica entre todas as camadas sociais e grupos étnicos. O impacto desse mito, para Munanga, dizem Abrahão *et al.*, é a perenização de uma ilusão que permite aos detentores do poder dissimular as desigualdades, impedindo que membros das comunidades não brancas percebam os sutis mecanismos de exclusão dos quais são vítimas na sociedade.

A partir das análises dos autores Tiago Dionísio da Silva e Camila Vianna de Souza (2020), Francislene Bezerra et al (2024) e Denilson Araújo de Oliveira (2022), é possível compreender a complexidade e os impactos da ideologia da democracia racial no Brasil. Eles destacam como essa concepção, baseada na falsa harmonia entre raças, serve para mascarar as profundas desigualdades e violências raciais presentes na sociedade brasileira. Silva e Souza (2020) evidenciam que, mesmo não sendo explicitamente sancionado pelo Estado, o racismo persiste de forma dissimulada, mantendo o *status quo*. Por sua vez, Oliveira (2022) enfatiza como o mito da democracia racial foi utilizado para encobrir as formas de violência institucionalizada enfrentadas pelos negros durante a escravidão e como ele continua a ser promovido globalmente pelas classes hegemônicas como uma característica distintiva do Brasil.

3.3.3 Democracia racial: projeto de nação e construção da identidade nacional

Fabiana Cristina da Luz (2024) destaca a falta de debate sobre a questão racial, que está intrinsecamente ligada ao tratamento desse tema em todas as esferas da sociedade brasileira, por sua ancoragem no mito da democracia racial, nas seguintes palavras:

Não almejamos responder profundamente a esses questionamentos, mas é importante ressaltar que a ausência do debate racial vincula-se diretamente com o tratamento desta questão em todas as dimensões da nossa sociedade brasileira, fundamentada no **mito da democracia racial**, ou seja, por muito tempo defendeu-se que raça não era um elemento estrutural das relações sociais brasileiras. Desta forma, propagou-se que inexistia qualquer discriminação e/ou desigualdade raciais capazes de condicionar o acesso e a garantia aos direitos. E, embora historicamente pesquisadoras/es e ativistas negras e negros refutem o **mito da democracia racial**, ainda é muito comum encontrar falas e ações públicas e/ou privadas baseadas nessa perspectiva. Além disso, é necessário destacar que o projeto de nação e de construção da identidade nacional brasileira desenvolveu-se a partir de uma perspectiva de branqueamento da população, e, conforme sublinha Kabengele Munanga (1999, p. 16), “apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal, inculcado através de mecanismos psicológicos, ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro”. Portanto, a ausência da dimensão racial nas pesquisas e debates sobre a EJA relaciona-se diretamente com a forma pela qual essa questão foi (e é) tratada pela nossa sociedade (Luz, 2024, p. 294, grifo nosso).

A autora demonstra que, por um longo período, prevaleceu a ideia de que a raça não exerceria um papel estrutural nas relações sociais no Brasil, difundindo a crença de que não havia discriminação ou desigualdade racial que afetasse o acesso e a garantia de direitos. Assim, o processo de construção da identidade nacional brasileira e da noção de nação foi moldado pela perspectiva do branqueamento da população. A autora faz referência a Kabengele Munanga, o qual diz que, embora o projeto de branqueamento físico da sociedade tenha falhado, o ideal

persiste, enraizado por mecanismos psicológicos, permanecendo intocado no subconsciente coletivo brasileiro, demonstrando como essa ideologia é presente na nossa sociedade.

A análise de Fabiana Cristina da Luz (2024) sobre a democracia racial como um projeto de nação e construção da identidade nacional revela a profunda influência do mito da harmonia racial na sociedade brasileira. A autora ressalta a falta de debate sobre a questão racial, resultante da crença difundida de que a raça não desempenha um papel estrutural nas relações sociais no país. Essa perspectiva, ancorada na ideologia da democracia racial, permeou o processo de formação da identidade nacional brasileira, promovendo a noção de branqueamento da população como um ideal de progresso.

3.3.4 Democracia racial e persistência de desigualdades

A ideia de democracia racial, conforme abordada por Leonardo Souza Silveira e Jerônimo Oliveira Muniz (2014), é baseada nas referências de Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg. Este último, um sociólogo marxista, apresentou sua tese de doutorado na Universidade da Califórnia-Berkeley, em 1978, e ela foi publicada no Brasil em 1979, com o título *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*.

Os autores aprofundam a compreensão das disparidades de rendimento, mobilidade intergeracional e integração no mercado de trabalho, destacando de forma recorrente a desvantagem enfrentada por indivíduos negros em comparação com os brancos. Sublinham que pretos e pardos se encontram em condições desfavoráveis em relação aos brancos, seja devido à desigualdade no acesso, nas recompensas ou nas oportunidades. Essas discrepâncias podem ser mensuradas, por exemplo, pelos níveis de escolaridade, pelos salários ou pela posição social. É em vista disso que Silveira e Muniz afirmam, citando vários outros autores:

Autores anteriores à década de 1950 viam no Brasil uma sociedade racialmente harmônica e com desigualdades temporais decorrentes do período escravocrata (Freyre, 1987 [1933]; Pierson, 1945). A chamada **democracia racial**, entretanto, não persiste além do direito ao sufrágio. Estudos posteriores à década de 1950 demonstram a existência de relações raciais marcadas pela hierarquia entre brancos e negros na sociedade brasileira (Fernandes, 2008 [1969]; Hasenbalg, 2005 [1979]; Hasenbalg et al., 1999) e a sua persistência ao longo do tempo (Soares, 2008a, 2008b; Osório, 2009). De fato, as disparidades raciais são reconhecidas como componentes da dinâmica social brasileira, tendo em vista o atual debate acerca de políticas afirmativas raciais que se justificam pela redução dessas desigualdades. Estudos sobre diferenciais de rendimento, mobilidade intergeracional e inserção no mercado de trabalho abordam constantemente a desvantagem dos negros em comparação aos brancos (Soares, 2000; Costa Ribeiro, 2006; Henriques, 2001; Hasenbalg, 2005), sobretudo entre as classes socioeconomicamente superiores (Bailey et al., 2013; Costa Ribeiro, 2006). Esses

estudos apontam como pretos e pardos se encontram em condições desfavoráveis em relação aos brancos, seja pela desigualdade de acesso, de recompensas ou de oportunidades, mensuradas, por exemplo, por níveis de escolaridade, salários ou inserção em posições de classe (Soares, 2000; Santos, 2009). (Silveira; Muniz, 2014, p. 267, grifo nosso).

Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo e Ana Claudia Ramos Sacramento (2022) discutem a noção de democracia racial como elemento que contribui para esconder a verdadeira dinâmica racial no Brasil. Isso ocorre porque as classes sociais, em sua essência, são moldadas por relações de poder entre diversos grupos sociais que vivenciam situações distintas, especialmente ao considerar aspectos relacionados ao gênero e à raça, os quais são permeados por relações de poder e hierarquias. Dizem as autoras:

A raça, hoje, também pode ser considerada uma categoria política. Abandonando o determinismo biológico e redimensionando o termo a partir de perspectivas políticas, a raça é um conceito relacional, constituído historicamente e culturalmente, a partir de relações concretas entre grupos sociais. A política do branqueamento e o **mito da democracia racial** também são fatores que levam a esconder a realidade racial brasileira, já que as classes sociais são formadas, no seu interior, por relações de poder entre diversos grupos sociais que se encontram em situações diferenciadas, principalmente, quando se observam aspectos relativos ao gênero e à raça - permeadas por relações de poder e hierarquias (GOMES, 1995). (Azevedo; Sacramento, 2022, p. 58, grifo nosso).

Dahra Araujo Almudi e Lourdes de Fátima Bezerra Carril (2022) desenvolvem o conceito explorando os processos de urbanização do país:

A hipótese central deste trabalho é a de que a realidade aqui estudada revelou um capitalismo brasileiro ancorado nas hierarquias das cores socialmente presentes. A partir deste estudo de caso, pode-se compreender que o processo de urbanização, expressando a modernização do país, conservou fundamentos raciais quanto ao acesso à cidadania territorial no local estudado. Calcado pelas linhas ideológicas que endossam a ideia de superioridade para certos sujeitos negros, esse sistema se difundiu perversamente no país a partir da ideia de **democracia racial**, atribuindo aos negros de pele mais clara o status de mais avançados na linha do “progresso”. Forjadas no pensamento racista brasileiro, que fundou o branqueamento como política nacional, tais concepções ganharam corpo na sociedade e se constatarem como centrais na espacialização da precariedade habitacional do recorte de estudo (Almudi; Carril, 2022, p. 211, grifo nosso).

Ou seja, o capitalismo brasileiro está intrinsecamente ligado às hierarquias baseadas nas cores socialmente presentes, o que faz com que o processo de urbanização, no caso analisado pelas autoras, mantenha fundamentos raciais em relação ao acesso à cidadania territorial, partindo da justificativa da concepção de democracia racial.

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (2015) destaca que a persistência da desinformação da população brasileira em relação ao continente africano continua a ser um obstáculo estrutural para alcançar uma verdadeira democracia racial no país:

A manutenção da desinformação da população brasileira no que se refere ao continente africano continua sendo um entrave estrutural para uma real **democracia racial no país**. Não podemos perder de vista que, entre os principais obstáculos criados pelo sistema à inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira, está sua inferiorização pela precariedade da educação geográfico-cartográfica afro-brasileira, que reclama outra perspectiva no processo escolar. Outro ponto estrutural do setor decisório da gestão da informação geográfica oficial do país é a criação das condições necessárias a um censo demográfico mais realista, que retrata melhor a diversidade étnica brasileira e, consequentemente, os estereótipos sobreviventes e resistentes. Esse tema é complexo, porque significa mudar os métodos de aferição da população e, por conseguinte, o registro oficial de um Brasil africano, até aqui invisível (Anjos, 2015, p. 388, grifo nosso).

Além disso, para o autor, um dos desafios impostos pelo sistema à integração da população de ascendência africana na sociedade brasileira, destaca-se a sua subestimação devido à precariedade do ensino de geografia e cartografia afro-brasileira, indicando a necessidade de uma abordagem diferenciada no ambiente escolar.

Abrahão *et al.* (2022) também destacam a contribuição de Florestan Fernandes para essa temática, uma vez que ele, em conjunto com outros estudiosos que questionam a democracia racial, apontam que esta era um mito na construção da identidade nacional:

Florestan Fernandes foi um destes estudiosos e promoveu uma virada argumentativa sobre a interpretação das relações raciais e do racismo no Brasil quando, juntamente com outros estudiosos, questionou as bases da **democracia racial** e descobriu que o adjetivo sob o qual repousa a identidade nacional é uma falácia. As desigualdades de classe entre pretos e brancos se perpetuavam graças ao preconceito herdado da escravidão que mantinha os primeiros numa posição inferior dentro da estrutura de classes. Haveria um descompasso entre os valores da ordem escravocrata e as relações sociais da ordem competitiva em formação. Acreditavam que o preconceito não só existia no Brasil como, de certo modo, impedia que a nova ordem capitalista e competitiva se desenvolvesse em sua plenitude. Tais estudos revelaram que o racismo no Brasil constitui um modo de exclusão estruturado sobre as relações de desigualdade, cujas causas são oriundas de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, distribuídos em nível local, regional e nacional. Seria um fenômeno objetivo que reflete a dominação social de uns sobre outros expressando os dramas da hierarquização social numa ordem liberal (Abrahão *et al.*, 2022, p. 3, grifo nosso).

As desigualdades de classe entre pretos e brancos persistiam devido ao preconceito herdado da época da escravidão, que mantinha os primeiros em uma posição inferior dentro da estrutura de classes. Acreditava-se que o preconceito não apenas existia no Brasil, mas também de certa forma impediria que a nova ordem capitalista e competitiva se desenvolvesse plenamente. Esses estudos revelaram que o racismo no Brasil é um modo estruturado de exclusão nas relações de

desigualdade, cujas causas derivam de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, distribuídos em níveis local, regional e nacional. Trata-se de um fenômeno objetivo que reflete a dominação social de uns sobre outros, expressando os conflitos da hierarquização social em uma ordem liberal.

Assim, um dos aspectos distintivos da identidade brasileira foi a forma como o discurso da inexistência de segregação racial foi incorporado ao âmbito dos significados de sua cultura:

Um dos traços distintivos da identidade brasileira foi a maneira como o discurso da ausência de segregação racial foi internalizada no plano dos significados da sua cultura. Tomada como a nova forma de ler o Brasil, a mestiçagem transformou-se em símbolo da brasilidade tendo o mestiço como agente transformador por excelência da cultura nacional, assim miscigenação, antagonismos em equilíbrio [sic] e sincretismo teriam atravessado todas as formas de sociabilidade e expressões da cultura. Futebol, samba, e capoeira se transformaram em representantes do Brasil e da brasilidade e passaram, a partir dos anos 1920- 1930, a atender à demanda da construção da nacionalidade. Esses produtos culturais e identitários ilustrariam a “**democracia racial brasileira**” que privilegiaria o discurso assimilacionista de uma nação que soubera romper com o passado escravocrata e vislumbrar um futuro harmônico a partir do legado de suas origens étnicas. A noção de miscigenados emoldurou estes símbolos nacionais e dramatizou uma das marcas distintivas da identidade: a ilustração ideológica da propalada convivência pacífica entre os “antagonismos equilibrados” na sociedade brasileira e se tornou exemplo de paz interétnica a ser copiado por outras nações do mundo (Abrahão *et al.*, 2022, p. 3, grifo nosso).

Esses produtos culturais e elementos identitários representariam a *democracia racial brasileira*, enfatizando o discurso assimilacionista de uma nação que teria superado seu passado escravocrata e vislumbrando um futuro harmonioso a partir do legado de suas origens étnicas.

Ademais, os autores alertam que o racismo no Brasil não foi respaldado por documentos legais, mas foi deslocado para a esfera privada, recaindo sobre o fenótipo e associando-se a outros marcadores sociais:

A despeito de não estar amparado por documentos legais, o racismo no Brasil foi transferido para a esfera privada, incidindo sobre o fenótipo combinado com outros marcadores sociais. Esse racismo silencioso se manifestava naqueles clubes do início de século XX quando a participação dos jogadores de origem popular era restrita ao campo de futebol e distante da sede social dos clubes. A partir disso começamos a compreender as barreiras que o proletário – classe social em que os negros, mestiços e brancos pobres eram maioria - enfrentou para ter acesso a um espaço restrito aos membros a uma classe social branca. Assinalando a lógica desigualitária do país da “**democracia racial**”, a presença desse racismo silencioso e travestido por marcadores sociais revela os debates sobre a integração e a reafirmação de uma nação liberal e republicana construída com as reminiscências dos valores oriundos de uma ordem escravocrata (Abrahão *et al.*, 2022, p. 8, grifo nosso).

Os autores finalizam a discussão apontando que em um país onde a raça se manifesta na classe, o racismo está intrinsecamente relacionado aos valores que associam pretos e brancos a aspectos

sociais e econômicos. A presença desse racismo velado, disfarçado por marcadores sociais, expõe os debates e dilemas da integração e da afirmação de uma nação liberal e republicana:

Num país em que a raça tem aparência na classe, o racismo está relacionado aos valores que identificam pretos e brancos a aspectos sociais e econômicos. A presença desse racismo silencioso e travestido por marcadores sociais revela os debates e dilemas da integração e a afirmação de uma nação liberal e republicana. O preconceito racial de marca, diferente do preconceito racial de origem, agiria no sentido da preterição, e não da exclusão. Mesmo revelando a sua perversidade, o preconceito de marca estabelece uma série de combinações classificatórias (classe, instrução, hábitos) que tendem a relativizar a importância da cor, dificultando assim a ocorrência de situações de conflito insolúveis ou atitudes de impasse devido a tensões raciais intransponíveis. Esse preconceito ambivalente, que não se reduz ao fenótipo do indivíduo, reforça o discurso identitário de uma nação que se orgulha de dizer que nela não vigoraram antagonismos ou ódios raciais profundos, o que pode ser lido pela afirmação da **democracia racial**. Tal noção se tornou ideologia que fez parte de um esforço para conciliar os ideais republicanos de igualdade com a realidade da exclusão social e política (Abrahão *et al.*, 2022, p. 10, grifo nosso).

Assim, essa concepção tornou-se uma ideologia que integrava os esforços para conciliar os ideais republicanos de igualdade com a realidade da exclusão social e política.

Em suma, a análise abrangente realizada por diversos autores sobre a persistência das desigualdades raciais no Brasil, em contraste com a ideologia da democracia racial, revela uma profunda desconexão entre o discurso oficial e a realidade social. Leonardo Souza Silveira e Jerônimo Oliveira Muniz (2014) destacam a abordagem de Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg, evidenciando as disparidades persistentes entre negros e brancos no acesso à educação, emprego e oportunidades. Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo e Ana Claudia Ramos Sacramento (2022) e Dahra Araujo Almudi e Lourdes de Fátima Bezerra Carril (2022) exploram as ramificações da democracia racial como um mecanismo de ocultação das verdadeiras dinâmicas raciais, destacando como o capitalismo brasileiro perpetua hierarquias raciais na urbanização e acesso à cidadania territorial. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (2015) salienta a persistência da desinformação sobre a África como um obstáculo para a verdadeira democracia racial. Bruno Otávio de Lacerda Abrahão *et al.* (2022) elucidam como a ideologia da democracia racial foi internalizada na cultura brasileira, mascarando as desigualdades e perpetuando o racismo estrutural. Eles também apontam como o racismo, embora não respaldado legalmente, persiste na esfera privada, manifestando-se em marcadores sociais que reforçam as barreiras à integração e afirmam uma nação liberal e republicana. Nesse sentido, a discussão dos autores reflete os desafios enfrentados pelo Brasil na reconciliação entre os ideais republicanos de igualdade e a realidade da exclusão racial.

3.3.5 O racismo estrutural

Conforme Silvio Almeida (2020), o racismo emerge intrinsecamente da estrutura social, resultando do modo convencional como se estabelecem as relações políticas, econômicas, jurídicas, até familiares. Não se trata de uma anomalia social nem de uma disfunção institucional, mas de uma característica estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais derivam de uma sociedade em que o racismo é a norma, não a exceção. Para Almeida, “a ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento” (Almeida, 2020, p. 51). Em outras palavras, o objetivo desse olhar mais abrangente é evitar análises simplistas e reducionistas sobre a questão racial, que, além de não contribuírem para a compreensão do problema, também dificultam significativamente os esforços de combate ao racismo.

Assim, considerar o racismo como parte da estrutura não exime a responsabilidade individual pelas práticas racistas e não serve como desculpa para aqueles que as perpetram. Pelo contrário, reconhecer que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou grupo, intensifica a responsabilidade no combate ao racismo e aos racistas. Entender que o racismo é intrínseco à estrutura social e, portanto, não requer intenção para se manifestar, é fundamental. No entanto, também é fundante compreender que, apesar de que “calar-se diante do racismo não [faz] do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo” (Almeida, 2020, p. 52, inserção nossa).

Ao examinarmos os artigos em busca do conceito de racismo estrutural, notamos que este é mencionado com menos frequência em comparação com o conceito de mito da democracia racial. Observamos que o conceito de racismo estrutural é frequentemente citado de maneira superficial, carecendo de uma definição explícita ou de uma explicação mais aprofundada em muitas instâncias.

O Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do DG-FFLCH-USP — NEPEN GEOUSP trabalha esse conceito da seguinte forma:

A reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras estabelecidas na forma de cotas raciais, além de significar o reconhecimento do **racismo estrutural** no Brasil por parte do Estado brasileiro estabeleceu-se como conquista de uma reivindicação histórica e estratégica do movimento negro. Como reflexo, a política de cotas, mesmo sem promover mudanças estruturais na condição social da população negra brasileira,

reforçou o apelo e a tentativa de compreensão da questão racial na formação social brasileira, haja vista a ampliação de pesquisas relacionadas ao tema (NEPEN GEOUSP, 2020, p. 62, grifo nosso).

Em outros termos, o conceito de racismo estrutural é abordado como um reconhecimento por parte do Estado brasileiro da existência de uma estrutura sistêmica de racismo no país. A implementação de cotas raciais nas universidades públicas é destacada como uma resposta a esse reconhecimento, representando uma conquista histórica e estratégica do movimento negro. Embora o texto não forneça uma definição explícita do termo racismo estrutural, ele sugere que essa abordagem visa enfrentar não apenas manifestações individuais de racismo, mas também as dimensões sistêmicas e estruturais do fenômeno. A ênfase está na compreensão de que o racismo vai além de eventos isolados, penetrando nas estruturas sociais e institucionais.

Já na visão de Victor Pereira de Sousa e Tiago Dionisio (2023), o conceito se apresenta da seguinte forma:

A influência africana também é percebida nas formas de organização social e política, nas estruturas familiares e nas relações de poder no Brasil. O legado dos quilombos representa uma resistência e uma forma de reorganização do território brasileiro. No entanto, essa importância muitas vezes foi – e ainda é – negada, marginalizada e invisibilizada ao longo da história do Brasil. **O racismo estrutural** persistente, como bem elucida Silvio Almeida (2019), continua a afetar a vida e as oportunidades das comunidades afro-brasileiras, resultando em desigualdades sociais, econômicas e educacionais (Souza; Dionisio, 2023, p. 149, grifo nosso).

O racismo estrutural é elucidado pelos autores como um fenômeno persistente que continua a afetar a vida e as oportunidades das comunidades afro-brasileiras. A referência ao trabalho de Silvio Almeida (2020) sugere que o racismo estrutural não se limita a manifestações individuais de preconceito racial, mas permeia as estruturas sociais, econômicas e educacionais do Brasil. O texto destaca que, apesar de a influência africana ser evidente em várias facetas da sociedade brasileira, o racismo estrutural tem contribuído para a negação, marginalização e invisibilização desse legado ao longo da história do país.

O texto ainda destaca como leis discriminatórias, práticas segregacionistas e a exclusão econômica continuam a ser obstáculos, dificultando o pleno exercício da cidadania e a conquista de direitos e igualdade de oportunidades para a população negra. O racismo estrutural, conforme abordado, está entranhado em diversas esferas da sociedade brasileira, incluindo o mercado de trabalho, a educação, a saúde, a segurança pública e a representação política. Os autores precisam o fenômeno nas seguintes palavras:

Além disso, seguindo a esteira dos argumentos de Silvio Almeida (2019), o **racismo estrutural** presente na sociedade brasileira continuou a limitar as oportunidades de progresso para as pessoas negras. Leis e práticas discriminatórias, segregação social e exclusão econômica persistiram, dificultando o pleno exercício da cidadania e a conquista de direitos e igualdade de oportunidades para os negros. O racismo estrutural está presente em diversas esferas da sociedade brasileira, como no mercado de trabalho, na educação, na saúde, na segurança pública e na representação política. Como demonstrou Abdias Nascimento (2016), as pessoas negras ainda enfrentam dificuldades no acesso a empregos formais, são sub-representadas em cargos de liderança e sofrem com salários mais baixos em comparação com as pessoas brancas. Além disso, enfrentam maiores índices de pobreza, violência policial, encarceramento e mortes violentas. Ainda pensando junto a Abdias Nascimento (2016), o racismo no Brasil também se manifesta de forma simbólica e cultural, por meio de estereótipos, preconceitos e representações negativas da população negra na mídia, na cultura popular e nas interações sociais cotidianas (Souza; Dionisio, 2023, p. 150, grifo nosso).

A análise de Abdias Nascimento (2016) é citada para evidenciar que as pessoas negras enfrentam obstáculos no acesso a empregos formais, são sub-representadas em posições de liderança e confrontam disparidades salariais em relação às pessoas brancas. Além disso, são afetadas por índices mais elevados de pobreza, violência policial, encarceramento e mortes violentas. O texto ainda enfatiza que, conforme Abdias Nascimento (2016), o racismo no Brasil também se manifesta de maneira simbólica e cultural, permeando estereótipos, preconceitos e representações negativas da população negra na mídia, na cultura popular e nas interações sociais cotidianas.

Somente a partir do século XX, com a luta pelos direitos civis e pela igualdade racial, houve um reconhecimento maior da importância da educação para a população negra (GOMES, 2002). Medidas de inclusão foram implementadas, buscando garantir o acesso à educação formal e combater o **racismo estrutural** presente no sistema educacional. Hoje, existem políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial na educação, como a implementação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Essa medida visa valorizar a contribuição dos africanos e afrodescendentes para a formação do Brasil e combater o racismo e a invisibilidade histórica (Souza; Dionisio, 2023, p. 150, grifo nosso).

Assim, o racismo estrutural é explicado como uma forma de discriminação enraizada nas estruturas fundamentais da sociedade brasileira, especialmente no sistema educacional. O texto sugere que o racismo não é apenas um fenômeno individual ou isolado, mas sobretudo uma realidade arraigada em instituições e práticas sociais.

Além desses autores, o conceito também é discutido por Francislene Alves Bezerra, Rosane Balsan e Jonas Carvalho e Silva (2023). O racismo estrutural é explicado pelas autoras como uma realidade subestimada e pouco focada no contexto das instituições de ensino:

Estas reflexões remetem a ocorrência da discriminação racial, racismo e o preconceito racial dentro e fora das instituições de ensino. Ao **racismo estrutural** não é identificado nem dado o enfoque necessário. Desta forma, por exemplo, abre-se espaço para se debater temas de violência no contexto escolar, como o bullying, mas dependendo de quem conduza à discussão a questão racial não aparece. Semelhante como nas respostas dos grupos dos estudantes e professores, a palavra “cultura” recebeu um maior destaque. Interpreta-se que seja essa uma palavra bastante presente nos materiais e recursos acessados pelos participantes ao se tratar de África. A palavra “país” se referia ao terceiro maior continente do mundo. Não significa que esse grupo não saiba distinguir as palavras “país” e “continente”. Esta associação está presente no imaginário da sociedade brasileira, da mesma forma que associar a África à pobreza, miséria, dentre outros estereótipos repassados pelas mídias em geral (Bezerra; Balsan; Silva, 2023, p. 22, grifo nosso).

As reflexões apontam que, ao abordar temas como discriminação racial, racismo e preconceito racial, o racismo estrutural não recebe a devida atenção e identificação. O texto sugere que, mesmo ao discutir questões relacionadas à violência escolar, como o bullying, a dimensão racial muitas vezes é negligenciada, dependendo de quem conduz a discussão. Ou seja, o racismo estrutural é explicado como uma dimensão pouco reconhecida e abordada nas análises e discussões sobre discriminação racial no contexto educacional.

Além disso, Silva e Souza (2020) apontam que a trajetória histórica moldou a sociedade brasileira, evidenciando que o racismo desempenha um papel fundamental na estruturação dessa sociedade. Durante séculos, a população negra enfrentou desvantagens políticas, sociais e econômicas devido ao sistema escravista e à política de embranquecimento, e, paralelamente, persistiu a noção equivocada de que o Brasil era uma espécie de paraíso racial.

Na análise do processo histórico da formação social do povo brasileiro, percebe-se que o racismo estruturou a organização da nossa sociedade, considerando que a população negra, ao longo dos séculos, esteve em desvantagens política, social e econômica. Isso se deu pelo sistema escravista, seguindo a política de embranquecimento, e, paralelamente, pela visão equivocada de que o Brasil era um paraíso racial. Por último constatou-se que, para além desses referidos mecanismos ora institucionalizados pelo estado brasileiro, ora não, o que de fato gera os desprestígios, as desvantagens e a desigualdade racial em nosso país é a “mentalidade racista dos brasileiros herdada dos europeus e disfarçada pela classificação social hierárquica que prevaleceu desde a chegada dos portugueses” (SOUZA, 2006, p. 242). (Silva; Souza, 2020, p. 150, grifo nosso).

Falando em outros termos, além dos mecanismos institucionalizados ou não pelo Estado brasileiro, a mentalidade racista perpetua desde a colonização, contribuindo com a desvantagens e a desigualdade racial em nosso país. Essa reflexão ressalta a complexidade do problema e a necessidade de enfrentá-lo de forma abrangente e sistêmica. Portanto, o racismo estrutural revela sua natureza arraigada nas estruturas fundamentais da sociedade brasileira. Ao reconhecer o racismo como uma característica intrínseca e não uma anomalia social, é possível

compreender que as manifestações individuais de preconceito são apenas sintomas de um problema maior.

Enfim, a análise dos periódicos Qualis A1 de geografia revelou uma riqueza de abordagens e perspectivas sobre as relações étnico-raciais, demonstrando a diversidade de temas, conceitos e metodologias utilizadas pelos pesquisadores. A concentração significativa de artigos na área da educação reflete não apenas o impacto da última edição especial da revista *Boletim Paulista de Geografia*, dedicada à lei 10.639/2003, mas também a importância dada à educação como ferramenta de reflexão e combate ao racismo.

Ao investigar as referências e métodos empregados pelos autores, observamos uma predominância das abordagens pós-coloniais e decoloniais, destacando a necessidade de uma visão não eurocêntrica. Essas perspectivas não apenas questionam as estruturas coloniais de poder, mas também os pressupostos epistemológicos que as sustentam, oferecendo uma análise crítica das relações de poder e de dominação.

Ao analisarmos a forma como a crítica à democracia racial tem sido abordada nos textos, algumas observações se destacam. Primeiramente, nota-se uma tendência temporal nos artigos, com a discussão iniciando em 2014 e ganhando destaque, especialmente, em 2022. Isso se deve a dois fatores principais: o aumento significativo no número de artigos sobre temática racial nas revistas de geografia a partir de 2020, principalmente devido a dois volumes especiais da revista *Boletim Paulista de Geografia*. Em segundo, essa discussão em torno do mito da democracia racial tem se disseminado, evidenciando os esforços dos estudiosos em desmascarar a dimensão ideológica dessa concepção.

A discussão sobre a democracia racial e o racismo estrutural emergiu como um tema central nos artigos analisados. A ideologia da democracia racial, apesar de promover a noção de harmonia racial, foi criticada por mascarar as profundas desigualdades e violências raciais presentes na sociedade brasileira. Por outro lado, o racismo estrutural foi conceituado como uma característica intrínseca à estrutura social, resultante das relações políticas, econômicas e jurídicas, exigindo um combate que vá além das ações individuais para enfrentar suas raízes sistêmicas.

Em suma, os artigos examinados oferecem uma análise multifacetada e contextualizada das relações étnico-raciais na geografia brasileira contemporânea, destacando a complexidade do

tema e a necessidade de abordagens interdisciplinares e críticas para compreender e enfrentar o racismo em todas as suas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, buscamos realizar uma análise da questão racial na geografia acadêmica, considerando especialmente os artigos publicados em periódicos científicos do extrato A1, conforme classificação do Qualis Capes. Exploramos os artigos publicados nesses periódicos considerados de excelência, entre os anos de 2003 e 2023, a fim de mapear as temáticas, métodos e referências adotadas, mas também compreender como a complexidade das relações raciais é interpretada e analisada. Nossa discussão buscou destacar as contribuições já realizadas, mas também examinar as lacunas e oportunidades para aprimorar a compreensão e análise das interseções entre raça, classe e geografia, em especial considerando as contribuições que podem advir do método materialista histórico e dialético.

Partindo da pergunta central que norteou nossa investigação — "De que maneira e com base em quais referências a questão racial tem sido abordada nos periódicos de geografia classificados como Qualis A1 pela Capes?" —, delineamos nossos objetivos específicos, visando identificar, analisar e refletir sobre a produção científica nesse campo.

Ao confrontar os dados coletados com as reflexões teóricas, percebemos a urgência de se ampliar o debate racial na geografia acadêmica, incorporando uma análise crítica que reconheça a materialidade e historicidade do racismo, assim como sua intrínseca relação com a estruturação da sociedade capitalista. É fundamental reconhecer que a ciência, enquanto instituição, possui o poder de legitimar discursos, conferindo-lhes uma autoridade muitas vezes inquestionável. Como destacou Almeida, "a ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar, salvo aquelas inseridas nas instituições em que a ciência é produzida" (Almeida, 2020, p. 70). Essa dinâmica de autoridade se manifesta na análise quantitativa de artigos relacionados à questão racial na geografia, revelando que, por um longo período, essa temática não era reconhecida como "autorizada" dentro desse campo científico, sendo marginalizada e pouco explorada, mesmo sob a perspectiva marxista.

Segundo Silvio Almeida (2020), o racismo transcende aspectos éticos, jurídicos ou psicológicos, configurando-se como uma relação social intricada politicamente e economicamente. Essa visão reconhece o fenômeno como dotado de materialidade e historicidade, uma perspectiva que não passou despercebida pela teoria marxista. Para ele, o

debate racial no pensamento marxista evoluiu, ajustando-se às grandes transformações sociais do século XX e ampliando as perspectivas para uma análise marxista do racismo.

O autor ainda pontua que o debate racial no âmbito do pensamento marxista evoluiu à medida que as grandes transformações sociais do século XX exigiram uma reavaliação teórica. Questões como a constituição da subjetividade e da ideologia, o papel do Estado capitalista, as crises e a participação das minorias na luta de classes, juntamente com os diálogos estabelecidos com a psicanálise, a fenomenologia, o estruturalismo e o pós-estruturalismo, ampliaram as perspectivas para uma análise marxista do racismo.

Para Rosenverck Estrela Santos (2015), os racialistas, ao negligenciarem a compreensão da luta de classes, fortalecem a concepção do racismo como um aspecto desvinculado da trajetória histórica da humanidade, abordando-o de maneira a-histórica. Ou seja, isso gera um problema significativo, uma vez que sugere que o racismo é um problema de difícil solução e que, tanto na sociedade capitalista quanto no socialismo, não será possível erradicá-lo. Tal perspectiva adota uma postura fatalista, defendida por medidas subjetivas, parciais e superficiais, uma vez que, diante da suposta impossibilidade de sua erradicação na sociedade capitalista, propõe-se, ao menos, amenizá-lo. Em outros termos, apesar dos avanços, a intelectualidade marxista no Brasil ainda enfrenta desafios consideráveis ao lidar com a dimensão racial, assim como o movimento negro encontra obstáculos para integrar a noção de classe em suas pautas. Essa dicotomia entre raça e classe perpetua análises parciais e insuficientes, dificultando uma compreensão abrangente da realidade brasileira.

Diante disso, reiteramos a importância de ampliar e aprofundar o debate sobre a questão racial na geografia acadêmica, promovendo uma abordagem crítica que reconheça a interseccionalidade entre raça e classe. Somente através de uma análise comprometida será possível construir um discurso geográfico antirracista capaz de contribuir efetivamente para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa.

Perspectivas Futuras e Questões Pendentes

Neste último segmento, escolhi adotar de volta a primeira pessoa do singular, assim como fiz na seção da apresentação, para abordar as questões que, como pesquisadora, permanecem em aberto para mim. O percurso desta pesquisa foi permeado por incertezas em relação à escolha do método. Mesmo com as ferramentas disponíveis atualmente, ainda não consigo afirmar com

clareza se o método materialista-histórico-dialético é capaz de abordar de maneira adequada as complexidades associadas ao pensamento sobre a questão racial no Brasil.

Ao confrontar-me com outras abordagens e métodos, sinto desconforto em relação à discussão centrada na raça, mas sem considerar a classe, pois, na minha perspectiva, classe e raça são inseparáveis. Questiono-me sobre a viabilidade da existência de um "marxismo negro", conforme proposto por Cedric Robinson (2023 [1983]), ou se outra abordagem metodológica seria mais apta para lidar com tais problemáticas. A verdade é que, até o momento, não disponho de respostas definitivas para essas indagações, o que ressalta a complexidade e desafios presentes no campo da pesquisa sobre a questão racial.

Contudo, a partir do referencial teórico, consegui identificar alguns caminhos explorados por autores marxistas que conduzem pesquisas relacionadas à interseção entre raça e classe. Este estágio da pesquisa encerra-se formalmente aqui, por necessidade de concluir o processo de escrita e cumprir prazos estabelecidos. Entretanto, almejo aprofundar essa temática, buscando respostas e contribuindo para o desenvolvimento do entendimento sobre a complexa relação entre raça e classe no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABE, Stephanie Kim. **O racismo estrutural na escola e a importância de uma educação antirracista**. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/o-racismo-estrutural-na-escola-e-a-importancia-de-uma-educacao-antirracista>. Acesso em: 06 de dez. 2022.
- ABRAHÃO, B. O. de L.; OLIVEIRA, G. R. B.; SOARES, A. J. G. A denúncia do racismo e a contestação da democracia racial pela imprensa negra nos primórdios do futebol paulistano. **Revista do Departamento de Geografia**, [S. l.], v. 42. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/203557>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Por uma reflexão sobre a organização e representação de conceitos decoloniais na América Latina: O pensamento de Aníbal Quijano à luz da Análise de Domínio. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 28, n. Dossiê Especial, p. 1–21, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e92960. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92960>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- ALMEIDA, Silvio. Apresentação. In: ALMEIDA, Silvio (org.). **Marxismo e a Questão Racial**. Dossiê Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021, p. 7-10.
- ALMEIDA, Silvio. **Marxismo e a questão racial**. São Paulo: Blog da Boitempo, 2016.. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/12/14/marxismo-e-a-questao-racial/>. Acesso em: 05 de fev. 2024.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ALMUDI, D. A.; CARRIL, L. de F. B. Tons do negro nas moradias urbanas periféricas: reflexos do racismo brasileiro na precariedade habitacional e na negação do direito à cidade. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 90. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/61264>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. In: ŽIŽEK, Slavoj. (org.). Um mapa da ideologia. Trad. Vera Ribeiro; Rev. de trad. Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ALVES BEZERRA, F.; BALSAN, R.; CARVALHO E SILVA, J. Aplicação da Lei Federal n. 10.639/2003 na escola família agrícola de Porto Nacional – TO. **Boletim Paulista de Geografia**. [S. l.], v. 1, n. 111, p. 80–104, 2023. DOI: 10.61636/bpg.v1i111.3092. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3092>. Acesso em: 24 abr. 2024
- ANJOS, R. S. A. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 19, n. 2, p. 374-390, 2015. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102810. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102810>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- AZEVEDO, L. C. L.; SACRAMENTO, A. C. R. Mulheres negras professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de geografia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 87. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/58866>. Acesso em: 22 fev. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Lisboa, Portugal, 1977.

BARTHOLOMEU, Juliana. Escrivências: As contribuições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzales ao pensamento Social Brasileiro. **Pensata**, v. 9, n. 2, 2020.

BELLO, Enzo; DE OLIVEIRA, Matheus Farinhas. Uma introdução filosófica à vida e ao pensamento de Frantz Fanon na visão de Lewis Gordon. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 8, n. 1, p. 108-116, 2016.

BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Guerreiro Ramos e a fenomenologia: redução, mundo e existencialismo. **Organizações & Sociedade**, [S.L.], v. 17, n. 52, p. 69-83, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/3BMNmfjKvvtzFn4kjPT6Y9R>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 12, n. 12, p. 153-165, dez. 1996. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36031>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

BORGES, Roberto. O Movimento Negro Educador. **Educação em Revista**, [S.L.], v. 34, p. 1-8, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/wcPLnhyn3RszrkMKnQvXLTS/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BOURDIEU, P. Homo Academicus. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle. 2ª ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRAGA, C. R. V. **A literatura movente de Chimamanda Adichie: póscolonialidade, descolonização cultural e diáspora**. Brasília: Editora UnB, 2019, 172 p. Pesquisa, inovação & ousadia series. ISBN: 978-65-5846-053-4. <https://doi.org/10.7476/9786558460534>.

CADERNO DE GEOGRAFIA - REVISTAS PUC-MINAS. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/about>. Acesso em: 12 de abr. 2023.

CADERNO METROPOLE - REVISTA PUC-SP. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/about>. Acesso em: 13 de abr. 2023

CAMINHOS DE GEOGRAFIA. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/about>. Acesso em: 13 de abr. 2023.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. [S.L.] 2011. **Revista CAPES 60 anos**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/revista-capes-60-anos-pdf>. Acesso em: 15 de mar. 2024.

CAPES. Diretoria de Avaliação. **Documento técnico do Qualis Periódicos**. [S.L.] 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-quadrinial-2017/DocumentotecnicoQualisPeridicosfinal.pdf>. Acesso em: 12 de abr. 2023.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliana, 1958.

CÉNDAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes. Relações de gênero e a Revista Brasileira de Geografia: expressões da tradição geográfica nacional (1939-2005). **Geousp: Espaço e Tempo** (Online), [S.L.], v. 22, n. 2, p. 366-379, 21 ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2018.134425>. Acesso em: 16 abr. 2024.

CIRQUEIRA, D. M.; GUIMARÃES, F. G.; SOUZA, L. F. (org.). Caderno Temático “Geografias Negras”. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 12, Ed. Especial, abr. 2020.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1880-1930)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociência, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

COUTINHO, Joana A. A GUERRA IDEOLÓGICA: a dialética raça/classe no Brasil contemporâneo. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, Uberlândia, v. 12, n. 1, 2022.

DANTAS, Aldo; TAVARES, Matheus Avelino. Introdução ao pensamento de Milton Santos: reflexões sobre o “trabalho do geógrafo...”. **GEOUSP - Espaço e Tempo** (Online), v. 15, n. 3, p. 139-148, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DIONISIO, Tiago; SOUSA, Victor de. **Dispositivo de racialidade e a lei 10.639/2003: implicações no ensino de geografia e na educação de jovens e adultos**. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], v. 1, n. 111, p. 146–166, 2023. DOI: 10.61636/bpg.v1i111.3083. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3083>. Acesso em: 30 abr. 2024.

DORIGAN, Micheli Longo. O pensamento racial brasileiro na obra de Lília Schwarcz. **Revista Vernáculo**, n. 47, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

GEOGRAPHIA. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/about>. Acesso em: abr. 15 de 2023.

GEOUSP – Espaço e Tempo. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/about>. Acesso em: abr. 15 de 2023.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, n. 6/7, p. 67-82, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Limitadas, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. 1ª ed.- Rio de Janeiro: Zahar. 2022.

GUIMARÃES, A. S. A. O legado de Carlos Hasenbalg (1942-2014). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 53, 2016. DOI: 10.9771/aa.v0i53.22477. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/22477>. Acesso em: 16 abr. 2024.

GUIMARÃES, G. F. Geo-Grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 12, ed. especial, p. 292-311, abr. 2020.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias negras e geografias negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, abr. 2020, p. 292-311.

GUIMARÃES; OLIVEIRA; ROSA; GIORDANI; ALVES [Org.] **Geografias negra e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade*. São Paulo: Veneta, 2019.

HISSA, C. E. V. Fronteiras entre ciência e saberes locais. **Revista Geografias**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 57–69, 2010. DOI: 10.35699/2237-549X.13283. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13283>. Acesso em: 12 jun. 2023.

LESTEGÁS, F. R. Concebir la geografía escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar. **Boletín de La A. G. E.**, 33, p. 173-186, 2002. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1122458>. Acesso em: 07 abr. 2024.

LIBÂNIO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 38, n. 1, p. 13-28, 21 out. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001>. Acesso em: 16 abr. 2024.

LINS, T. G. Organização espacial e necropolítica: uma análise da mortalidade negra no Rio de Janeiro. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 104, p. 187–204, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/2022>. Acesso em: 22 fev. 2024.

LOPES, Elisângela Aparecida. A importância da leitura e da escrita para Carolina Maria de Jesus: uma análise do seu Quarto de despejo. In: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; ALEXANDRE; Marcos Antônio (Orgs.). **Falas do outro: literatura, gênero, etnicidade**. Belo Horizonte: Madyala; NEIA, 2010, p. 171-177.

LÖWY, Michel. **Ideologias e ciência social** – elementos para uma análise marxista. 15ª ed. São Paulo: Cortez editora, 1985.

LUZ, F. C. da. Currículo, Questão Racial e o Ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos: Um estudo de caso da cidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 111, p. 296–313, 2023. DOI: 10.61636/bpg.v1i111.3045. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3045>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MAIA, Eduardo. Crítica da necropolítica: uma abordagem marxista. **Germinal: marxismo e educação** em debate. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/48735>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MALACHIAS, Antonio Carlos. **Geografia e relações raciais**: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-19062007-153719. Acesso em: 2024-04-17

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. São Paulo: Zahar, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

McLELLAN, David. **A ideologia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

MELO, Thiago Pessoa de; BENZAQUEN, Júlia Figueredo. **O uso de referenciais teóricos pós-coloniais e decoloniais em trabalhos de conclusão de curso da UFPE e da UFRPE**. 2021. v. 3 n. 2 (2022): Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/view/253976>. Acesso em: 30 de abr. 2024.

MENDES, Raquel Almeida. **Um descortinar de mundos: reflexões acerca da temática africana nos cursos de licenciatura em Geografia**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás (UFG), 2021.

MERCATOR. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/about>. Acesso em: 14 de abr. 2023.

MESZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG. Cap. 5, p. 73-95, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, 3., 2003, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: PENESB, 2003. p. 1-17. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor, 2002, p. 269-274).

NEPEN GEOUSP — NÚCLEO DE ESTUDANTES E PESQUISADORAS NEGRAS DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA USP, N. G. "Nossos passos vêm de longe": o Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do DG-FFLCH-USP. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 104, p. 31-82, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/2136>. Acesso em: 22 fev. 2024.

OLIVEIRA, D. A. de. Existências desumanizadas pela colonialidade do poder: necropolítica e antinegritude brasileira. **GEOgraphia**, v. 24, n. 53, 24 out. 2022.

OLIVEIRA, D. A. O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 16, n. 1, p. 85-106, mai. 2014.

OLIVEIRA, Dennis. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. In: ALMEIDA, Silvio (org.). **Marxismo e a Questão Racial**. Dossiê Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021, p. 23-36.

PENA, Elke Beatriz Felix. **Artigos e Ensaios Científicos**: dois gêneros e uma só forma? Gêneros textuais, acontecimentos e memória. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Belo horizonte - UFMG, 2005.

PIRES, Alause Da Silva et al. Implicações do sistema de classificação de periódicos Qualis em práticas de publicação no Brasil entre 2007 e 2016. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Arizona. Vol. 28, n. 25 (fev. 2020), p. 1-25, 2020.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 1, p. 83-94, 1997.

RAEGA - O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE - REVISTA USP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/about>. Acesso em: 14 de abr. 2023.

RATTS, Alex. Geografia, relações étnicoraciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, 2010.

REPU — REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]**. São Paulo: REPU, 02 jun. 2022. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas. Acesso em: 29 de maio de 2023.

RIOS, F.; KLEIN, S. Léia Gonzalez, uma teórica crítica do social. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 3, p. 809–833, set. 2022.

ROCHA, G. S.; CAMPOS, M. DE C. Gênero, raça no cinema brasileiro: leituras sobre “minha mãe é uma peça: o filme” (2013) E “o dia de Jerusa” (2014). **GEOgraphia**, v. 25, n. 55, 19 jul. 2023.

RODRIGUES, R. S.; ANSELMO, A. K. B.; GARCEZ, D. C.; SANTOS, L. L. S. dos. Periódicos científicos na área de História: publicação de autores brasileiros e títulos Qualis A1. **Informação & Sociedade**, [S. l.], v. 29, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/44001>. Acesso em: 17 abr. 2024.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. Entre o partido e a academia: marxistas e a questão racial no Brasil. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 34, p. 87-99, 2015.

SANTOS, Estrela R. O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 19, n. 34, p. 100–113, 2015. DOI: 10.23925/ls.v19i34.25760. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25760>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2000, Caderno Mais! Domingo, p. 14-15

SANTOS, Nágila Machado Pires. **Ensaio e artigo: confluências e divergências entre dois gêneros na esfera acadêmica**. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística), Uberlândia, 2014.

SANTOS, R. E. N. DOS; SOETERIK, I. M. Escalas da ação política e movimentos sociais: o caso do Movimento Negro Brasileiro e a emergência de políticas educacionais de combate ao racismo. **GEOfographia**, v. 17, n. 33, p. 69-97, 16 maio 2015.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo Brasileiro: Uma história da formação do país**. I. ed - São Paulo: Todavia, 2022.

SBPC. **Em carta aberta, SBPC ressalta a importância da CAPES**. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/em-carta-aberta-sbpc-ressalta-a-importancia-da-capes>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

SCHIFINI, Luiz Roberto Curtinaz. **Periódicos científicos das áreas de medicina: perfil das revistas QUALIS A1**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. 1ª ed.- São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 99-133, 1993.

SILVA, T. D.; SOUZA, C. V. A educação de jovens e adultos trabalhadores e as “novas insurgências” a partir da classe e da raça: pressupostos teóricos para o ensino de geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 104, p. 142–162, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1998>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SILVEIRA, Leonardo Souza; MUNIZ, Jerônimo Oliveira. Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial. **Cadernos Metrôpole**, v. 16, p. 265-289, 2014.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Quem negro foi e quem negro é? Anotações para uma sociologia política transnacional negra. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**, v. 2, p. 269-283, 2018.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 mar. 2024.

SOCIEDADE & NATUREZA. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/about>. Acesso em: 14 de abr. 2023.

SOUZA, L. F. As relações étnico-raciais na geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos. **Revista Produção Acadêmica**, v. 2, nº 2, p. 4-19, dez. 2016.

SOUZA, Lorena; SILVA, Priscila. Espaço escolar, autoestima e corporeidade negra: reflexões a partir do espaço Vila Esperança e da Escola Pluricultural Odé Kayodê na cidade de Goiás – GO. **Revista Temporis** [Ação], v. 19, n. 2, p. 1 – 24, 2019.

SOUZA, Mário Luiz de. Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o predomínio do racismo na sociedade brasileira. **Revista Katálisis**, v. 25, p. 202-211, 2022.

THERBORN, Göran. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. México: Siglo Veintiuno Ed. 3ª. Ed. 1991[1987].

THERBORN, Göran. **Os campos de extermínio das desigualdades**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 87, July 2010. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01033002010000200009&lng=en&nrm=iso. access on 24 Abr. 2024.

TRINDADE, Antenor Carlos Pantoja; RIBEIRO, Joyce. Pós-Modernidade e Educação em Boaventura de Sousa Santos. **Margens**, [S.l.], v. 4, n. 5, p. 327-347, may 2016. ISSN 1982-5374. Available at: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2799>>. Date accessed: 19 mar. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v4i5.2799>.

ANEXOS

Anexo A – Artigos do *Boletim Paulista de Geografia* – Edição especial 2020

Alex Ratts

Universidade Federal de Goiás Mestre em Geografia Humana e doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, com estágio pós-doutoral em Geografia pela Universidade Federal do Ceará.

A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia

Leituras, observações e intervenções, o principal objetivo impresso neste artigo é problematizar o lugar epistemológico da questão étnico-racial na ciência geográfica, a partir de sua modernidade-colonialidade, tendo em vista a sociedade brasileira no sistema-mundo, com foco nas coletividades negras, por vezes referenciando quilombolas e indígenas. No escopo do artigo, inicialmente abordo a geografia como uma ciência moderna-colonial, cuja narrativa de formação pouco a vincula à colonização e ao colonialismo e, menos ainda, à questão racial. Prossigo tecendo considerações acerca de raça e etnia no quadro do sistema-mundo moderno-colonial com foco em autores franceses. Na sequência, indico duas tendências de geógrafos/as brasileiros/as: 1. Aqueles e aquela que vislumbraram a questão étnica e/ou racial, mas não enveredaram por ela; 2. Aqueles e aquelas que trabalham diretamente com a questão, pautando inclusive sua identificação com o campo. Por fim, me detenho em alguns apontamentos para pensar as questões da diferença – étnicas e raciais – como pauta de estudos geográficos, tendo em mente transformações sociais e deslocamentos epistemológicos.

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Geógrafo, Prof. Titular da Universidade de Brasília \ Gestor do Projeto GEOAFRO \ Diretor do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica

A geografia afrobrasileira, o estado de mentalidade colonial e a governança racista

Para expressar aspectos fundamentais da Geografia Afrobrasileira, o artigo usa referências das linguagens cartográfica e fotográfica numa perspectiva historiográfica, geopolítica e do geodireito, revelando territorialidades distintas no espaço e no tempo, isto porque existe um convívio secular não assumido, regido por uma geografia da inexistência, pautada na hostilidade da temática, na omissão das informações e nos erros e equívocos oficializados, que funcionam como estratégias básicas do Estado para a manutenção do sistema dominante conservador, oligárquico, segregador e preconceituoso. A diminuição crescente dos prestígios da Geografia e da Cartografia nas estruturas de poder; o modelo fragmentário de tratar as demandas territoriais seculares e pendentes do país, assim como, a manutenção do pensamento social racista dominante, no que se refere às matrizes africanas no território e do povo brasileiro, constituem entraves básicos na implementação eficaz das políticas públicas e privadas permanentes, duradouras e articuladas no Brasil. Neste paper buscamos auxiliar na ampliação dos conhecimentos sobre as referências geográficas conflitantes do Brasil Africano contemporâneo e trazer outros elementos para o entendimento das configurações espaciais e da governança dos territórios afrobrasileiros, em risco permanente e sem lugar definido na nação.

NEPEN GEOUSP

Núcleo de estudantes e pesquisadoras negras do Departamento de Geografia da USP Universidade de São Paulo

"Nossos passos vêm de longe": o Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do DG-FFLCH-USP

O presente artigo busca expor a trajetória e os contextos que deram origem ao Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Para compreender a atuação do núcleo é necessário recorrer à ancestralidade, entendida para além de uma limitação ao passado, mas, como aquilo que continua em nós, no qual intelectuais negros/as abriram caminhos para compreendermos as questões raciais na formação brasileira e latino-americana, bem como criaram estratégias de reivindicação para integrar seus descendentes na sociedade, inclusive nos espaços mais elitizados, como a própria Universidade. Nesse sentido, o quilombamento representa esse movimento de reconhecimento e de trocas de experiências, para além de estarmos juntos/as. Dentro dessa perspectiva, o NEPEN surge como um lugar de quilombamento, inserido numa estrutura academicista que pouco valoriza os conhecimentos, trajetórias e saberes plurais e, principalmente, o afeto. A luta pelas cotas raciais e o reconhecimento da importância destas por parte do Estado comprovou a existência de um racismo estrutural. Assim, visamos estabelecer formas de produzir conhecimentos críticos e ações de combate ao racismo. Neste viés, apresentaremos os processos de constituição do NEPEN - que se apoia no tripé ensino, pesquisa e extensão -, descrevendo nossas trajetórias, projeções e desafios.

Lourdes de Fátima Bezerra Carril

Prof. do Curso de Licenciatura em Geografia do DGTH - Departamento de Geografia e Humanidades/UFSCar-So.
Prof. do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSCar-So.

Rosalina Burgos

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba
Prof. do Curso de Licenciatura em Geografia do DGTH - Departamento de Geografia e Humanidades/UFSCar-So.

Espaço público e lugares de memórias negras: (des)encontros entre sujeitos e o patrimônio histórico urbano

O propósito deste artigo é abordar a temática relacional do espaço público e dos lugares de memórias negras na cidade de Sorocaba, mais especificamente, os territórios compreendidos enquanto patrimônio histórico urbano. Trata-se, neste sentido, de um debate acerca dos níveis do urbano nos quais se processa uma urbanização que se reproduz sob as determinações de uma sociedade desigual. Esta sociedade aparta os negros da cidade enquanto obra, ao mesmo tempo em que é possível identificar a resistência nos lugares de memórias. Em pesquisa envolvendo projetos formativos com estudantes do curso de Licenciatura em Geografia sobre Memórias Negras em Sorocaba, encontramos bairros que, historicamente, foram lugares de moradia de famílias negras, mas, hoje, são bairros branqueados. A urbanização de Sorocaba trouxe outro perfil de ocupação territorial, como condomínios de apartamentos e casas para as classes médias e altas. A metodologia utilizada está ancorada nos pressupostos da pesquisa qualitativa, se baseando em entrevistas, coleta de dados, análise documental e bibliográfica. Neste processo, foi possível compreender que a segregação espacial das famílias provocou seu afastamento, também, do patrimônio afro-brasileiro presente nas áreas centrais. Exemplo é a Capela Nhô João de Camargo, símbolo de tempos históricos que consagraram o curador de almas e seus importantes vínculos com quilombos da região. A presença do patrimônio, embora atrair visitantes do mundo inteiro, está afastada das periferias, sendo pouco conhecido como legado da ancestralidade e da memória dos/pelos negros sorocabanos. Daí a importância da formação docente que que estude a questão racial brasileira relacionadas às espacialidades construídas.

Diogo Marçal Cirqueira

Instituto de Educação de Angra dos Reis - Universidade Federal Fluminense Professor no Departamento de Geografia e Políticas Públicas (DGP) do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR-UFF)

Notas sobre a racialidade na Geografia Humana de Vidal de La Blache

O objetivo deste artigo é analisar as leituras de Vidal de La Blache acerca da raça, mais exatamente, como esse autor articulou a categoria raça à ideia de meio para pensar a diferença e a diversidade humana no globo. Analisar esse aspecto em suas leituras permite um entendimento mais acurado da ideia de "humano" em sua geografia. Será dado foco a obra *Principes de Géographie Humaine* (1922) (e sua tradução portuguesa, *Princípios de Geografia Humana*, 1954). A noção de raça em La Blache é bastante complexa e relativista, essa noção é interpretada como algo fluído e qualificado mediante os deslocamentos e mesclas de populações no globo. Por outro lado, persistem leituras eurocêntricas que, marcada por uma biologia evolucionista racista, define hierarquizações entre povos desenvolvidos (ou “civilizados”) e povos não desenvolvidos (ou “selvagens” e “primitivos”).

Beatriz Pereira Silva

Universidade de São Paulo, Bacharela e Licenciada em Geografia pela USP e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da mesma Instituição (PPGH-USP). Membro do Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do Departamento de Geografia da USP (NEPEN- GEOUSP)

Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: uma contextualização acerca das geo-grafias negras da cidade (século XIX)

Considerada a Paris da América do Sul, a cidade de Buenos Aires foi idealizada segundo um planejamento urbano europeu do século XIX e se caracteriza, ainda hoje, como sendo a grande metrópole latino-americana da Belle Époque argentina. O ideário construído acerca dessa cidade é branco e hegemônico, há o predomínio de hábitos e costumes europeus e a circulação majoritária de sujeitos/as de ascendência europeia no espaço urbano. O presente artigo busca contextualizar o/a leitor/a sobre as geo-grafias negras da cidade de Buenos Aires no século XIX, analisar a presença da população negra na cidade portenha e localizar os antigos bairros negros, situados no "Casco Histórico". Objetivamos também refletir sobre a estruturação das sociedades latino-americanas por negros/os trazidos/as forçosamente de Áfricas para as Américas o que inclui a ressignificação do termo América Latina. Para o desenvolvimento desse trabalho foi necessário realizar um levantamento bibliográfico de autores/as que abordam a temática racial na Argentina, bem como análise de dados e informações da distribuição geográfica da população negra e das transformações espaciais da cidade. Através dessa pesquisa, foi possível elaborar um mapa com a localização dos antigos bairros negros da cidade de Buenos Aires e refletir sobre os processos de apagamento de memória(s) e história(s) da população negra.

Tiago Dionisio da Silva

PPGEDuc/UFRRJ e SEEDUC/RJ

Doutorando e Mestre em Educação pela UFRRJ. Especialista em Educação e Relações Raciais pelo Programa de Estudo Sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB/UFF).

Camila Vianna de Souza

Possui Graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela UFRRJ (2010-2014) e Mestrado em Geografia pela UERJ (2015-2017). Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela UERJ (2020)

A educação de jovens e adultos trabalhadores e as “novas insurgências” a partir da classe e da raça: pressupostos teóricos para o ensino de geografia

Neste artigo, busca-se refletir sobre a interseccionalidade entre classe e raça no contexto da sociedade brasileira, entrelaçando com o desenvolvimento do sistema educacional para compreender a demanda e manutenção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), caracterizada por trabalhadores e negros. Assim apontamos para a quebra de paradigma no ensino de geografia, no sentido de acolher as novas demandas sociais trazidas pelos inúmeros movimentos sociais, em nosso caso, os movimentos negros e que tem desdobramentos diretos para o ensino de geografia, pois reconfiguram o espaço geográfico, assim, implica o processo de ensino/aprendizagem geográfica. Sob essa perspectiva, optamos por uma abordagem metodológica pautada na pesquisa qualitativa e bibliográfica. Observamos a necessidade de olharmos para a EJA como um campo educacional marcado pela exclusão social e racial. Isso precisa estar fortemente demarcado nas pesquisas, práticas pedagógicas e na elaboração e aplicação das políticas públicas voltadas para esse público. Os estudantes da EJA são hegemonicamente trabalhadores (que ocupam postos de trabalho formais ou informais), ou filhos da classe trabalhadora, além da grande maioria ser negra, portanto, essas duas dimensões precisam ser/estar contempladas na EJA. No bojo dessa discussão, defendemos a ideia de que a geografia, a partir do seu objeto de estudo, o espaço geográfico, tem muito para contribuir com esse combate ao racismo, pois as análises geográficas podem desvendar as desigualdades socioeconômicas e raciais que permeiam a formação do espaço brasileiro e, por consequência a posição que esses jovens e adultos trabalhadores, e na sua grande maioria, negros, ocupam em nossa sociedade.

Rafael Cícero De Oliveira

Universidade de São Paulo - Professor de Geografia do ensino básico.

O Estado da Arte das Questões Étnico-raciais nas Pesquisas em Ensino de Geografia

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre o Estado da Arte referente às Questões Étnico-raciais na Geografia brasileira, entendidas como a multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros e negras no Brasil. Nos últimos anos a produção acadêmica em nível de pós-graduação em Geografia acerca dessa temática vem crescendo significativamente. Dados mostram que desde a promulgação da Lei Federal 10.639 geógrafas e geógrafos vêm apresentando inúmeras (re)leituras das dimensões espaciais das relações raciais na sociedade brasileira, constituindo um arcabouço epistemológico da ciência Geográfica no que diz a respeito à essa temática, durante muito tempo negligenciada.

Thainá Guerra Lins

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP).

Organização espacial e necropolítica: uma análise da mortalidade negra no Rio de Janeiro

No presente artigo buscamos realizar uma análise da relação entre raça, organização do território e necropolítica, tendo como base a mortalidade da população negra na cidade do Rio de Janeiro. A metodologia utilizada foi levantamento bibliográfico, com o objetivo de entender como o negro foi historicamente destituído de humanidade e concebido enquanto uma ameaça à segurança da sociedade, e a utilização de dados secundários sobre a mortalidade da população negra por diferentes motivos, com ênfase para a COVID-19. Como maior receptor de escravizados do mundo, o Rio de Janeiro teve a sua organização espacial marcada pela raça. Nesse sentido, a proposta é um entendimento da organização do território enquanto uma estratégia e um dispositivo para a exposição de corpos negros à morte.

Tuwilê Jorge Kin Braga

Mestre em Geografia Humana (USP). Pesquisador do Núcleo de pesquisadoras negras da USP (NEPEN)

Do território da USP para a territorialidade do corpo negro

O presente trabalho busca fazer uma análise territorial da USP- Butantã a partir da perspectiva do corpo negro dos(as) servidores(as) que ocupam a cidade universitária. Para isso, concebemos o território da universidade como elemento ativo para a discussão sobre as desigualdades que recorres a população negra trabalhadora da instituição e que, de alguma forma, essas desigualdades, entram em sintonia com as contradições que compreendem o projeto de formação histórico-territorial da universidade.

Pensamos assim, o território da cidade universitária e as territorialidades desses sujeitos em diferentes espaços da USP como caminho para interpretação das relações raciais e espaciais desiguais que se materializam em dados quantitativos que irão revelar múltiplos os processos de trajetórias diferenciais, no que diz respeito a categoria do trabalho.

Anderson Luiz Barreto da Silva

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense

Comunidades tradicionais de terreiro em Campos dos Goytacazes: territórios em conflito

Nos últimos anos, as comunidades tradicionais de terreiro de Campos dos Goytacazes perceberam um aumento da violência nos casos de intolerância religiosa e uma mudança tanto do perfil dos agressores, quanto na natureza dos ataques. Objetivamos então investigar onde ocorreram esses ataques e descobrir quem seriam esses novos agentes agressores. Em 2017 conhecemos e passamos a interagir com uma organização da sociedade civil local chamada FRAB (Fórum Municipal de Religiões Afro-brasileiras), que e representa muito dos adeptos do Candomblé e Umbanda do município. Entrevistamos diretores do FRAB e seis vítimas de ataques a terreiros, o que nos possibilitou, junto ao levantamento bibliográfico e a pesquisa em veículos de comunicação virtuais, realizar uma análise sob uma perspectiva territorial dos dez casos mais graves, que foram os terreiros invadidos e fechados por grupos armados ligados ao tráfico de drogas. A partir de uma análise de conceitos como sagrado, e com o aporte teórico da Geografia da Religião, concluímos que nesses casos ocorreram conflitos territoriais, que levaram a um processo de desterritorialização, motivados por intolerância religiosa. Na maioria das entrevistas, alguns aspectos apontam para a existência de uma obscura e difusa influência em alguma escala, do discurso intolerante de alguns segmentos de igrejas evangélicas nas ações dos agressores, a exemplo do que ocorre na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na revista *Boletim Paulista de Geografia* (2023).

Anexo B - Boletim Paulista de Geografia - Edição especial de 2023: 20 anos da lei 10639/2003

Renato Emerson Nascimento Santos

Geógrafo, doutor em Geografia e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

VINTE ANOS DA LEI 10.639: QUAIS OS DESAFIOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA?

O artigo discute avanços e limitações nestes vinte anos de implementação da Lei 10.639/2003 no ensino de Geografia. Objetiva-se apontar propostas para o combate ao eurocentrismo no ensino da disciplina, visando uma educação comprometida com o antirracismo e a promoção da igualdade racial. Argumenta-se que tais propostas devem dialogar com as vivências do cotidiano escolar, onde docentes comprometidos com a implementação da Lei enfrentam fatores reguladores, que definem a escola como uma ambiência epistêmica, com normas de validação de conhecimento e hábitos próprios. Para isto, são trazidos exemplos de propostas constituídas num processo de pesquisa-ação, conduzido entre 2008 e 2012 com um conjunto de docentes da disciplina em escolas públicas de diversos municípios do estado do Rio de Janeiro. As estratégias de enfrentamento ao eurocentrismo e aplicação do temário permitiram a sistematização de três posturas epistêmicas na prática docente antirracista: a desconstrução das matrizes eurocentradas, o deslocamento do lócus epistêmico de enunciação e construção do conhecimento e o ensino de leituras a partir de matrizes epistêmicas distintas, numa hermenêutica diatópica. A partir de debates, experimentações e discussões, foi constituído um temário, conjunto de assuntos que, tratados como pontos de conteúdo específicos ou temas transversais, possibilitam a implementação da Lei ao longo de todo o fluxo de conteúdos trabalhados no ano letivo. Conclui-se que a busca da implementação requer mais diálogos entre universidade e escola, compreendidas como ambiências epistêmicas distintas que, em diálogo com as reivindicações emanadas do Movimento Negro, permitem a busca de uma educação intercultural crítica.

Alex Ratts

Universidade Federal de Goiás

Mestre em Geografia Humana e doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, com estágio pós-doutoral em Geografia pela Universidade Federal do Ceará

“GEOGRAFIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA” NO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

As ideias colocadas neste artigo advêm de uma confluência de buscas, demandas e delineamentos no que concerne às temáticas negras (incluindo quilombolas e africanas) e às relações étnico-raciais voltadas para a educação geográfica e o ensino de geografia numa perspectiva de descolonização da ciência. O mote são os vinte anos do marco legal. No entanto, exponho questões e temas anteriores que se projetam em um horizonte de continuidade e aprofundamento. Para tanto, rememoro o percurso do movimento negro acadêmico ou educador para captar a disputa em torno das pautas negras e raciais, apresentando a redução e fragmentação dessas demandas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional até o sancionamento da Lei 10.639/03. Além disso, abordo a relação da geografia com os movimentos sociais, particularmente com as questões negras e raciais e a produção de geógrafos participantes ou próximos dos movimentos negros que refletem o horizonte da educação das relações étnico-raciais, cenário do qual passo a fazer parte. Problematizo também o desdobramento de alguns pontos da lei e do parecer do CNE na educação geográfica, com indicação da produção de geógrafos/as. Por fim, concluo retomando que um sujeito coletivo afirma o caráter multiétnico, multirracial e multicultural da sociedade brasileira, aponta o eurocentrismo e as discriminações, inclusive no âmbito da educação, do ensino e da escola na área da geografia (e em outras), mas resta um problema com a irrupção das diferenças.

Fernando José Primo do Nascimento

Doutorando em Geografia - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/Goiás.

Ana Paula Melo da Silva

Doutoranda em Geografia - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/Goiás.

O ENSINO DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA NOS CURSOS DE LICENCIATURA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

A aprovação da Lei nº10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira (DCNERER) teve implicações em todos os níveis de ensino e em especial nas Instituições de Ensino Superior (IES), devido ao seu papel na formação inicial e continuada de professores. O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise da inserção da questão étnico-racial na educação superior a partir das disciplinas de Geografia da África presentes nos currículos dos cursos de licenciatura tendo em vista as determinações da Resolução nº 01/2004, que institui as DCNERER. Nossa pesquisa teve como recorte de análise os cursos de Geografia das universidades federais, IES reconhecidas por sua relevância no ensino, na pesquisa e extensão. Para alcançarmos nossos objetivos solicitamos e analisamos os programas das disciplinas que abordam a temática e que constam dos Projetos Pedagógicos de Curso das referidas instituições. Inicialmente pudemos constatar um aumento no número de disciplinas que abordam a Geografia da África nos últimos 20 anos, no entanto esses conteúdos são quase sempre optativos, o que no nosso entendimento dificulta o alcance do objetivo posto pela Lei nº 10.639/2003.

Francislene Alves Bezerra

Mestra em Geografia. Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Rosane Balsan

Doutora em Geografia. Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Jonas Carvalho e Silva

Doutor em Psicologia. Technische Universität (TU) Dortmund, Alemanha.

APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N. 10.639/2003 NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PORTO NACIONAL – TO.

Este estudo tem por objetivo investigar as experiências pedagógicas e curriculares sobre o ensino das relações étnico-raciais na Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO (EFAPN), com base no que está disposto na Lei Federal n. 10.639/2003. A pesquisa seguiu o modelo quanti-quali, por intermédio de questionários, junto aos estudantes, educadores e a equipe gestora, que após os critérios de inclusão e exclusão, foram ouvidos 26 estudantes, 9 professores e 7 membros da equipe gestora, totalizaram 42 entrevistados, dos quais as respostas foram categorizadas em dois grupos: o perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa e a percepção dos entrevistados sobre a Lei e as práticas pedagógicas sobre a educação para as relações étnico-raciais. Observou-se que a EFAPN necessita sensibilizar a comunidade escolar para a importância da temática étnico-racial nas práticas pedagógicas, no intuito de ressignificar a identidade dos negros e negras na construção da sociedade brasileira. Recomenda-se que mais estudos sejam desenvolvidos, abordando a temática das relações étnico-raciais em escolas do campo, em especial, naquelas em que se adotam a Pedagogia da Alternância.

Sávio José Dias Rodrigues
Doutor em Geografia (UFC).

Samara do Nascimento Souza
Mestranda em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Matheus Sousa Barros
Mestrando em Geografia (PPGGEO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

EXPERIÊNCIAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA NA LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS DA UFMA

Objetivamos refletir sobre o ensino de Geografia da África, tomando por base a experiência da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da compreensão de territórios negros. Destacamos a posicionalidade na qual está inserida a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, enquanto uma iniciativa inédita. Caracterizada, sobretudo, por ser a primeira licenciatura em âmbito nacional estritamente voltada para os estudos relacionados às questões étnico-raciais. Para o presente trabalho, enfatizamos o papel desenvolvido pela disciplina “Geografia da África” podendo ser percebida em torno da aplicação da lei 10.639/2003, assim como reafirmação de uma territorialidade negra e étnica no Brasil (ANJOS, 2007), contendo uma relação imbricada com o continente africano e tendo como recorte o Estado do Maranhão que concentra em sua formação socio territorial traços afro diaspóricos que remetem à cultura, religiosidade e identidade da comunidade negra. Além de revisão bibliográfica, utilizamos relatos de alunas e alunos do curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros da UFMA sobre trabalho de campo realizado em Cabo Verde no ano de 2018, que faz parte das atividades interdisciplinares dessa graduação, com participação da disciplina de Geografia da África

Simone Antunes Ferreira
Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho - IEPIC

LETRAMENTO RACIAL E ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DO CURSO NORMAL, PIBID E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

O presente trabalho tem o objetivo de reunir algumas experiências pedagógicas acerca da implementação da Lei 10.639/03 na educação básica, mais especificamente, na rede estadual do Rio de Janeiro durante as aulas de Geografia. Estas contribuições são frutos de esforços coletivos que partem de outros olhares, outras memórias sobre as experiências afro diaspóricas no Rio de Janeiro. Os relatos de experiência aqui apresentados estão em curso desde 2015 até o final de 2022 e tem como objetivo principal contribuir para o letramento racial ao longo da formação de professores, tanto em nível médio quanto em nível de graduação com os bolsistas de PIBID e Residência Pedagógica-UFF. Nossas apostas teóricas representam um esforço em romper com a colonialidade em suas mais diversas esferas, sobretudo quanto às críticas feitas à universalização, hierarquização e subalternização de saberes, e propõe dialogar sobre mudança do eixo narrativo da História do mundo e da Humanidade. Nesse sentido, a luta por um ensino de geografia afrocentrada perpassa pela compreensão de novas interpretações espaço-temporais de fatos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais que nos fazem transitar por outros horizontes ocultados pela imposição da racionalidade eurocêntrica. A partir dos pilares da Afrocentricidade e valores civilizatórios afro-brasileiros de Azoilda Loretto da Trindade, as formações com PIBID e Residência Pedagógica foram direcionadas para que pudessemos ter falas coesas e ações contundentes de combate ao racismo, além de auxiliar na construção da consciência racial dos estudantes.

Victor Pereira de Sousa

Doutorando em Educação (UFRJ), mestre em Geografia (UFRRJ), especialista em Antropologia (UCAM)

Tiago Dionísio

Doutorando em Geografia (UERJ), mestre em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (UFRRJ)

DISPOSITIVO DE RACIALIDADE E A LEI 10.639/2003: IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE GEOGRAFIA E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Mesmo após 20 anos da implementação da Lei 10.639/2003, ainda enfrentamos muitos desafios no que se refere a sua aplicação nas salas de aula. Com recorte para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o presente trabalho obstina-se a analisar as possíveis relações entre o ensino de Geografia para jovens e adultos e a aplicação da Lei 10.639/2003 por meio da mobilização teórico-conceitual do dispositivo de racialidade emergido da epistemologia feminista negra. A metodologia desenvolvida no presente trabalho se constituiu por meio de um esforço teórico entrelaçado com a utilização de entrevistas semiestruturadas realizadas com os responsáveis pela construção do material didático da Geografia da Nova Política para a Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), denominada Programa Nova EJA, que reestruturou curricular e pedagogicamente a EJA no estado do Rio de Janeiro. Como resultados da pesquisa, foi possível compreender as bases em que foi construído o mencionado material e também constatar que ainda há um abismo gigantesco entre a idealização de aplicação da Lei 10.639/2003 e a realidade que vivemos nas escolas brasileiras. Portanto, argumenta-se que as nuances e sinuosidades de como opera o dispositivo de racialidade estão implicadas a esses desafios, tornando complexa a problemática acerca do trabalho com conteúdo referentes a atender os objetivos da Lei 10.639/2003 nos espaços escolares.

Cíntia Cristina Lisboa da Silva

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia UEPG.

Adir Fellipe Silva Santos

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia UEPG.

Felipe Eduardo Melo dos Santos

Graduando na licenciatura em Geografia pela UEPG.

Joseli Maria Silva

Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA GEOGRÁFICA E A IMPLEMENTAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DA DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Toda produção científica é marcada por privilégios, fruto dos embates de poder em um determinado campo de saber. O privilégio da branquitude é um dos mais evidentes na produção de conhecimento que tem sido enfrentado pela obrigatoriedade da inserção da história e cultura afro-brasileira nos currículos da educação no Brasil, por meio das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Este artigo tem como objetivo compreender como a geografia brasileira contemplou a implementação da obrigatoriedade da discussão étnico racial no ensino. Para cumprir tal meta de pesquisa, foi realizado um levantamento das respectivas leis no Observatório da Geografia Brasileira (OGB) que atualmente está composto de 28.823 artigos, oriundos de 98 revistas on-line da área da Geografia que cobre um período temporal de 1939-2020 e estão classificadas pelo Sistema Qualis-CAPES (quadriênio 2013–2016). Foram encontrados apenas 39 artigos que abordam o tema, sendo eles produzidos majoritariamente por geógrafos negros, oriundos de instituições públicas do sudeste, sul e centro-oeste. Tal produção é recente e as referências bibliográficas são predominantemente masculinas, havendo apenas uma mulher ocupando centralidade no conjunto de referências dos artigos.

Matheus Henrique Pereira da Silva

Mestre em Geografia. Professor no curso de Geografia da UEG – Unidade Porangatu

Marciléia Oliveira Bispo

Doutora em Geografia. Professora na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT– Campus Porto Nacional

EXPLORANDO A GEOGRAFIA DA ÁFRICA NA SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DA BNCC COMO REFERÊNCIA CURRICULAR

O presente estudo propõe uma reflexão da abordagem do ensino de Geografia da África na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, levando em consideração que foi constatada uma ausência dessa temática em determinadas séries da educação básica, a qual, teve como objetivo analisar e obter uma compreensão em que se direcionou a atenção à distribuição dos conteúdos relacionados à Geografia da África ao longo dos diferentes níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os procedimentos metodológicos utilizados basearam-se em pesquisa bibliográfica com ênfase nos estudos de Munanga (2005), Santos (2009), Ferracini (2012), Silva (2023) e outros, além da análise documental, utilizando como subsídio a BNCC (2018) e a Lei nº 10.639/03. Como resultados alcançados, verificou-se a ausência dos conteúdos de Geografia do continente africano na educação infantil, uma vez que não foi identificado nenhum aspecto que abordasse a Educação Étnico-Racial. Além disso, constatou-se que esta temática ainda é pouco explorada nos anos iniciais do ensino fundamental. Nos anos finais do ensino fundamental, os conteúdos estão concentrados somente no 8º ano. Por fim, no ensino médio, a discussão é insuficiente. Conclui-se, nesta investigação, a relevância do papel desempenhado pelos professores no processo de ensino, uma vez que estes profissionais devem ser instigados a elaborar, desenvolver e/ou apresentar atividades que favoreçam a efetiva aprendizagem dos temas relacionados à Geografia da África, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 10.639/03.

Ana Flávia Borges de Oliveira

Mestre em Geografia pela PPGeo/UFU

Adriany de Ávila Melo Sampaio

Professora Doutora em Geografia do Instituto de Geografia da UFU

UM OLHAR SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL II – PNLD 2014 E 2020: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS NEGROS AFRICANOS E DA ÁFRICA

Este artigo constitui-se como parte do resultado da pesquisa de Mestrado e tem como objetivo investigar as Representações Sociais dos negros africanos e da África em uma coleção de Livros Didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II, aprovada nos PNLD 2014 e 2020. A Lei 10639/2003 é entendida como a principal ferramenta no combate ao racismo no campo da educação, pois tem como premissa a valorização da história e cultura afro-brasileira e dos africanos, e da educação das relações étnicorraciais. Compreende-se os livros didáticos como portadores de um sistema de valores ideológicos, que permanecemos dias atuais comum dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente em escolas públicas. Na maioria desses materiais, ainda há presença de representações negativas do negro africano e imagens distorcidas da África, além da presença de estereótipos, que equivalem a uma espécie de rótulo utilizado para qualificar de maneira conveniente grupos étnico-raciais. A metodologia de pesquisa deste artigo se utiliza de análise dos livros didáticos do sétimo e oitavo ano do Ensino Fundamental, que abordam a formação do espaço brasileiro e o continente africano, respectivamente. Como principal referencial a Teoria das Representações Sociais, do psicólogo social romeno Serge Moscovici (2003) e das Imagens de Controle, da socióloga e feminista negra norte-americana Patrícia Hill Collins (2019). Os resultados obtidos apontam para discrepâncias na representatividade da população negra em relação à branca, reproduzindo, ainda, um discurso colonial e eurocêntrico. Na maioria das imagens, os negros africanos são representados em posições inferiores de menor prestígio e em condições subalternas; e o continente África é retratado como primitivo, selvagem e pobre.

Rosemberg Ferracini

Doutor em Geografia Humana USP. Professor na PPGE-UFTM

José Maria do Rosário Chilaúle Langa

Doutor em Geografia da Unesp

DIÁLOGOS BRASIL-MOÇAMBIQUE A PARTIR DAS DIRETRIZES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

O referido texto é resultado da vivência e aprendizado nas cidades de Maputo e Lichinga, Moçambique, entre março e abril de 2023. Essa aproximação é fruto de pesquisas e investigações no campo do Ensino da Geografia e Geografia Regional da África. Baseado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana problematizamos nossas reflexões acerca do Ensino de Geografia em Moçambique. Dentre o conjunto de atividades traremos experiências pedagógicas nas universidades, grupos de pesquisa, relação com as escolas e sociedade civil. Faz parte do conjunto das inquietações, olhares e interpretações acerca da experiência na II Conferência Nacional da Associação de Geógrafos de Moçambique -II GAM, ocorrida nos dias 29, 30 e 31 de março de 2023 na cidade de Lichinga. Os resultados demonstram a participação de 06 universidades locais e seus campuses nacionais, universidades brasileiras e portuguesas com a apresentação de 64 trabalhos em 10 eixos temáticos e três palestras. A partir dos trabalhos, e para além de nossos olhares geográficos, propomos mobilizar esforços em romper a concepção eurocêntrica espaço-temporal, explicitando a urgência na aproximação e reconhecimento de saberes com as universidades de Moçambique.

Solange Maria Santana Couto

Doutoranda em Geografia pela UNESP / Rio Claro

Luciene Cristina Risso

Doutora em Geografia, UNESP / Ourinhos

POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PLANO DE AÇÃO PARA INSERÇÃO DA LEI 10639/03 NO COTIDIANO ESCOLAR

Esse artigo oferece uma proposta de atuação no ambiente escolar atendendo ao que se propõe na Lei 10639/03. Acredita-se que os espaços educativos formais oferecem possibilidades de reconhecimento pessoal e envolvimento coletivo como forma de promover uma sociedade mais justa e igualitária através da constituição de cidadãos conscientes e atuantes. O contexto histórico de formação da sociedade brasileira é de negação e invisibilidade da população negra, a Lei 10639/03, pautada pelos movimentos sociais, oferece possibilidades de reparação histórica, através da valorização das construções estabelecidas por pessoas negras. Assim, apresenta-se aqui uma proposta de intervenção escolar com o objetivo de implementar a lei 10639/03 na escola de forma efetiva por meio da relação entre todos os setores educacionais, envolvendo educadores, educandos, familiares e ambiente escolar. A fim de contribuir com a autoestima, autorrespeito e autorreconhecimento das crianças e jovens negros, com foco na formação cidadã antirracista. A metodologia utilizada será a inserção da proposta no Plano Político Pedagógico da escola, a fim de promover formações, tanto com a equipe de profissionais atuantes na escola, quanto com as famílias dos estudantes, além da inclusão de temáticas negras em todo o cotidiano escolar, desde a inserção nos conteúdos programáticos, materiais didáticos, até os eventos e ornamentações escolares. Como proposta de intervenção escolar espera-se que ao final da realização do plano tenha-se a formação de cidadãos críticos reflexivos da realidade, a partir de uma leitura decolonial da sociedade, com representatividade e crenças em seu próprio potencial.

Claudia Luísa Zeferino Pires

Professora Doutora em Geografia. Professora associada do Departamentos de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRGS.

Lara Machado

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRGS.

A LEI 10.639/03 A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS CARTOGRÁFICAS NOS QUILOMBOS EM CONTEXTO URBANO DE PORTO ALEGRE/RS

Esse artigo apresenta considerações acerca da Lei 10.639/03, a partir das experiências de trabalho em cartografia social contra colonial, articulada e pensada junto com os quilombos urbanos de Porto Alegre (RS), pelo Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2013 e de 2023. Para compreender este processo, apresentamos considerações sobre o continuum geo-histórico do quilombo, como expressões cultural e civilizatória, formadoras da realidade socioespacial brasileira. Especificamente, demonstra-se a importância do movimento negro, como produtor de saberes e de pautas políticas, que culminam na Constituição Federal de 1988, na outorga da Lei 10.639/03, sobre a Educação da Relações Étnico-Raciais, e no Decreto 4.887/03, sobre as orientações dos trabalhos de identificação, de delimitação e de titulação dos territórios quilombolas, dentro das Diretrizes Escolares para Educação Escolar Quilombola. Apresenta-se, ainda, uma discussão contemporânea sobre os quilombos em contexto urbano, com destaque para a metodologia de mapeamento co-participativo, que possibilitou a produção do Atlas da Presença Quilombola de Porto Alegre/RS. Discute-se, também, as regulações curriculares, as potencialidades e as lacunas da educação escolar quilombola, a partir das experiências nas comunidades daquela cidade. Por fim, problematiza-se sobre a instauração da Lei 10.639/03, ao longo dos seus vinte anos de vigência, junto às educações básica e superior, na perspectiva quilombola, e sobre a importância deste código no processo de descolonização de saberes nos espaços escolares e nas universidades.

Fabiana Cristina da Luz

Licenciada e bacharel em Geografia. Mestre em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC, Doutoranda em Geografia pela USP

CURRÍCULO, QUESTÃO RACIAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Este artigo busca compreender de que maneira o Currículo de Geografia da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Cidade de São Paulo incorporou as Diretrizes Curriculares da Lei 10.639/03, considerando que;(i) tal legislação foi promulgada há mais de vinte anos;(ii) a maioria das/os estudantes da EJA é negra/o; (III) a Geografia é um componente curricular que apresenta uma potencialidade significativa em prol da educação para relações étnico-raciais. Assim, parte do pressuposto de que, por muito tempo, a questão racial foi invisibilizada na EJA, e que tal processo, além de negar as especificidades desse grupo racial, contribuiu diretamente para negação do direito à educação de parcela significativa das/os estudantes, haja vista que a história e a importância estrutural da população negra para a formação socioespacial brasileira foram omitidas das práticas pedagógicas. Desse modo, reconhecemos o currículo como um documento fundamental no tocante à promoção da educação para relações étnico-raciais, capaz de contribuir tanto com a desconstrução de estereótipos negativos sobre a população negra, como também com a redução da discriminação racial. Entretanto, após 20 anos da promulgação da Lei 10.639/03, a análise realizada evidenciou que a questão racial ainda permanece como uma pauta anexa, um tema incluído nos parênteses, abordado de forma pontual e esporádica. E os impactos desse foco secundário, recai todos os dias sobre discentes negros/os que ocupam as escolas, pois se o currículo é uma disputa, essa situação não apenas intensifica os desafios de implementação das Diretrizes Curriculares da Lei 10.639/03, como também contribuiu para negação do direito à aprendizagem de parcela significativa das/os estudantes da EJA.

fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na revista *Boletim Paulista de Geografia* (2023).

Anexo C – Artigos do Caderno de Geografia

Elisângela Gonçalves Lacerda
Doutoranda em Geografia/PUC Minas

Felipe de Ávila Chaves Borges-
Mestrando em Geografia/PUC Minas

Alexandre Magno Alves Diniz
Doutor em Geografia. Coordenador do PPGG-PUC Minas

(2014)

Homicídios entre jovens negros no Estado de Minas Gerais: uma análise exploratória

O artigo busca analisar o padrão espaço temporal de distribuição das taxas de óbitos de jovens negros do sexo masculino com idades entre 15 e 29 anos no estado de Minas Gerais entre os anos de 2002 e 2011. Os dados utilizados no estudo foram retirados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), sob a cogestão da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS) e do Departamento de Informática do SUS (Datasus/MS), do Ministério da Saúde. As taxas específicas produzidas foram corrigidas com o uso da técnica de estimação bayesiana e posteriormente mapeadas. Os resultados apontam que o fenômeno não se distribui de maneira homogênea pelo estado de Minas Gerais, tendo sido possível a identificação de duas áreas críticas: a Região Metropolitana de Belo Horizonte e os Vales do Rio Doce e Mucuri.

Maria Ester Ferreira da Silva Viegas
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

(2020)

O negro, o índio, a cidade e o esquecimento: a cartografia dos vencidos como uma possibilidade de leitura do território

Um dos aspectos importantes da crítica da cartografia geo-histórica é que ela seguiu um curso de limpeza étnica. A cartografia é um “discurso de poder”, cujo silêncio em relação às populações minoritárias ou dominadas são recorrentes. Os mapas utilizados nas escolas, principalmente nas áreas rurais, não retratam os povos tradicionais: indígenas, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, pescadores, pequenos agricultores rurais etc. Uma abordagem menos eurocêntrica da cartografia histórica é discutida pós-1945, mas não consegue chegar até às populações locais. Os povos se deslocam, erguem cidades, mas não são visibilizados cartograficamente nelas. É oportuno apontar estas invisibilidades dos povos tradicionais, a exemplo dos quilombolas da Tabacaria e dos índios Xucurus-Kariris, ambos localizados na cidade de Palmeira dos Índios-Alagoas. A negação da cartografia dos povos indígenas e quilombolas nas cidades onde coexistem é a negação da própria história da cidade. Urge que se produza e divulgue uma cartografia social dos conflitos pela terra, das territorialidades indígenas e quilombolas que emergem cotidianamente, das lutas dos diferentes povos em todo território alagoano. Compreende-se que, para retirar os povos tradicionais dessa invisibilidade jurídica, cartográfica e política, é necessário que os pesquisadores estejam atentos, apostem numa outra cartografia: a cartografia social, onde as populações locais sejam visibilizadas, localizadas e discutidas dentro do planejamento da cidade, nos conteúdos curriculares, na vida da cidade, construindo uma geografia que os tire da condição de “esquecimento” no qual foram encarcerados pelos geo-historiadores da escrita estamental.

Ana Carolina dos Santos Marques

Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho

Ricardo Lopes Fonseca

Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

(2021)

Os territórios das mulheres negras no rap por meio das batalhas de rima

O racismo evidencia-se como maléfico para a população negra e quando combinado com gênero, resulta nas mulheres negras que têm suas vidas condicionadas por estes fatores raça e gênero, construindo o espaço geográfico e estabelecendo territórios de forma diferenciada do restante dos grupos sociais. A temática da presente pesquisa envolve as mulheres negras, relacionando-as ao racismo, ao gênero, ao território e ao Hip Hop. Objetiva-se investigar os territórios das mulheres negras no rap por meio das batalhas de rima, para isso, trabalhos de campo foram realizados em seis locais de batalhas de rima na cidade de Londrina – PR para observar a realidade vivenciada pelas mulheres negras. Além disso, essas mulheres negras foram entrevistadas com base em um roteiro de entrevistas semiestruturado. Os principais resultados obtidos evidenciam que as mulheres negras estão criando territórios no rap e nas batalhas de rima, porém, esse processo ainda é lento e os territórios são escassos, os homens predominam nas batalhas e pouco espaço é cedido às mulheres.

Patrício Pereira Alves de Sousa

Geógrafo, Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (PPRER-CEFET/RJ), Brasil

(2022)

A cidade, a memória e a festa: o congado e os sentidos de negritude na paisagem patrimonial de Ouro Preto - MG

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que tratou das disputas em torno dos significados de negritude presentes nas paisagens patrimoniais de Ouro Preto-MG entre as instituições de conservação da memória e os sujeitos que atualmente realizam naquela cidade uma festa de coroação de reis negros. As diferentes versões memoriais que concorrem pela representação pública das identidades negras são debatidas no texto a partir de dois eixos analíticos principais: os lugares e os itinerários simbólicos. Para a investigação foi adotada uma perspectiva interpretativa baseada na análise de documentos, obras artísticas, construções arquitetônicas e percursos turísticos, conjugados ao trabalho de campo de observância das festas e à condução de entrevistas. A imersão na paisagem ouro-pretana e a interação com os congadeiros possibilitou indicar o modo como os rituais do Congado produzem itinerários simbólicos insurgentes consoantes à resignificação das imagens hegemônicas de negritude veiculadas pelos órgãos oficiais de conservação da memória.

Bruno Maia Halley

Doutor em Geografia pela UFF e Professor Substituto da UESPI/Campo Maior, Brasil

(2023)

Negras Geografias no Recife oitocentista

O trabalho aborda as negras geografias nos “bairros-ilhas” centrais do Recife oitocentista, delimitados pelas águas dos rios Capibaribe e Beberibe na sua foz comum no Oceano Atlântico, no contexto de expansão da cidade rumo aos arredores da planície flúvio-marinha. Trilhando por esta geografia histórica, revisita-se a modernização e higienização nos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, destacando o controle e a repressão da época, mas igualmente os territórios de resistência de africanos escravizados, libertos, livres, pardos e crioulos. Também se destaca o deslocamento dos xangôs dos bairros centrais rumo aos “arredores-esconderijos” do rio Beberibe, com os terreiros conformando uma verdadeira “Catimbolândia”, na divisa com a cidade de Olinda.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na revista *Caderno De Geografia* (2023).

Anexo D – Artigos da revista *Cadernos Metrópole*

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia. Professora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA.

Vanda Sá Barreto

Socióloga, Especialista em Políticas Públicas para a População Negra.

(2007)

Segregação residencial, condição social e raça em Salvador

Este trabalho discute as articulações entre segregação residencial, posição social e raça em Salvador, a terceira maior metrópole brasileira, onde os negros têm uma presença particularmente expressiva na população. Para isto ele discute o caráter, a relevância e as diversas manifestações da segregação, abordando sua complexidade no caso brasileiro e suas características no tecido urbano de Salvador. Fundamentando-se empiricamente em dados censitários espacializados, o texto constata que a raça não constitui uma categoria insignificante para a análise dos processos de segregação residencial urbana, embora não tenha um caráter auto-evidente e, no caso de Salvador, assuma uma dimensão moderada, acentuando-se nas áreas residenciais superiores, mas se reduzindo bastante nas áreas populares, onde pobres e negros estão concentrados.

Leonardo Souza Silveira

UFMG - Programa de pós-graduação em sociologia (Departamento de sociologia)

Jerônimo Oliveira Muniz

Graduação em Ciências Econômicas pela UFMG (2000), mestrado em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG (2002) e mestrado e doutorado em Sociologia/Demografia pela University of Wisconsin, Madison (2008)

(2014)

Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial

Qual é o diferencial de renda entre brancos e negros dentro de uma mesma região metropolitana? Qual situação coloca o indivíduo em maior desvantagem: a cor da pele ou o local de residência? Políticas de mitigação de desigualdades devem ser universais ou locais? Para responder esses questionamentos comparamos os salários de brancos e negros no centro e na periferia de seis regiões metropolitanas utilizando diferentes recortes geográficos. Os resultados obtidos a partir da PNAD (2008) demonstram que a cor da pele tem maior impacto no salário predito dos indivíduos do que a localização dentro da cidade e indicam substancial heterogeneidade espacial nos diferenciais raciais de rendimento.

Rosane Maria Albino Steinbrenner

Universidade Federal do Pará (UFPA). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PGCOM).

Rosaly de Seixas Brito e Edna Ramos de Castro

Universidade Federal do Pará (UFPA). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PGCOM).

(2020)

Lixo, racismo e injustiça ambiental na Região Metropolitana de Belém

A lógica da produção e de descarte de resíduos sólidos é expressão das mais perversas e paradoxais da desigual distribuição de poder no capitalismo. Estigmatiza com a ideia de “atraso”, de “indesejáveis”, indivíduos e lugares “descartáveis”, que recebem os resíduos e os riscos a eles associados que a sociedade de consumo produz. Ancorado em pesquisa documental e bibliográfica e em entrevistas abertas com moradores e ativistas envolvidos na luta pela

retirada do Lixão de Marituba, como é conhecido o irregular e polêmico aterro da Região Metropolitana de Belém, este artigo focaliza e discute o caso – emblemático como cena colonial na contemporânea Amazônia urbana – a partir dos marcos da ecologia política e das noções de justiça ambiental, colonialidades, racismo e necropoder.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na revista Cadernos Metrópole (2023).

Anexo E – Artigos da revista *Caminhos de Geografia*

Pedro Machado de Oliveira, José Machado de Oliveira e Lázara Simão Borges de Oliveira
Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia

Rosselvelt José Santos
Prof. Dr. Instituto de Geografia Universidade Federal de Uberlândia

(2013)

A condição sócio-cultural dos negros da comunidade dos Bagres no município de Vazante (MG): proprietários e produtores

Este trabalho analisa o modo de vida dos negros da comunidade dos Bagres, localizada no município de Vazante-MG, de forma que compreendêssemos como descendentes de escravos vieram a se tornar proprietários de terras. A propriedade da terra deu-lhes a condição de sedentários, não sendo necessários constantes deslocamentos em busca de terras cultiváveis. Tendo a terra como base de sua reprodução, os negros desenvolveram os seus meios de vida de acordo com as necessidades e possibilidades de seu tempo. A produção camponesa de subsistência na comunidade dos Bagres dava-se de acordo com a utilização da mão-de-obra familiar e com a eventual solidariedade de vizinhos na forma de mutirão; mas também de modo que se observassem os ciclos da natureza, que marcavam épocas de fartura na produção e épocas em que passavam por privações. O estado atual de intenso parcelamento das propriedades na comunidade dos Bagres mostra que a herança, como instituição contraditória, ao garantir o direito à terra aos herdeiros, promove a sua fragmentação. As transformações ocorridas na produção local, a partir da década de 1980, foram provocadas pela incorporação das terras de cerrado e incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, tais como a mecanização, fertilização química do solo, seleção de sementes e raças bovinas para produção de leite.

Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo
Secretaria Municipal do Rio de Janeiro – SME/RJ
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Ana Claudia Ramos Sacramento
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Faculdade de Formação de Professores – UERJ/FFP
Professora associada – Departamento de Geografia

(2022)

Mulheres negras, professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de geografia

As desigualdades socioespaciais, étnico-raciais e de gênero estão presentes na sociedade brasileira e nos seus mais diversos espaços. A universidade pública brasileira configura-se como um destes espaços onde há inúmeras presenças-e-ausências. Este artigo traz as reflexões do que é ser mulher negra e professora universitária a partir das perspectivas e falas de Ella, Filomena, Maria e Sol -quatro professoras negras que lecionam o ensino de Geografia em universidades públicas brasileiras. Assim, por meio das metodologias da história de vida e da interseccionalidade foi possível escutar as narrativas das professoras, bem como, compreender suas trajetórias socioespaciais e caminhos até à docência universitária.

Dahra Araujo Almudi

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades.

Lourdes de Fátima Bezerra Carril

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades.

(2022)

Tons do negro nas moradias urbanas periféricas: reflexos do racismo brasileiro na precariedade habitacional e na negação do direito à cidade

O espaço urbano brasileiro abarca relações complexas que demandam referenciais teóricos críticos para compreender os conteúdos que se imprimem e edificam formas na cidade. As formas urbanas, na mundialização contemporânea, expressam dinâmicas de uso e ocupação plurais, criando não apenas uma base física e material que constitui a cidade, mas também conteúdos que negam ou afirmam as lógicas de homogeneidade. Assim, as desigualdades pautadas pela cor dos indivíduos se fazem presentes como negação da forma, através da moradia, cujo conteúdo indica a precariedade de habitação aos residentes de pele escura. O objetivo do presente artigo é analisar a situação habitacional de residentes negros, autodeclarados pretos e pardos, num bairro da periferia de Sorocaba (SP), o Jardim Lopes de Oliveira. A intenção está em refletir acerca dos impactos do racismo brasileiro sobre a qualidade de habitação e o direito à cidade. Realizou-se uma análise pautada pela dialética entre fenótipo, classe e lugar, vislumbrando a não linearidade no racismo brasileiro, por meio da aplicação de questionários. Pode-se constatar precariedade habitacional mais acentuada para residentes autodeclarados pretos, evidenciando um racismo que, ancorado no fenótipo, imprime-se no espaço urbano revelando a urbanização crítica.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na revista *Caminhos De Geografia* (2023).

Anexo F – Artigos da Revista GEOgraphia

Gilmar Alves de Avelar

Universidade Federal de Goiás - Campus de Catalão

Marise Vicente de Paula

Universidade Federal de Goiás - Campus de Catalão

(2003)

Comunidade Kalunga: trabalho e cultura em terra de negro

A comunidade Kalunga é um dos tantos remanescentes de quilombos existentes por todo território brasileiro. Compõe-se por famílias de prováveis descendentes de escravos africanos, trabalhadores nas minas de ouro do Estado de Goiás que se refugiaram a mais de 250 anos nos íngremes e pouco acessíveis territórios que cercam as trilhas do Rio Paranã.

Renato Emerson Nascimento dos Santos

Geógrafo, doutor em Geografia e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Inti Maya Soeterik

Educadora, doutora em Educação e Desenvolvimento e professora da Universidade de Amsterdam.

(2015)

Escalas da ação política e movimentos sociais: o caso do movimento negro brasileiro e a emergência de políticas educacionais de combate ao racismo

Recentemente a temática racial tem se tornado base da construção de políticas educacionais no Brasil, país que sempre negou a existência do racismo e construiu seu ideário de nação representando-se como uma “democracia racial”. Cotas nas universidades, políticas de produção de conhecimento e a inserção e revisão de conteúdos no currículo escolar são alguns exemplos. O artigo debate os processos políticos que vêm impulsionando tais mudanças, tensionando a relação entre atores e processos globais e o protagonismo do Movimento Negro brasileiro. Seriam tais políticas decorrentes de forças imperialistas pautando agendas no Brasil ou de uma “política de escalas” do Movimento Negro, que mobiliza atores, arenas e instrumentos em diferentes escalas de modo a fortalecer suas lutas e construir políticas públicas?

Denilson Araújo de Oliveira

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia FFP-UERJ e Professor do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades – UFF
Coordenador do NEGRA

(2022)

Existências desumanizadas pela colonialidade do poder: necropolítica e antinegritude brasileira

O foco da análise deste artigo é compreender como o racismo tem produzido existências desumanizadas e, concomitantemente, múltiplas formas de enfrentamento têm sido criadas. O nosso objetivo é analisar como o debate sobre segurança no Brasil tem produzido existências desumanizadas pela ideia de raça. Construímos uma análise genealógica do debate de segurança e a relação com a questão racial. Identificamos dispositivos de racialidade criados no contexto colonial-escravocrata e atualizados na cidade neoliberal como mecanismo de garantia de segurança em defesa de uma sociedade branca e burguesa. Nosso referencial teórico expressa um diálogo com as ideias de necropolítica de Achille Mbembe, colonialidade do poder Aníbal Quijano e antinegritude de João Vargas.

Joana Simoni

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

Doutora em Geografia

João Rua

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Doutor em Geografia Humana

(2022)

Problematizando o mito fundador de Nova Friburgo como a ‘Suíça brasileira’: invisibilização étnico-racial e (re)criação de espaço-temporalidades

Neste trabalho busca-se problematizar o título de Suíça Brasileira atribuído ao município de Nova Friburgo e oficializado na época em que se completaram 200 anos da colonização helvética. Esse título se apoia sobre um “mito fundador” e sobre a invenção de uma tradição que atravessa o percurso de formação do município. Para isso, reflete-se sobre as representações associadas a esse título que, de alguma maneira, invisibilizam outras contribuições – além da suíça – à produção do espaço geográfico friburguense, em suas diversas espaço-temporalidades. Essa reflexão remete-nos para a necessidade de pensar a importância da diferença para a ciência geográfica, trazendo à tona as particularidades e singularidades que formam a multiplicidade do território em análise – marcado, também, por um processo de manutenção de políticas de branqueamento, comum à sociedade brasileira.

Aline Neves Rodrigues Alves

Doutoranda em Educação/UFMG - Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social
(Faculdade de Educação - da Universidade Federal de Minas Gerais)

(2022)

Escrevivendo com conhecimentos locais: reflexões de uma pesquisadora-negro-educadora durante a pandemia de covid-19

As reflexões e proposições contidas neste artigo dizem respeito a estudos e práticas que realizei tanto na academia quanto na educação básica durante o contexto de Pandemia de Covid-19, mais detidamente no primeiro semestre do ano de 2021. Tal investigação tem como objetivo trazer leituras, práticas empíricas e subjetivas baseadas em conhecimentos locais que foram sistematizados pelo movimento negro brasileiro, de acordo com a educadora Nilma Lino Gomes. A ênfase teórica é a do pensamento decolonial e a técnica metodológica advém do conceito de “escrevivências”, da escritora Conceição Evaristo que, como o antropólogo Arturo Escobar e o educador Paulo Freire, rejeita a separação entre o conhecer e o fazer. Ademais, minha escrita questiona radicalmente as relações binárias e assimétricas entre natureza e cultura, local e global, teoria e prática. Como resultado, este artigo apresenta uma crítica ao pensamento globalizante (desenvolvimentista), que invisibiliza corpos e cosmopercepções de grupos que foram oprimidos pelo sistema-mundo (moderno) capitalista. A conclusão é de que a dimensão do lócus de enunciação por meio do “corpo-território” pode contribuir para produção de “glocalidades”, como suspeito acontecer por intermédio da rede de geógrafos/as negros/as, que inicialmente esteve em investigação em meu doutorado. Redes que, como as Geografias feministas, não são exclusivas do Brasil, mas que encontram ressonâncias nas ações que buscam a luta por emancipação política, social e econômica. Uma tarefa que se pretende decolonial na teoria e prática.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na revista GEOgraphia (2023).

Anexo G – Artigos da revista *GEOUSP: Espaço e Tempo*

Maurício Waldman

Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia
Mestre em Antropologia e doutorando em Geografia pela FFLCH/USP

(2003)

Imaginário, Espaço e Discriminação Racial

O texto assinala os vínculos existentes entre o espaço, tanto nas suas dimensões concretas quanto nas imaginárias, com a questão da discriminação racial, articulando ambas as temáticas por sua vez com a relação mantida entre as sociedades e a natureza. Para além da localização do racismo exclusivamente em nível da concretude social, o ensaio busca evidenciar, pois uma cartografia e a uma geografia imaginária, entendida como matriz para a revivificação e/ou ressemantização de dinamismos espaciais excludentes. Neste contexto, a eclosão de uma interpretação linear e progressiva do tempo social, firmada na supressão do espaço pelo tempo, uma inferência entendida neste material como específica à modernidade, é vista como básica para a origem de formas genuinamente racistas de discriminação. Por conseguinte, o racismo seria pertinente exclusivamente ao padrão civilizatório ocidental e a nenhum outro. A discriminação racial seria resultante de uma civilização que suprimiu o espaço em função do tempo, processo este articulado com a negação do outro e das pulsões da natureza. Por fim, o texto busca esclarecer a respeito das consequências da discriminação e sobre a reconstrução das diferenças, tais como estas se especificam no contexto da Globalização.

Rafael Sanzio Araújo Anjos

Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Prof. Associado do Depto. de Geografia e Diretor do Centro de Cartografia Aplicada da Universidade de Brasília. Coordena o Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território

(2015)

As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências

Por meio das linguagens cartográfica e fotográfica, o artigo discute aspectos fundamentais das geografias oficial e da não oficial praticadas no Brasil, numa perspectiva histórica. Focaliza o Brasil africano, secularmente excluído da geografia oficial, como um exemplo explícito dessas geografias distintas e paralelas, pois existe um convívio secular não assumido, regido por uma geopolítica da invisibilidade. A crescente diminuição do prestígio da geografia nas estruturas de poder, o modelo fragmentário com que se tratam as demandas geográficas e cartográficas do país, assim como o pensamento social preconceituoso dominante para com as matrizes africanas no território e no povo brasileiro, são os entraves básicos da falta de uma política geográfica articulada no Brasil e a redução do preconceito e dos estereótipos de fundo geográfico.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na revista *GEOUSP: Espaço e Tempo* (2023).

Anexo H – Artigos da Revista do Departamento de Geografia

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Geógrafo, Prof. Associado do Depto. de Geografia e Diretor do Centro de Cartografia Aplicada da Universidade de Brasília. Coordena o Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território (Projeto GEOAFRO)

(2014)

Geografia, cartografia e o Brasil africano: algumas representações

Dentre as questões estruturais relacionadas à cultura africana no Brasil que continuam merecendo investigação e conhecimento, destaca-se as relacionadas aos aspectos geográficos e historiográficos da nossa formação territorial, geralmente tratadas sem as referências devidas às matrizes e ancestralidades africanas “invisíveis” na sociedade brasileira. O paper resgata as principais referências da geopolítica da diáspora África-América-Brasil e a configuração atual da população afro-brasileira contemporânea. O pensamento social preconceituoso ainda dominante e o desconhecimento da população do país, no que se refere ao continente africano e as suas relações com o Brasil, continuam sendo um dos entraves estruturais para uma perspectiva real de diminuição da exclusão e invisibilidade secular, assim como, a criação no setor decisório, das condições necessárias para a implementação eficaz de políticas públicas mais articuladas e com resultados satisfatórios, sobretudo, na educação e no espaço geográfico.

Bruno Otávio de Lacerda Abrahão

Universidade Federal da Bahia

George Roque Braga Oliveira

Universidade Federal da Bahia

Antônio Jorge Gonçalves Soares

Universidade Federal do Rio de Janeiro

(2022)

A denúncia do racismo e a contestação da democracia racial pela imprensa negra nos primórdios do futebol paulista

A Imprensa Negra surgiu em São Paulo nos primeiros anos do Século XX como um coletivo que abordava a questão racial em seu contexto econômico, político e cultural. Tais veículos provocaram o debate através das discussões sobre a estrutura de poder, os modelos de organização social e cultural e as formas de reconhecimento e status ao descortinarem as tentativas de negação destas iniquidades sociais. Diante desta constatação, o objetivo deste artigo é analisar a denúncia de episódios de discriminação racial e a contestação do mito identitário de democracia racial no futebol paulistano do início do Século XX através das publicações da Imprensa Negra. Como fonte utilizamos seus jornais disponibilizados nos microfilmes da Biblioteca Nacional. Após lermos as matérias que tematizavam o esporte, selecionamos duas que se ocuparam de repercutir o preconceito e a discriminação racial no futebol paulistano naquele contexto. No período analisado, podemos observar que no futebol de São Paulo ocorria a inclusão em determinados espaços e exclusão em outros, o que impedia a efetivação de relações democratizadas e proporcionava a reprodução das contradições do racismo na sociedade. Concluiu-se que havia tensão entre a coexistência da denúncia do racismo e o louvor da democracia racial nos primórdios do futebol de São Paulo.

Rosiane Correa Guimarães

Universidade Federal de Jataí, Jataí, Goiás, Brasil Programa de Pós - Graduação em Geografia

(2022)

A Lei 10.639/2003 e o documento curricular de Goiás desafios para um ensino antirracista

A lei 10.639/2003 determina a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira em todas as instituições escolares brasileiras. Após quase 20 anos de sua publicação, a lei ainda é um desafio para as escolas e professores. Diante disso, esse trabalho tem como objetivo verificar a presença da referida lei no Documento Curricular de Goiás (DCGO). A metodologia está embasada em autores que discutem racismo e educação antirracista, bem como em análises no DCGO e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a fim de compreender como a lei 10.639/2003 pode ser abordada nas competências específicas tanto das áreas de conhecimento quanto das componentes curriculares. A partir dos resultados, evidencia-se que a temática central da lei é abordada apenas em disciplinas como Geografia, História e Língua Inglesa. Nas demais componentes curriculares, esse assunto ou não é abordado ou o é de forma indireta, o que pressupõe que as práticas oportunizadas para valorização da cultura afro-brasileira se resumem a experiências isoladas centradas em datas específicas. Assim, corroborando que a escola, de forma geral, apresenta o mundo do ponto de vista da branquitude. A desconstrução desse viés deve ser constante, com vigilância e práticas cotidianas que visem a eliminação de termos e atitudes racistas, bem como a superação da invisibilidade negra. É nesse contexto que a lei deveria garantir a abordagem da cultura negra além dos estereótipos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na *Revista do Departamento De Geografia* (2023).